

2º CICLO DE ESTUDOS
HISTÓRIA DA ARTE, PATRIMÓNIO E CULTURA VISUAL

**“Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos
vê”:** O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever.

Volume I

Inês Moreira Pinho

M

2022



Inês Moreira Pinho

“Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê”: O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever

Relatório de Projeto realizado no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Inês Moreira Pinho

“Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê”: O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever

Relatório de Projeto realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Em homenagem ao meu Pai.

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract.....	8
Índice de Figuras	9
Lista de abreviaturas e siglas	12
Introdução	13
1. O Projeto	21
2. A Implantação do Bairro no território	24
3. Planejamento Urbano do Bairro.....	32
4. O Bairro de Crestuma-Lever.....	36
4.1.As Tipologias Habitacionais.....	39
4.1.1. Tipologia A.....	42
4.1.2. Tipologia B.....	48
4.1.3. Tipologia C.....	50
4.1.4. Tipologia D.....	53
4.1.5. Tipologia E.....	57
4.1.6. Tipologia F.....	63
4.1.7. Tipologia G.....	65
4.2.As Tipologias Sociais	68
5. Estado de Conservação do Bairro	71
6. O Bairro e a Comunidade	76
7. O Futuro do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever	84
Considerações Finais	102
Referências Bibliográficas.....	105
Fontes Documentais	107
Referências Audiovisuais	108
Periódicos	109
Infosítios	110
Apêndices	112

1. Guião do <i>Website</i>	112
2. O <i>Website</i>	132

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, setembro de 2022

Inês Moreira Pinho

Agradecimentos

Apreendi que na vida levamos sempre um pouco de todos aqueles que por nós passaram. Ao finalizar esta etapa, relembro-me carinhosamente destes cinco anos de pessoas que me marcaram, que me fizeram ver a vida e o meu caminho com outros olhos, que presenciaram tantas boas memórias, experiências e um profundo crescimento pessoal. É o culminar de todo o esforço, dedicação, aprendizagem, resiliência e orgulho.

Um profundo agradecimento à minha orientadora, a Professora Lúcia Rosas por me ter acompanhado durante todo o percurso, pelo conhecimento, disponibilidade e encorajamento para descobrir o meu caminho e a minha voz.

A toda a minha família pelo apoio e preocupação constante, pelas palavras bonitas, pela ajuda e interesse. Sempre me disseram que os sonhos são para serem seguidos, este é mais um deles. Obrigada.

Um saudoso e apertado agradecimento ao meu pai. Paulo, as últimas palavras foram sobre tudo ficar bem, sobre sonhos e não desistir e hoje sei que a vida é sobre isso. Que a tua memória seja sempre de resiliência, determinação e perseverança. Esta etapa é em tua homenagem, tal como todas as minhas vitórias para que nunca me esqueça do orgulho que é ser tua filha e do eterno exemplo que quero seguir.

Um infindável obrigada aos amigos para a vida toda. Aos que são e foram família. João, Mariana, Inês, Rita, Sofia, Bárbara e Gustavo, obrigada pela amizade incondicional, pelo ombro amigo sempre presente, pela paciência e apoio interminável. Obrigada por terem visto mais em mim, por carregarem o lado bonito da minha vida e serem exemplos de puro amor. Que a vida seja sempre lado a lado.

Aos meus companheiros desta infinita viagem. À Márcia, Margarida, João, Raquel, Bruna, Sofia e Maria por viverem intensamente, espelharem a vossa alma e coração em tudo o que fazem. Por viverem comigo esta tempestade que é o mundo académico e nunca terem abandonado o barco nos momentos difíceis. Cada um de vocês inspira-me a viver mais e melhor, a saber recomeçar. Com vocês a viagem não acaba nunca.

Às minhas companheiras de Mestrado, Aida e Daniela por todas as conversas, entajuda e companheirismo. É uma sorte partilhar o caminho com as pessoas certas.

A todos os moradores do Bairro pela abertura, carinho e amabilidade. Obrigada por todo o interesse, disponibilidade, pela partilha carinhosa e por todo o incentivo. Que a vossa justiça chegue.

A todos os entrevistados e inquiridos, obrigada.

À Fátima Fernandes e ao Centro de Documentação da Fundação EDP pelo auxílio neste processo e profunda receptividade.

Ao CITCEM pelo acolhimento deste projeto.

Resumo

As grandes obras hidroeléctricas eram acompanhadas da construção de Bairros dotados de equipamentos habitacionais e sociais de apoio aos trabalhadores, e suas famílias, envolvidos no desenvolvimento das empreitadas.

Em 1977, a EDP, inicia a construção da Barragem de Crestuma-Lever, adjudicando a empreitada principal à Construtora Tâmega, igualmente responsável pela construção do Bairro, nas imediações do Estaleiro de Obras da Barragem, constituído por 54 habitações, das quais atualmente existem 50, para os trabalhadores e as suas respetivas famílias. A estas arquiteturas conjugavam-se equipamentos sociais de apoio, assim como, habitações temporárias do tipo Dormitório.

Passados 45 anos da sua construção, a comunidade de moradores enfrenta vários problemas de estabilidade habitacional de natureza legal, da reduzida consciência da existência e valorização deste Património e, conseqüentemente, a ausência de medidas para a salvaguarda deste lugar que beneficiem a melhoria da qualidade de vida dos seus ocupantes.

Conscientes destas problemáticas, com este Projeto procura-se caminhar para o reconhecimento e difusão desta tipologia patrimonial, a partir da reflexão sobre o pensamento arquitetónico e urbanístico implementado no Bairro de Crestuma-Lever, ao mesmo tempo, que se aplica o método comparativo com outros exemplares do Património Arquitetónico Barragista, como forma de estabelecer semelhanças e disparidades entre os programas construtivos. Pretendeu-se assegurar ainda a participação ativa da comunidade com o objetivo de propor soluções possíveis para reverter o estado de abandono e degradação atuais, a partir de medidas que demonstrem impacto no bem-estar destes habitantes.

Palavras-chave: Bairros de Barragens; Crestuma-Lever; Património Arquitetónico Barragista

Abstract

The Hydroelectric Power Works was accompanied by the construction of Neighborhoods equipped with housing and social support equipment for workers and their families involved in the development of the Dams.

In 1977, EDP began the construction of the Crestuma-Lever Dam, awarding the main contract to Construtora Tâmega, also responsible for constructing the neighborhood in the vicinity of the Construction Site. The Neighbourhood consisted of 54 houses, of which there are currently 50, for workers and their families. To these architectures were added social support equipment and temporary dormitory-type housing.

After 45 years of its construction, the community faces several problems of housing stability derived from legal problems, the reduced awareness of the existence and valorization of this Heritage, and the absence of measures to protect this place that benefit the improvement of the life quality of its occupants.

Aware of these problems, with this Project we seek to move towards the recognition and dissemination of this Heritage, starting with a reflection on the architectural and urbanism thought implemented in Crestuma-Lever. At the same time, we apply the comparative method with other examples of the Barragista Architectural Heritage to establish similarities and disparities between the construction programs. Nevertheless, we intend to ensure the active participation of the community and consider possible solutions to reverse the current state of abandonment and degradation based on measures that demonstrate an impact on the well-being of these people.

Key-words: Dam Neighbourhoods; Crestuma-Lever; “Barragista” Architectural Heritage

Índice de Figuras

FIGURA 1 - LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DO BAIRRO DA BARRAGEM DE CRESTUMA-LEVER. FONTE: <i>GOOGLE EARTH</i> [19/07/2022]	24
FIGURA 2 - HABITAÇÕES DE MIRANDA DO DOURO. CAPTURA DE ECRÃ <i>GOOGLE MAPS</i> [23/04/2021]	26
FIGURA 3 - PLANTA DO ESTALEIRO DA BARRAGEM DE CRESTUMA-LEVER. FONTE: EDP, 1977	27
FIGURA 4 - IMPLANTAÇÃO EM SOCALCOS (RECORTE). CRÉDITOS: ESTÚDIO TAVARES DA FONSECA, 1984. DISPONÍVEL EM CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA	31
FIGURA 5 - PLANEAMENTO DO BAIRRO DE ALCÁNTARA. FONTE: DOMÍNGUEZ, 2012: 239	32
FIGURA 6 - CARTOGRAFIA BAIRRO DA BARRAGEM DE CRESTUMA-LEVER. FONTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, 2005: 11	33
FIGURA 7 - ENGENHEIRO ANTÓNIO JOSÉ COIMBRA. CRÉDITOS: FUNDAÇÃO EDP, 1985 .	37
FIGURA 8 - BAIRRO DE LA LANCHA DA BARRAGEM DE JÁNDULA, ESPANHA. BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPANHA [08/03/2022]	41
FIGURA 9 - HABITAÇÃO A4. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	44
FIGURA 10 - HABITAÇÃO A1. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	45
FIGURA 11 - HABITAÇÃO A2. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	45
FIGURA 12 - HABITAÇÃO A4. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	46
FIGURA 13 - HABITAÇÃO A5. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	47
FIGURA 14 - HABITAÇÃO B3. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	49
FIGURA 15 - HABITAÇÃO B3. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	49
FIGURA 16 - HABITAÇÃO C4. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	51
FIGURA 17 - PICOTE: CAMARATAS DO PESSOAL ESPECIALIZADO. FONTE: ARQUIVO EDP, 1959	51
FIGURA 18 - BAIRRO DE LA LANCHA DA BARRAGEM DE JÁNDULA. CRÉDITOS: CARBAJAL- BALLELL, 2016	52
FIGURA 19 – BEMPOSTA. HABITAÇÕES DEFINITIVAS. CAPTURA DE ECRÃ <i>GOOGLE MAPS</i> [13/04/2021]	54
FIGURA 20 - HABITAÇÃO D3. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	55
FIGURA 21 - HABITAÇÃO D5. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	55

FIGURA 22 - HABITAÇÃO D4. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	55
FIGURA 23 - HABITAÇÕES D7 E D8. FACHADAS PRINCIPAIS. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	56
FIGURA 24 - HABITAÇÃO E5. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	58
FIGURA 25 - HABITAÇÃO E3. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	58
FIGURA 26 - HABITAÇÃO E4. FACHADA PRINCIPAL. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	59
FIGURA 27 - HABITAÇÃO E2. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	60
FIGURA 28 - HABITAÇÃO E8. FACHADA POSTERIOR. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	60
FIGURA 29 - HABITAÇÃO E18. ESTRUTURAS TEMPORÁRIAS. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	61
FIGURA 30 - HABITAÇÃO E21. ESCADARIA. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	62
FIGURA 31 - TIPOLOGIA F. Nº60 E 61. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	64
FIGURA 32 - TIPOLOGIA F. Nº 62. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	64
FIGURA 33 - TIPOLOGIA G1. CRÉDITOS: EDP, 1982	66
FIGURA 34 - RECORTE DE FOTOGRAFIA AÉREA. TIPOLOGIA G2. CRÉDITOS: ESTÚDIO TAVARES DA FONSECA, 1984. DISPONÍVEL EM CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA	66
FIGURA 35 - PICOTE, CASÕES DOS TRABALHADORES. CRÉDITOS: ARQUIVO EDP, 1956. DISPONÍVEL EM ANDREIA MARTINS, 2018. P. 111	67
FIGURA 36 - CLUBE DO PESSOAL, Pousada/ESTALAGEM E CANTINA/REFEITÓRIO. CRÉDITOS: FUNDAÇÃO EDP, 1985	69
FIGURA 37 - VISTA AÉREA DO CONJUNTO (RECORTE). CRÉDITOS: ESTÚDIO TAVARES DA FONSECA, 1984. DISPONÍVEL EM CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA	70
FIGURA 38 - HABITAÇÃO EM FASE DE MANUTENÇÃO E COM INDÍCIOS DE INTERVENÇÃO ARQUITETÓNICA. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	75
FIGURA 39 - HABITAÇÃO DEMONSTRATIVA DO MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO. CRÉDITOS: INÊS PINHO, 2021	75
FIGURA 40 - HOMEPAGE	133
FIGURA 41 - PÁGINA "IMPLANTAÇÃO DO BAIRRO"	134
FIGURA 42 - PÁGINA "PLANEAMENTO URBANO"	135
FIGURA 43 - PÁGINA "TIPOLOGIAS HABITACIONAIS"	136
FIGURA 44 - PÁGINA "TIPOLOGIAS SOCIAIS"	137

FIGURA 45 - PÁGINA "A COMUNIDADE"	138
FIGURA 46 - PÁGINA "ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUTURO DO BAIRRO"	139
FIGURA 47 - PÁGINA "SOBRE"	140

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

EDP ENERGIAS DE PORTUGAL

CIAM CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA

E.N. ESTRADA NACIONAL

CNUDH COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

ICOMOS INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, ao longo de todo o território, o Estado Português desenvolveu planos gerais para o aproveitamento dos recursos hídricos culminando na projeção e edificação de dezenas de Barragens, destinadas a um planeamento para a eletrificação do país. No decorrer deste processo hidroelétrico são desenhados e construídos diversos Bairros, como infraestruturas de apoio às obras das Barragens, com estruturas desde equipamentos habitacionais, sociais e de lazer que manifestam, entre si, múltiplas semelhanças no que diz respeito ao pensamento urbanístico e arquitetónico. Ao mesmo tempo, revelam-se diferenças ao nível da capacidade habitacional, intenções de futuro, qualidade das arquiteturas, bem como diferenças provocadas pelas características morfológicas dos locais de implantação.

Por um lado, encaramos este Património Barragista como um objeto patrimonial, sobre o qual é preciso produzir conhecimento como forma de posterior sensibilização e consciencialização, ao mesmo tempo que se contribui para a sua valorização e criação de propostas de planeamento e de gestão para uma tipologia de Património Arquitetónico que carece dos mesmos. Por outro lado, são locais fundamentalmente habitacionais e é, neste parâmetro, que emerge uma das maiores problemáticas. Ao depararmos-nos com esta temática, logo à partida, averiguamos que as condições da generalidade dos Bairros não são estanques e há diversas variáveis a ter em conta que podem ter permitido a sua continuidade e preservação no tempo. No entanto, alguns encontram-se em parcial ou total estado de abandono e de degradação, com uma taxa reduzida de ocupantes e sem qualquer tipo de planeamento para o seu futuro, justificando-se assim a necessidade do estudo caso a caso.

No entanto, a valorização destes Bairros e a necessidade de os preservar, enquanto testemunhos sociais e históricos é sustentada por Cartas e Convenções Internacionais aplicadas ao Património que referem que os conjuntos arquitetónicos são “agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica” (CONSELHO DA EUROPA, 1985: artigo 1) e que “o património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do

passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução (...)” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: artigo 2).

Também a *Lei-Base do Património Cultural Português* (Lei nº107/2001) define o património cultural como “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização” (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2001: artigo 2) e que o interesse cultural assenta em valores de “memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2001: artigo 2).

Estas referências indicam a necessidade de manter viva a memória e a tradição de um testemunho do passado, cuja importância, no nosso caso, remete para a cronologia da construção das Barragens, a importância social destes Bairros e a sua relevância enquanto um conjunto a conservar. Todavia, não é só a memória que se impõe quando se trata da salvaguarda deste património. Alguns exemplares, entre ao quais se encontra o caso em estudo, o Bairro da Barragem de Crestuma-Lever, mantêm-se como lugar de habitação o que levanta questões de salvaguarda de uma natureza distinta relativamente aos que estão desabitados.

Como referido, estamos perante um património e uma tipologia arquitetónica pouco valorizada e conhecida pela nossa sociedade, o que apresenta uma ameaça para a sua proteção. O estudo destes objetos e a sua divulgação são essenciais, o que se articula com o princípio de que “o património arquitetónico tem um valor educativo determinante” (ICOMOS, 1975: artigo 5) e, conseqüentemente, “importa por isso conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências” (ICOMOS, 1975: artigo 5). Por não estarmos a trabalhar sobre um grande monumento nacional, a falta de conhecimento para as pequenas arquiteturas ou conjuntos arquitetónicos consiste num perigo para a sua permanência no tempo. Este património “(...) está ameaçado pela ignorância, pela vetustez, pela degradação sob todas as formas, pelo abandono” (ICOMOS, 1975: artigo 6).

Neste sentido, o presente trabalho designado de **“Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê”**: O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever, realizado no âmbito da

modalidade de Projeto do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pretende revelar-se como um contributo fundamental para expandir a consciência sobre o Património Arquitetónico Barragista, do qual existem escassas investigações ao nível nacional e, no caso de Crestuma-Lever, são inexistentes. O tema do projeto alia o interesse pessoal por Património local e Arquitetónico, bem como pela proximidade emocional à freguesia de Lever, sendo simultaneamente uma colaboração para o alargamento do conhecimento da história local.

Ao iniciar a investigação sobre o caso-de-estudo de Crestuma-Lever deparamo-nos com uma realidade tão próxima e tão distante ao mesmo tempo. Apesar da proximidade residencial ao local do Bairro, não existia a consciência da comunidade que lá vivia e os problemas que enfrentavam, nem do estado de conservação atual ou das circunstâncias da construção do Bairro, bem como da existência de outros. Foi a partir de uma primeira visita ao local que se iniciou a pesquisa de outros estudos e exemplares em território português, o que revelou uma multiplicidade de casos, de natureza semelhante, mas realidades atuais distintas. Por um lado, averiguamos casos em que os Bairros sofreram intervenções, encontram-se maioritariamente ocupados e num bom estado de conservação e, por outro, situações como Crestuma-Lever que, como iremos ver, se distancia destes parâmetros.

Surgiu, desta forma, a consciência da urgência de estudar o Património aqui existente, mas reconhecendo a sua importância como espaço habitacional que necessita de reabilitação como forma de melhorar a qualidade de vida de quem dele usufrui diariamente. Ao longo deste trabalho, detetámos a tristeza desta comunidade que se sente abandonada, com poucas expectativas futuras e distanciada de tudo o que a rodeia. Acreditamos, portanto, que este trabalho pode ser um passo para o reconhecimento do problema e potencialização de um projeto futuro.

Em Portugal os Bairros das Barragens configuram uma temática presente em investigações em áreas como a Arquitetura, Antropologia e Engenharia, o que revela a multiplicidade de abordagens às quais este tema pode estar sujeito. No entanto, acreditamos que é urgente desenvolver um estudo sob a vertente patrimonial que permita valorizar o Bairro, pela sua arquitetura e urbanismo e integração numa tipologia

arquitetónica e, conjuntamente, apresentar modelos de atuação que permitam a sua continuidade no tempo, enquanto espaço de habitação e de memória.

Nesta linha de ideias e conscientes da pertinência do desenvolvimento deste tema, o presente projeto encontra-se sob a alçada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), definindo-se como principal objetivo a contribuição para o estudo, divulgação e valorização do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever enquanto Património Arquitetónico. Para atingir este fim, foram levantadas várias problemáticas ao longo da pesquisa que se aliam na construção de objetivos específicos como o estudo integrado do Bairro a partir da compreensão da sua implantação, planeamento urbano, tipologias arquitetónicas e linguagem arquitetónica aplicada; a compreensão de que este Bairro pode ou não ser incorporado nos mesmos objetivos e programa construtivo dos outros Bairros de Barragens do Douro; a reflexão sobre o atual estado de conservação deste Bairro. Quais as transformações que sofreu, se há projetos definidos e se apresenta marcas de abandono ou se permanece habitado; o consciencializar a comunidade e as tutelas para a existência deste Património, para a necessidade do seu conhecimento e valorização, bem como salvaguarda e preservação; e, por fim, compreender como pode ser o futuro deste Bairro a partir da apresentação de propostas de atuação.

A metodologia de trabalho adotada para o Projeto centrar-se-ia em duas vertentes distintas – Investigação Teórica e a Execução do Produto. No entanto, por constrangimentos alheios à autora e à instituição de acolhimento, foram realizadas as bases teóricas para transformação em conteúdo para um *website*, bem como o protótipo do design e conteúdo que estará futuramente disponível nesta plataforma.

No que diz respeito à fase da Investigação Teórica, realizou-se um levantamento da bibliografia existente em Portugal sobre esta temática. Ao compreender, como referido, a escassez destes recursos foi realizado um levantamento de Periódicos locais, entre o ano de 1977 e 1986, na Biblioteca Municipal do Porto, como forma de colmatar lacunas na investigação, responder às questões existentes sobre o tema e recolher fontes visuais. Para este efeito foi consultado o jornal *O Comércio de Gaia* (referindo-se a inexistência de periódicos do ano de 1979 e apenas três tiragens de 1978); o *Jornal de Gaia*; *O Comércio do Porto*; e *O Gaiense* (tendo sido apenas possível consultar de Janeiro

de 1977 a 15 de julho de 1979). Porém, a maioria das notícias referentes ao tema centravam-se nas políticas de eletrificação, na construção da Barragem propriamente dita e, posteriormente, na designada “Guerra das Placas” entre a freguesia de Crestuma e de Lever devido ao nome da Barragem. Como resultado da diminuta informação retirada da consulta destes periódicos, o momento seguinte resultou na consulta de documentação no Centro de Documentação da Fundação da EDP, em Lisboa, seguindo os mesmos objetivos referidos anteriormente. A maioria da documentação existente focava-se, no entanto, em planos de engenharia e estudos preliminares para a Barragem, tendo sido apenas possível recolher algumas informações e datas, bem como uma planta e algumas fotografias do Bairro.

O obstáculo da informação obtida foi superado a partir da realização de inquéritos à comunidade e entrevistas a antigos trabalhadores (que podem ser consultados no volume II) que permitiram reconstruir uma cronologia dos factos e colmatar as dúvidas que não podem ser respondidas a partir das visitas ao local e do levantamento fotográfico realizado. No entanto, compreendemos que são dados subjetivos, nos quais se projeta a forma como a comunidade vê e se lembra dos factos e acontecimentos.

Partindo dos dados recolhidos realizou-se uma base de dados sob a forma de ficha analítica (que pode ser consultada no volume II), na qual se analisou, interpretou e se refletiu sobre a recolha efetuada, ao mesmo tempo, que se aplicou o método comparativo entre Crestuma-Lever e outros exemplares. O método comparativo permite estabelecer relações de semelhança e disparidade entre os diferentes casos apresentados, reforçando o caráter de conjunto tipológico do Património Arquitetónico Barragista, permitindo preencher carências da nossa informação.

No caso português, optou-se pela escolha das Barragens do Douro, nomeadamente Picote, Miranda do Douro e Bemposta, excluindo-se Carrapatelo, Régua (Bagaúste), Valeira e Pocinho pelo facto de os Bairros, nestas Barragens, já terem sido totalmente desmontados. A escolha do território do Douro assenta na similaridade topográfica dos locais de implantação, permitindo o estabelecimento de relações entre realidades próximas. Todavia, ao longo da investigação, alargou-se a pesquisa para exemplares espanhóis, em locais que correspondessem às mesmas questões topográficas, de forma a entender se os fenómenos da morfologia urbana dos Bairros e planeamento arquitetónico

visíveis em Portugal estão presentes noutros aglomerados. Com este propósito, estendeu-se o método comparativo aos Bairros da Barragem de Valdecañas (Cáceres, Extremadura), de Alcántara ou José María Oriol (Cáceres, Extremadura), El Molinar (Albacete, Castilla-La Mancha), o Bairro do Salto de Lucas Urquijo (Cuenca, Castilla-La Mancha), o Bairro de El Tranco del Lobo do Salto del Júcar (Albacete, Castilla-La Mancha), La Lancha da Barragem de Jándula (Jaén, Andalucía) e Benagéber (Valencia, Comunidad Valenciana), todos em território espanhol.

Relativamente às fichas do catálogo, estas organizam-se a partir de diferentes pontos. 1 – *Identificação* que, no caso das Tipologias Habitacionais, se encontra dividido entre Lote, Tipologia e Número de Porta e, no caso das Tipologias Sociais, surge como “Designação”. 2- *Localização no Território*, no qual se insere uma imagem em satélite com a localização; 3 – *Levantamento Fotográfico*, no qual se insere fotografias da autora ou recolhidas ao longo da pesquisa; 4 – *Composição*, no qual se enumera a composição interior do espaço da planta, quando este se conhece; 5 – *Dimensões*, se aplicável; 6 – *Materiais*, quando aplicável e se conhecido; 7- *Tipo de ocupação inicial e atual*, no qual pretendemos identificar se a ocupação inicial era do tipo unifamiliar, bifamiliar ou multifamiliar e como se mantém atualmente e, no caso, das Tipologias Sociais averiguar quais eram os serviços disponíveis; 8- *Estado de Conservação*, no qual aferimos o atual estado de conservação e os principais problemas que são visíveis; 9 – *Descrição Analítica*, no qual descrevemos a linguagem arquitetónica aplicada, disparidades entre arquiteturas dentro do Bairro, exceções encontradas, bem como a aplicação do método comparativo com outros exemplares; 10 – *Outras observações*, quando relevante; 11 – *Documentos Iconográficos*, no qual são inseridas outras imagens que retratem as comparações efetuadas; 12 – *Documentos textuais*, com a listagem de documentos utilizados como fontes para a descrição analítica; 13 – *Bibliografia*, com a listagem de referências bibliográficas utilizadas para a descrição analítica.

A semelhança entre todas as arquiteturas analisadas neste catálogo analítico conduziu a textos de análise profundamente semelhantes e, nesse sentido, utilizou-se o *bold* como forma de destaque para alterações visíveis nos volumes arquitetónicos, comparações com outros casos ou exceções dentro de cada tipologia.

Por questões metodológicas associadas à redação e organização do trabalho, o Estado da Arte é desenvolvido ao longo dos capítulos.

O presente relatório divide-se em duas partes. O Volume I corporiza a investigação teórica e reflexão sobre o tema e, o Volume II, apresenta os apêndices com a recolha de dados e tratamento dos mesmos. No que concerne o Volume I:

O Capítulo 1 - *A Implantação do Bairro no território* situa o caso-de-estudo no território, sintetizamos as circunstâncias de construção e refletimos sobre as soluções de implantação encontradas perante a topografia do terreno.

No Capítulo 2 – *Planeamento Urbano do Bairro* abordamos questões do urbanismo inerentes ao planeamento do aglomerado e refletimos sobre a problemática da hierarquização nestes espaços.

O Capítulo 3 – *O Bairro de Crestuma-Lever* evidencia-se como uma reflexão sumária sobre os equipamentos arquitetónicos existentes no Bairro e questões de autoria do projeto. Este capítulo encontra-se fragmentado por dois subcapítulos: o subcapítulo 3.1 – *As Tipologias Habitacionais* no qual se sumariza os pontos em comum da linguagem arquitetónica entre todas as habitações, bem como o tipo de ocupação, os materiais aplicados e as dimensões. Este subcapítulo encontra-se dividido entre o ponto 3.1.1 e o ponto 3.1.7, agrupando-se diferentes moradias em tipologias, a partir das quais se realizou uma análise generalizada do pensamento arquitetónico inerente a cada, não deixando de se salientar as diferenças visíveis; e o subcapítulo 3.2 – *As Tipologias Sociais* remete para os equipamentos sociais existentes no Bairro, ao longo da sua existência, bem como uma análise da sua linguagem e função.

No Capítulo 4 – *Estado de Conservação do Bairro* refletimos sobre os problemas visíveis e obstáculos para a conservação, bem como as causas prováveis da sua existência. Ainda neste capítulo evidenciamos ações de conservação e manutenção levadas a cabo pelos moradores.

No Capítulo 5 – *O Bairro e a Comunidade* destacamos o envolvimento e a participação da comunidade, remetendo todo o capítulo para as respostas resultantes dos Inquéritos realizados, o que permitiu ponderar sobre as circunstâncias de fixação, o sentimento de comunidade, as memórias do passado, as tradições, a sua perceção sobre o

local onde moram, se pretendem permanecer no local, obras já realizadas nas habitações, quais as expectativas para o futuro e o que desejavam que fosse diferente.

No Capítulo 6 – O Futuro do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever, enumeramos os problemas associados à gestão e planeamento do Bairro, questões legais a serem resolvidas, projetos futuros, bem como ações de reabilitação e revitalização levadas a cabo noutros Bairros de Barragens ou noutros casos-de-estudo com situações similares e que, devido ao seu sucesso, podem, em alguns exemplos, ser reaplicadas ou ponderadas para o nosso caso-de-estudo, levantando possibilidades de intervenções a fazer e como podem ser realizadas. Ao mesmo tempo, referimos a importância da manutenção associada à conservação preventiva.

Por fim, o capítulo 7 – O Projeto, no qual resumimos as atividades desenvolvidas em torno do tema, focando na vertente prática da criação do protótipo de *website*.

O Volume II é organizado pelos apêndices com o trabalho desenvolvido, dividindo-se no ponto 1 – *Catálogo Analítico – Tipologias habitacionais*, no qual se inserem as fichas analíticas desenvolvidas; 2 – *Inquérito à Comunidade do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever*, no qual se insere o modelo do Inquérito realizado; 3- *Transcrições do Inquérito à Comunidade do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever*, com as transcrições das respostas da comunidade; 4- *Guia de Questões – Entrevistas a antigos trabalhadores da Barragem*, com o modelo de questões para as entrevistas; 5 – *Transcrições – Entrevistas aos antigos trabalhadores da Barragem*, com a transcrição das entrevistas realizadas.

1. O Projeto

O desenvolvimento de um Projeto permite colocar em prática a investigação realizada, executando-se a intenção de divulgação de conhecimento sobre o Património Arquitetónico em análise, bem como a tentativa de construção de um percurso que permita a sua salvaguarda, contribuindo para um melhor conhecimento que se dirige às tutelas e ao público em geral da comunidade que nele reside.

Como referido anteriormente, foi perante este propósito que o presente Projeto foi acolhido pelo CITCEM, tendo-se iniciado no dia 1 de dezembro de 2021. O cronograma proposto para a sua concretização foi definido a partir da metodologia indicada na Introdução deste Relatório. Nesse sentido, reservou-se um maior período de tempo para a investigação teórica – bibliografia, fontes documentais, arquivos, consulta de periódicos -, refletida nas fichas do catálogo analítico desenvolvidas. Ao longo deste período, estas atividades foram intercaladas com a vertente prática e de interação com o Bairro e com a sua comunidade, a partir de visitas ao local, Inquéritos e Entrevistas realizadas, bem como o levantamento fotográfico de todo o edificado.

A definição dos objetivos deste Projeto transportaram-nos para a ideia da conceção de um produto final, sendo este a construção de um *website* associado ao do CITCEM que permitirá a disseminação do conhecimento sobre o nosso caso-de-estudo, com o intuito de o aproximar da comunidade e do público a partir de uma interação dinâmica que resulta do entendimento da história do local, da sua arquitetura e implantação, bem como da própria comunidade, o que pode ser transmitido a partir de vídeos cujo foco são as memórias dos residentes, bem como de textos analíticos resultantes do trabalho de investigação realizado e que irá ser demonstrado ao longo dos próximos capítulos.

Perante a impossibilidade institucional de, ao longo do período do Projeto, se criar o *website* final, foi por nós realizado um protótipo daquilo que futuramente poderá ser construído e aperfeiçoado para ir de encontro aos parâmetros e objetivos definidos. O protótipo do *website* foi idealizado na plataforma “Wix”, desenvolvendo-se um *design* de

uma plataforma visualmente limpa, organizada e acessível que permita a fácil navegação e perceção dos conteúdos.

Ao reconhecer o perigo do desconhecimento e a falta de valorização perante esta tipologia de Património Arquitetónico, acreditamos que a elaboração desta ferramenta digital é um caminho para o retroceder desta tendência pois acarreta consigo visibilidade, conhecimento, identificação e propostas efetivas, o que nos permite estabelecer uma relação de proximidade com o público em geral. Nesta linha de pensamento, ficaria determinado o primeiro ponto de dar a conhecer os valores patrimoniais, seguindo-se a concretização de distinguir a sua comunidade e dar-lhes voz como parte inerente do espaço e, por fim, a inevitabilidade de consciencializar, enumerando os principais problemas e a relevância de os resolver.

Apesar da metodologia de investigação incorporar o método comparativo a outros Bairros, defendemos a necessidade de que esta plataforma visual seja encarada como um espaço para evidenciar especificamente o nosso caso de estudo, o Bairro da Barragem de Crestuma-Lever, pelo que os conteúdos produzidos centram-se neste exemplar, existindo apenas breves menções a outros exemplares portugueses.

Indicamos que, para a criação de conteúdos visuais, foram utilizadas as fotografias recolhidas e levantadas ao longo do Projeto e, para os conteúdos textuais, tivemos como base os textos analíticos das fichas, aqui adaptados para uma abordagem informativa mais generalizada. Todos os textos são acompanhados, no final da página, das respetivas referências bibliográficas e documentais. Para o desenvolvimento dos conteúdos foi desenvolvido um guião (apêndice 1 deste volume) que permite a organização dos textos e dos elementos visuais ao longo de todo o *website*.

A organização do *website* é feita a partir de 8 páginas, que podem ser consultadas nos apêndices deste volume. Na *Homepage* do *website* é disponibilizado o menu de navegação, fotografias demonstrativas das diversas páginas informativas que podem ser consultadas, bem como um *gadget* de um Mapa Satélite, da *Google*, que permite identificar imediatamente a localização do Bairro. A página “Implantação do Bairro” é pensada como um espaço para a breve contextualização das condições que conduziram à construção do Bairro; a leitura da planta do estaleiro; e as características morfológicas do território. A página “Planeamento Urbano”, como o seu nome refere, transmite as ideias-

chave do pensamento urbanista por detrás do Bairro, associadas à topografia e às pré-existências do território; reflete-se sobre o desenho e abertura de vias; e à hierarquização entre classes trabalhadoras como prática comum para a atribuição das habitações. Relativamente à página “Tipologias Habitacionais” é desenvolvida uma nota introdutória com as características da linguagem arquitetónica que são comuns à maioria das habitações. De seguida, é apresentada uma listagem de todas as tipologias existentes, com fotografias representativas e breves textos que refletem as particularidades de cada uma. No final, dispõe-se de uma galeria de fotografias com imagens respetivas a todas as habitações. Na página “Tipologias Sociais” expõe-se uma breve reflexão relativa às arquiteturas, de carácter temporário, sociais que existiram no Bairro ao longo do tempo. Na página “A Comunidade” construímos uma narrativa que coloca os moradores no foco da análise, introduzindo os aspetos que valorizam no Bairro, a memória do passado e a problemática do sentimento de comunidade. No que diz respeito à página “Estado de Conservação e Futuro do Bairro” optamos por unificar os dois tópicos que, ao longo deste Relatório, foram trabalhados em capítulos diferentes. O objetivo seria de interligar as duas questões, referindo quais os problemas atuais que afetam o estado de conservação e, ao mesmo tempo, levantar possibilidades para a sua resolução. Por fim, a página “Sobre” é uma contextualização do âmbito do Projeto e dos seus principais objetivos.

Derivado de uma investigação científica, no planeamento do *website* procuramos dividir a quantidade de informação disponibilizada em dois segmentos. O primeiro com informação mais generalizada e de rápido reconhecimento das principais características do Bairro e, um segundo segmento, que nos permite aprofundar algumas questões e problemáticas inerentes ao mesmo.

Pelo facto desta proposta se encontrar em fase de protótipo, os conteúdos disponibilizados são meramente fotografias e textos de análise, sendo que no futuro a plataforma agregaria vídeos da comunidade, nos quais pudessem expressar as suas memórias do passado e as transformações do Bairro ao longo do tempo, bem como pudessem alertar para os problemas atuais e à necessidade de estes serem encarados como uma prioridade para estes moradores.

2. A Implantação do Bairro no território

O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever é um aglomerado populacional situado na freguesia de Lever, integrando o grupo de freguesias a sul do concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto. Situado num vale nas encostas do Douro (figura 1), o seu lugar de implantação reflete as características morfológicas do território do Baixo Douro.



Figura 1 - Local de implantação do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever. Fonte: *Google Earth* [19/07/2022]

Em 1977 a atual EDP, anteriormente Electricidade de Portugal, com o objetivo de aproveitar economicamente o rio Douro inicia os trabalhos preparatórios para a construção do Escalão de fins múltiplos de Crestuma, posteriormente, Crestuma-Lever, adjudicando a empreitada principal das obras de engenharia civil à Construtora Tâmega, igualmente responsável pela edificação do Bairro. Tal como se verificou nas Barragens do Douro Internacional, datadas de cerca de quarenta anos antes, bem como em casos espanhóis, as grandes obras hidroelétricas eram em todos os casos acompanhadas de Bairros dotados de equipamentos habitacionais e sociais de apoio aos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento das obras.

A Tâmega inicia a construção de um Bairro, nas imediações do Estaleiro de Obras, constituído por 54 habitações, das quais atualmente existem 50, para os trabalhadores e as suas respetivas famílias. Associadas à EDP, Tâmega ou outra empresa subcontratada para o projeto, existiram ainda construções pré-fabricadas na modalidade de Dormitório e de equipamentos sociais de apoio.

O contrato celebrado entre a Construtora Tâmega e a, à época, Electricidade de Portugal definia dois tipos de obras para este escalão – as temporárias e as permanentes. Por Obras Temporárias “entendem-se todas as obras de carácter temporário, de qualquer natureza, necessárias para ou em relação com a execução ou conservação da obra” (EDP, 1977: 2) e, por Obras Permanentes, “entendem-se as obras permanentes a serem executadas e conservadas de acordo com o Contrato” (EDP, 1977: 2). A definição do carácter de permanência das obras é profundamente relevante para o nosso estudo, na medida que é sobre o conceito de “permanente” e “temporário” que se baseia a organização espacial e urbana dos Bairros e das suas arquiteturas.

Se, por um lado, em casos como o Bairro de Picote é visível a dualidade entre os dois conceitos, em Crestuma-Lever a sua definição altera-se. As obras permanentes seriam, por excelência, a Barragem, a Central e a Eclusa de Navegação, pelo que todos os equipamentos que constituíssem o Bairro seriam considerados de “temporários” e, como o artigo 33º do Contrato refere “Ao concluir a Obra o Empreiteiro retirará do Local da Obra todo o Equipamento de Construção, excedentes de materiais, entulho e Obras Temporárias de toda a espécie e deixará limpos a totalidade do local da Obra e a Obra em estado conveniente aprovado pelo Empreiteiro” (EDP, 1977: 22). Aferimos, concludentemente, que as arquiteturas habitacionais de carácter temporário se tornaram, com a passagem do tempo, permanentes.

A alteração da finalidade das arquiteturas não é caso único em Lever. Como referido, em Picote convivem atualmente arquiteturas permanentes e arquiteturas temporárias que ainda perduram. É o caso das habitações do designado “Bairro Verde”, considerado um conjunto habitacional de casas desmontáveis ou habitações temporárias que acabaram por não ser desmontadas nem destruídas (MARTINS, 2018: 45). Porém, esta solução repete-se novamente em Miranda do Douro (figura 2), o que nos trouxe até hoje um conjunto de “casas isoladas construídas com paredes de madeira em elementos

pré-fabricados apoiadas sobre bases de pedra modeladas no terreno” (FERNANDES, CANNATÀ, 1997: 167).



Figura 2 - Habitações de Miranda do Douro. Captura de ecrã *Google Maps* [23/04/2021]

Tal como tinha vindo a ser desenvolvido desde a primeira Barragem do Douro, em Picote, na década de 50, independentemente da intenção de permanência das arquiteturas, o Bairro é pensado como um todo que se relaciona com o local aonde se implanta, demarcando-se um claro objetivo em diferenciar os espaços de habitação, sociais e de trabalho, ao mesmo tempo que se relacionam entre si. Uma relação entre estes Bairros de Barragem é o “domínio da relação entre construído e território, na adaptação topográfica e natural, e o aproveitamento das vistas sobre a paisagem (...)” (MARTINS, 2018: 86).

A relação intrínseca entre a arquitetura e o urbanismo destes espaços impede que sejam estudados individualmente. Autores como Andreia Jorge Martins (2018) que se dedica ao estudo da «*A habitação temporária no barrocal do Douro – Picote - entre 1953 e 1957*», incorpora na sua metodologia de análise um estudo sobre a organização espacial e social do Bairro, sendo esta abordagem de profundo interesse para o nosso caso-de-estudo, na medida em que este Bairro não pode ser lido apenas com o foco no espaço, mas sim tendo presente a preocupação social em servir comodamente e com dignidade os trabalhadores, melhorando a sua qualidade de vida.

A perda progressiva de equipamentos construídos ao longo do tempo e a escassez documental e fotográfica referentes ao nosso tema, não permitem uma abordagem profunda do que coexistiu e em que fases foi planeado para servir os trabalhadores. Destacam-se os documentos existentes na Fundação EDP (datados de 1969 a 1982)

referentes ao Projeto do Escalão, aos Relatórios dos Grupos de Trabalho e às Memórias do Projeto e aos Suportes Fotográficos que a partir de breves referências e, primordialmente, a partir da Planta do Estaleiro (figura 3) desenvolvida pela Direção dos Equipamentos Hidráulicos da Companhia Portuguesa de Electricidade, datada de 1977, nos permite aferir a primeira linha de pensamento destinada ao programa de implantação.



Figura 3 - Planta do Estaleiro da Barragem de Crestuma-Lever. Fonte: EDP, 1977

A referida Planta indica que à época de início de obras e construção do Bairro foi projetada uma grande via principal de acesso e circulação rodoviária que ligaria o acesso ao terreno da EDP a partir da área habitacional, seguindo-se uma via tortuosa até ao local da Barragem propriamente dita. Porém, a análise de fotografias aéreas do Estúdio Tavares da Fonseca (1984) permite questionar se o projeto foi inicialmente seguido consoante o seu desenho; se com o tempo e as novas necessidades se alterou a localização dos equipamentos; ou se a topografia obrigou à mudança de planos. Reconhecendo-se, neste parâmetro, o impedimento de comprovar cronologicamente o organicismo do Bairro pela falta de documentação.

Não obstante, a Planta demarca três áreas para a implantação de equipamentos habitacionais, cujas fotografias e referências corroboram a sua existência. Ao aceder ao terreno da EDP, segundo o documento, de um lado da estrada desvenda-se primeiramente

o Bairro de 54 habitações designado como “Zona das Instalações da E.D.P” que, como referido anteriormente, na realidade destinar-se-ia aos trabalhadores da Tâmega. No lado oposto da estrada encontrar-se-iam a área dos designados “Dormitórios”, destinados aos trabalhadores da EDP. Aquilo que nos foi possível apurar a partir das referidas fotografias aéreas é uma situação ligeiramente diferente da projetada, na medida em que os Dormitórios, na sua maioria, se encontram diretamente a sul da zona referida primeiramente. A terceira área é designada como “Zona destinada às Instalações do Empreiteiro” que, na Planta, surgem a Oeste da Barragem, porém, estariam situadas a Este da mesma. A terceira área seria, igualmente, um espaço de Dormitórios para outros empreiteiros envolvidos na Barragem, como a Sorefame. No entanto, a Planta diferencia apenas as áreas referidas e não o número de equipamentos/arquiteturas existentes em cada uma.

Na Planta não surge desenhada a localização dos equipamentos sociais. Um artigo publicado na Revista Eléctrica da autoria da EDP refere que “dos estaleiros da EDP fazem sempre parte uma Pousada, Instalações do Clube de Pessoal, Refeitório, e Posto Médico” (EDP, 1985: 4). Apesar de estes equipamentos não se encontrarem discriminados na planta, existem referências a um equipamento polivalente que conjugaria a Pousada, Refeitório e Sala do Clube do Pessoal EDP e que se situaria a uma curta distância para oeste do Bairro, o que permitiria o fácil acesso. A estes acrescenta-se a existência de um supermercado e de um Campo de Futebol no coração do Bairro. Quanto ao Posto Médico, normalmente existente noutros Bairros, a EDP refere que ainda que “excepcionalmente, dada a proximidade da cidade do Porto, Crestuma-Lever não tem posto médico, sendo os trabalhadores servidos pelo posto médico do Porto” (EDP, 1985: 4).

Encontramos aqui um paralelo entre o Bairro de Crestuma-Lever e outros Bairros de Barragens. Lever, tal como Miranda do Douro, são dois Bairros projetados para integrar um aglomerado pré-existente, o que significa que em ambos os casos existiram infraestruturas básicas referentes à tipologia social, pelo que os projetos desenhados diferem de outros exemplos, nomeadamente em Espanha e em Picote no qual coexistiram diferentes equipamentos sociais. Refletindo sobre as diferenças territoriais entre as regiões referidas, compreendemos que o facto de Crestuma-Lever se inserir numa Vila pré-existente e, como referido, a proximidade de 17 km ou 21 km ao centro de Vila Nova

de Gaia e do Porto, respetivamente, origina diferenças no pensamento urbanista do próprio empreendimento.

Se, em Portugal, Picote se tornou o primeiro caso barragista, em Espanha o processo ter-se-ia iniciado nos inícios do século XX, optando-se por espaços montanhosos, longe de outras povoações e que mantivessem o seu carácter natural (CARBAJAL-BALLELL, 2020: 122). Dado o grande conjunto de trabalhos e a necessidade de albergar milhares de pessoas e as suas famílias, iniciou-se a construção de povoamentos com espaços sociais e habitacionais. Picote, nomeadamente, era frequentemente referido como uma zona profundamente rural e precária em relação ao restante panorama nacional, sobretudo no que diz respeito a acessos, mão-de-obra e infraestruturas, o local escolhido para a construção era remoto, sem aglomerados urbanos próximos e de difícil acesso, encontrando-se nesta pequena localidade o primeiro exemplar de um Bairro para Barragistas em território nacional equipado com lavandaria, refeitório, capela, escola, centro comercial, zona recreativa, piscina, café, entre outros. Tornam-se, portanto, as diferenças territoriais um dos principais motivos de diferenciação entre os exemplares Barragistas em análise e os projetos de equipamentos a serem construídos.

O planeamento urbano do aglomerado reflete um pensamento ponderado sobre o território em que se insere. Vários autores debruçaram-se sobre a temática dos Bairros de Barragens em Espanha (*colonias obreras ou poblados hidroeléctricos*), afirmando existir princípios fundamentais que guiam o seu desenvolvimento e implantação. Juan Carlos García Adán que desenvolveu um estudo sobre a «*Modernid arquitectónica en el paisaje extremeño: los poblados hidroeléctricos de Valdecañas y Alcántara (Cáceres)*» (2018) defende que existem seis pontos que permitem a sua análise, sendo estes 1) a implantação do povoado no terreno; 2) a orientação dos edifícios; 3) os serviços comuns; 4) as habitações; 5) a qualidade construtiva das construções; 6) os materiais utilizados (ADÁN, 2018: 225-226).

Autoras como Laura Lizondo-Sevilla e Nuria Salvador Luján dedicaram-se, em investigações conjuntas, ao estudo de vários exemplares espanhóis, tais como os três Bairros situados no rio Júcar em Castilla-La Mancha – El Molinar, Lucas Urquijo e El Tranco del Lobo –, abordando a morfologia urbano-paisagística em «*Las colonias*

obreras de Hidroeléctrica Española en Castilla-La Mancha. Caracterización de su morfología urbano-paisajística» (2016), bem como o estudo direcionado para a tipologia de bloco residencial (ou Dormitório) como um elemento fulcral do Modernismo e um fragmento da arquitetura espanhola em «*El Bloque Residencial de la Colonia Obrera Lucas Urquijo*», em conjunto com Ignacio Bosch Reig (2014). As referidas autoras defendem que “a racionalidade, sinceridade, transparência, funcionalidade e a estandardização” (LIZONDO-SEVILLA; LUJÁN, 2016: 642) são os pontos fulcrais que permitem a existência de uma morfologia urbano-paisagística.

Um dos primeiros pontos a referir é o local escolhido, sendo este preferencialmente próximo do local das obras, facilitando as deslocações e a qualidade de vida dos trabalhadores pois “as distâncias entre os locais de trabalho e os locais de habitação devem ser reduzidas ao mínimo” (CIAM, 1933: ponto 46). No caso de Lever, este local, demonstrado na figura 1, é caracterizado por um declive acentuado até ao Douro, rodeado por um grande conjunto de elevações. Partindo da topografia deste espaço compreendemos um dos principais objetivos da configuração dos Bairros, sendo este a profunda adaptação do seu conjunto arquitetónico ao terreno. Associando esta ideia aos programas que revelavam a reserva das “cotas mais altas do terreno para o homem trabalhador, beneficiando de conforto, bem-estar e dignidade” (MARTINS, 2018: 86), para que este usufruísse do seu privilégio de disfrutar das melhores vistas sobre a paisagem, a única solução para resolver o problema das cotas de declive acentuado seria a implantação arquitetónica por socalcos.

Por um lado, a implantação em socalcos revela a preocupação em adaptar as arquiteturas à topografia do terreno, visível na figura 4, associada à orientação das mesmas com o objetivo de estas privilegiarem de melhores vistas sobre a paisagem, bem como maior influência de luz natural, seguindo as diretrizes do urbanismo modernista patentes na Carta de Atenas que refere que “os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se da topografia, observando-se o clima, dispondo-se da insolação mais favorável e de superfícies verdes adequadas” (CIAM, 1933, ponto 23). Por outro lado, os efeitos topográficos são claramente visíveis ainda no atual traçado sinuoso dos socalcos e das vias interiores de circulação rodoviária. Neste parâmetro remetemos para o facto de o Bairro ser pensado como um espaço temporário, de construção rápida e económica e, como tal, a questão dos acessos

acondicionados e asfaltados, profundamente lineares pode ser considerado um aspeto secundário.



Figura 4 - Implantação em socalcos (recorte). Créditos: Estúdio Tavares da Fonseca, 1984. Disponível em Centro Português de Fotografia

Encontrada a solução de implantação, seria possível manter a racionalidade do espaço que se refletia na necessidade de albergar o maior número de trabalhadores, aproveitando ao máximo o espaço existente, o que reflete uma adaptação ordenada e funcional. Contudo, aqui encontramos um ponto de divergência com as *colonias obreras*. O objetivo, direcionado ao extremo, de adaptar as arquiteturas à topografia do terreno, conduziu a que os aglomerados se tornassem dispersos e fragmentados, existindo casos em que no mesmo Bairro existem diferentes assentamentos como é o caso de *Alcántara*, em Espanha. María Jesús Teixidó Domínguez em «*El poblado del embalse de Alcántara. Un ejemplo de urbanismo en el período de la Autarquía*» (2012) desenvolve um estudo sobre este caso como um exemplo de urbanismo no período da Espanha Franquista.

O planeamento do Bairro de Alcántara (figura 5) definia três áreas diferenciadas e distanciadas destinadas a trabalhadores de diferentes categorias profissionais e estados-civis, sendo estes o povoamento designado de “*Poblado José María de Oriol (Poblado Permanente)*” para os quadros superiores da empresa e com arquiteturas refletoras da vanguarda Modernista; o “*Poblado nº2*” com arquiteturas modestas e de baixa qualidade destinadas aos técnicos especializados; e, por fim, “*Los Cabezos (Poblado nº3)*” para os trabalhadores solteiros e caracterizado por Dormitórios pré-fabricados, demarcando-se claras intenções de hierarquização social no desenvolvimento do Bairro. Porém, diferencia-se de Crestuma-Lever por não ser um assentamento planeado como um todo, mas sim a partir de polos fragmentados que concretizam um propósito de diferenciar

categorias de trabalhadores já que, como iremos ver no capítulo 2, a hierarquização era uma prática comum nos Bairros associada ao seu planeamento urbano, mas que pode que ser alcançado de diferentes formas.

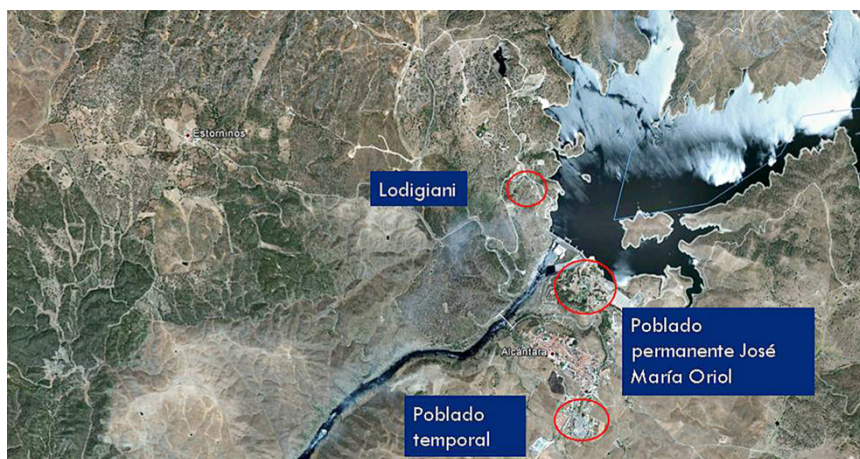


Figura 5 - Planeamento do Bairro de Alcántara. Fonte: DOMÍNGUEZ, 2012: 239

3. Planeamento Urbano do Bairro

A escolha do local de implantação e a solução encontrada para ultrapassar os obstáculos da topografia que, como vimos, se reflete na utilização de socalcos, permite planejar urbanisticamente o Bairro de forma ponderada e racional.

Conforme mencionado no capítulo anterior, os Bairros de Barragens eram projetados consoante a topografia do território e as pré-existências, evidenciando-se um compromisso de adaptar o urbanismo à paisagem local. Consequentemente, aquilo que observamos em questões urbanísticas reflete uma planta ordenada, de caráter semi-regular que se adapta aos declives da topografia a partir dos socalcos referidos. Como tal, não se observa uma planta profundamente regular nem no que diz respeito à implantação das arquiteturas, nem às vias construídas. A morfologia do terreno, próprio do vale do rio Douro, impede esse tipo de implantação, observando-se, em contrapartida, uma implantação arquitetónica que acompanha as curvas de nível do terreno, mantendo-se uma organização de arquiteturas por tipologia em cada um dos socalcos.

O desenho e a abertura das vias reflete, uma vez mais, esta intenção, como é possível constatar na cartografia da figura 6. Atualmente, no Bairro, são visíveis duas vias de acesso principais, bem como vias secundárias que não constam na Planta mencionada anteriormente. As vias secundárias mantêm-se em terra batida, seguem o traçado sinuoso do vale em que se implantam e funcionam como vias de circulação rodoviária e pedonal de acesso ao Bairro. Atualmente apenas estabelecem ligações entre a zona habitacional, tendo no passado servido para ligar esta zona à de lazer e de trabalho.



Figura 6 - Cartografia Bairro da Barragem de Crestuma-Lever. Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 2005: 11

Terão existido outras vias secundárias de acesso e circulação, demonstradas nas fotografias aéreas do Estúdio Tavares da Fonseca (1984). Estas fotografias revelam que as vias, novamente, se adaptavam ao traçado sinuoso do terreno, mantiveram-se em terra batida e criavam rotas de circulação entre as diferentes plataformas do Bairro da Tâmega, dos pré-fabricados da EDP e da Sorefame até ao Estaleiro e ao centro cívico.

Em relação à segunda via de acesso existente, levanta-se a hipótese de que a sua abertura seria posterior e, possivelmente, aquando da projeção e construção de novos acessos para a Barragem. Em 1983 surgem as primeiras referências às “obras que decorrem pelos pinheirais de Lever, destinam-se aos acessos para a barragem, onde irá nascer uma estrada com oito quilómetros, que ligará o coroamento da Barragem à E.N.

222 (...), a nova via seguirá em direcção à E.N. Nº 1, ao Picoto e também à Auto-Estrada do Norte, ao entroncamento do nó de Nogueira da Regedoura e ainda à E.N. 109, Porto-Aveiro” (JORNAL DE GAIA, 19 de dezembro de 1983: 64). A menção retirada de um periódico da época permite-nos compreender o isolamento da freguesia de Lever e a dificuldade de circulação e mobilidade existentes até à época da construção da Barragem que, conseqüentemente, visou uma perspectiva de futuro mais cómodo para todos os habitantes. A projecção desta nova via libertava “a freguesia da velha, esburacada e perigosíssima estrada que atravessa Crestuma” (O COMÉRCIO DO PORTO, 1 de agosto de 1984: 6) que, até então, era a única forma de acesso ao Estaleiro da Barragem e para o transporte de materiais. Acreditamos que a abertura desta nova via de acesso ao Bairro foi realizada no decorrer ou posteriormente à construção da nova estrada, sendo por isso estimado um período entre 1983 e 1985.

Outra questão associada ao planeamento urbanista Barragista era a existência de dois pontos centrais que permitem o seu desenvolvimento, sendo o primeiro a Barragem propriamente dita num dos extremos e, no extremo oposto, a existência de uma Capela/Igreja ou centro cívico, sendo entre estes dois polos geradores que se desenvolve a urbanização. Segundo Adán (2018), era a partir dos serviços comuns existentes numa praça pública localizada no centro do aglomerado que se desenvolvia toda a implantação. No caso espanhol de Valdecañas e de Alcántara, ou mesmo de Picote, este parâmetro verifica-se. No entanto, como referido anteriormente, Crestuma-Lever carece de fortes equipamentos sociais devido à sua localização, desenvolvendo-se apenas a partir da proximidade a um dos pontos centrais, a Barragem.

Igualmente a hierarquização, na atribuição das habitações, era uma prática comum em ambiente de Bairros, sendo igualmente uma realidade nos Bairros das Barragens, questão abordada por Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito (2015) na sua abordagem antropológica sobre a «*Hidroelectricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Trás-os-Montes)*» (2015).

A hierarquia “instalada no seio da empresa foi reproduzida na estrutura do bairro e das habitações” (PEQUITO, 2015: 135). De um modo geral, o pessoal empregado na Barragem era dividido por diferentes categorias, sendo estas “Pessoal dirigente (os engenheiros e o pessoal superior), Pessoal auxiliar (até à categoria de topógrafo), Pessoal

encarregado (os escriturários, encarregados e montadores), Pessoal especializado (os motoristas e operários especializados) e Pessoal trabalhador (pessoal não especializado)” (MOREIRA, 2020: 123). A distribuição das habitações era realizada consoante esta categoria, bem como pelo facto de serem solteiros ou casados, questão que irá influenciar soluções urbanísticas inerentes ao Bairro e à construção da Paisagem Hidroeléctrica, tema explorado igualmente por César Alexandre Gomes Machado Moreira na sua Tese de Doutoramento «*Hidroeléctrica do Cávado (1944-1966). A construção da paisagem hidroeléctrica do Cávado e as obras de Januário Godinho*» (2020).

Contrapondo Alcántara, o caso mencionado anteriormente, com o caso português, referimos o caso de Picote em que projeto prevê que a cota mais alta - o local com a vista mais privilegiada sobre a região - se destinava ao pessoal dirigente, da gestão e manutenção da central e à pousada e, nas cotas mais baixas, estariam alojados os restantes trabalhadores. Com este exemplo, compreendemos que a hierarquização é possível de ser implementada e, neste caso, existe uma clara diferenciação da linguagem arquitetónica consoante a categoria profissional a que se destina a habitação, mas o projeto é mantido como um todo.

Em Crestuma-Lever, a dimensão da obra e o princípio de que todo o Bairro seria temporário, não evidencia, à primeira vista, uma profunda intenção de hierarquização social. Porém, nos inquéritos realizados aos atuais moradores e antigos trabalhadores da Barragem, as respostas indicam-nos que os dois primeiros níveis de lotes habitacionais seriam destinados aos trabalhadores de patentes mais elevadas e, à medida que se subiam os níveis, a patente iria descendo, o que se evidencia como uma solução oposta à do pensamento criado para Picote. Neste sentido, os primeiros iriam usufruir de uma vista direta sobre a paisagem do rio e maior proximidade ao centro cívico existente na época. Ao mesmo tempo, esta localização facilitaria o aspeto funcional do ponto de vista do trabalho, na medida que aproximava e facilitava o acesso ao local de trabalho, o que “constituía um aspecto particularmente significativo durante situações de avarias, acidentes ou obras de ampliação, acentuando ao mesmo tempo o aspecto de supervisão sobre os trabalhadores, e estabelecendo, de certo modo, um nível hierárquico intermédio” (LOPES, 2012: 113).

A falta de documentação no que concerne à distribuição hierárquica das habitações não permite uma reflexão profunda sobre esta questão. Porém, tendo como ponto de partida a informação de que os primeiros níveis seriam destinados a trabalhadores de classe superior, esta questão pode ser entendida, no que diz respeito à implantação da malha urbana, pela forma como são pensados os socalcos. O primeiro nível, atualmente demolido, era composto por quatro moradias isoladas e, o segundo nível, por um total de sete moradias isoladas. À medida que se sobe no território, os socalcos transmitem a compressão e aproveitamento do espaço a partir de um conjunto de habitações geminadas e de menor dimensão, o que demonstra o valor atribuído em relação às primeiras habitações em comparação com as do patamar superior.

Refere-se ainda a implantação dos Dormitórios que são grandes blocos longitudinais, organizados paralelamente em cotas como forma de aproveitar o espaço do terreno, tal como aconteceu em La Lancha na Barragem de Jándula. Estes blocos criavam pequenos núcleos fora dos espaços centrais do Bairro, sendo o seu acesso pelas vias secundárias e de terra (CARBAJAL-BALLELL, 2016: 225).

Por fim, evidencia-se a importância do espaço verde para a concretização urbanística, tendo em consideração que toda a área era envolvida por zonas verdes, mantendo as árvores e vegetação originais como forma de preservação do natural regional, respeitando as pré-existências. A importância social do lazer e a consideração pelo espaço privado dos trabalhadores e das suas famílias reflete-se ainda nos jardins e logradouros, vedados ou não, visíveis em todas as habitações, o que permite que na privacidade de cada família se desenvolva um espaço de usufruto ao ar livre.

4. O Bairro de Crestuma-Lever

Em conformidade com o que vimos até aqui, os dados recolhidos até ao momento permitem diferenciar a existência de duas tipologias arquitetónicas. A primeira que designaremos de Tipologias Habitacionais, subdividida entre arquiteturas permanentes e temporárias e, a segunda, designada de Tipologias Sociais, apenas composta por arquiteturas ou espaços temporários.

O planeamento do Bairro e das suas arquiteturas implica o trabalho de um arquiteto. Porém, a escassa documentação não permite identificar o autor do projeto, sabendo-se unicamente o nome do Engenheiro Civil que, em 1974, assume o cargo de Chefe do Estaleiro da Barragem de Crestuma-Lever, o Engenheiro António José Coimbra (figura 7) que iniciou o seu percurso hidroelétrico na Barragem de Picote, como empreiteiro, em 1954. É referido como o “pai de sete Barragens” que “personifica bem a figura do barragista que constrói com gosto, algo que, mais tarde, olhará como quem olha um filho” (EDP, 1985: 5).



Figura 7 - Engenheiro António José Coimbra. Créditos: Fundação EDP, 1985

Nos casos portugueses conhecem-se o nome de três arquitetos da Escola do Porto que desenvolveram o Projeto do Bairro para as Barragens de Picote, Miranda do Douro e Bemposta, sendo estes João Archer de Carvalho, Rogério Ramos e Manuel Nunes de Almeida. Este fenómeno repete-se em casos espanhóis, porém, é fulcral evidenciar que em determinados casos, tal como em Crestuma-Lever, não se concretizou a intervenção de arquitetos, sendo os próprios Engenheiros do Estaleiro a realizar o projeto consoante os materiais disponíveis e soluções tipológicas simplificadas e, por eles, já conhecidas. É o caso do Bairro de La Lancha, em Jándula que, segundo, Carbajal-Ballel:

Se planifica además sin la intervención de arquitectos, son los ingenieros que están elaborando el proyecto de la presa los que definen su traza y

serían maestros de obra los encargados de levantar sus edificaciones según pautas tipológicas conocidas y adoptando soluciones constructivas adaptadas a los escasos materiales disponibles en aquel lugar.
(CARBAJAL-BALLEL, 2020: 140)

Em ponto de comparação e, tendo presente, a primitiva ideia de que este Bairro seria meramente uma habitação temporária, é possível levantar a possibilidade de que efetivamente não haveria um Arquiteto envolvido no Projeto.

Tendo como objetivo o estudo integrado do Bairro numa tipologia de Património Arquitetónico de Bairros de Barragens, um dos focos é o levantamento dos equipamentos existentes no Bairro ou que existiram no seu passado, bem como da linguagem arquitetónica aplicada e estabelecer uma relação comparativa com outros programas construtivos de exemplares de Barragens do Douro e de Espanha, permanecendo conscientes da diferença entre a qualidade do projeto de Crestuma-Lever e outros que serão aqui apresentados, evidenciando-se o caso de Picote, cujo projeto arquitetónico é um dos primeiros exemplares do Modernismo em território português, encontrando-se atualmente classificado como Conjunto de Interesse Público, sendo um dos pontos desta classificação o seu valor arquitetónico, artístico e paisagístico definido por um projeto em que, segundo o Ministério da Cultura:

O projecto previu a instalação de 5000 pessoas, tendo sido necessário construir de raiz todas as infra-estruturas. Fruto de um plano pensado globalmente, foi criada uma pequena cidade ideal moderna a partir de um majestático «espaço virgem», que concretiza o espírito vanguardista do empreendimento. É notável a qualidade do planeamento e o rigor colocado na execução [...]. Esta combinação permitiu disseminar a qualidade artística por todos os edifícios, espaços exteriores e equipamentos industriais, garantindo ao conjunto uma invulgar unidade formal e coerência estética. (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2011: portaria 623).

Nesse sentido, tornou-se fundamental a elaboração de um Catálogo de levantamento destes equipamentos (disponível no volume II deste trabalho) com Fichas de Análise Crítica que se alinham com o objetivo proposto.

Para este feito, foram realizadas 50 fichas para as Tipologias Habitacionais e 3 fichas para as Tipologias Sociais. Em cada uma destas fichas analisou-se detalhadamente a linguagem arquitetónica de cada lote e refletiu-se sobre pontos comuns ou divergentes que podem ser encontrados noutros Bairros a partir dos recursos visuais fotografados para esta Dissertação ou disponibilizados virtualmente, da Bibliografia disponível e dos recursos documentais analisados. Posto isto, os subcapítulos que se seguem congregam uma reflexão crítica sobre cada tipologia e as permanências ou diferenças entre a linguagem aplicada.

4.1. As Tipologias Habitacionais

O Bairro de Crestuma-Lever é provido atualmente de cinquenta habitações permanentes, referindo-se a passada existência de mais quatro moradias. Ao observar a relação das habitações, entre si, em Crestuma-Lever encontramos alguns dos pontos do planeamento Modernista nos Bairros que já vinham a ser praticados desde a década de 50 com Picote, Miranda do Douro e Bemposta, na medida em que todas as habitações tinham como prioridade as condições de habitabilidade, de acesso, de insolação e vistas privilegiadas para a paisagem duriense.

Inicialmente estas habitações estariam apenas disponíveis para os trabalhadores da Tâmega. A partir das conversas com os atuais moradores, compreendemos que estas habitações passaram por diferentes fases de ocupação. Algumas destas habitações sempre foram destinadas à ocupação familiar, como as do pessoal de patente elevada – como os engenheiros -, enquanto outras, em algum momento, foram destinadas a trabalhadores solteiros, funcionando como uma espécie de Dormitório para múltiplos trabalhadores da mesma categoria. Consequentemente, os verdadeiros Dormitórios pré-fabricados seriam

destinados aos trabalhadores da EDP e, mesmo nesta tipologia, existia diferenciação de classe trabalhadora, na medida em que alguns blocos seriam distribuídos por quartos individuais e, outros blocos, por quartos coletivos com beliches.

As diferentes tipologias habitacionais seguem o pensamento da estrutura modular que se repete ao longo de todas as bandas, podendo apresentar ligeiras diferenças na linguagem arquitetónica. Tendo em consideração as diferenças que podem ser visíveis, dividiu-se as habitações em seis tipologias (A, B, C, D, E, F). Porém, o registo da existência de habitações temporárias permitiu o surgimento de uma sétima tipologia (G).

O pensamento da linguagem arquitetónica visível no nosso caso de estudo permite identificar uma padronização do modelo utilizado, criando uma linguagem racional, de linhas e formas simplificadas, económica e funcional, objetivos que se aliam à necessidade de construção rápida destas edificações. Cada uma das habitações é uma unidade habitacional do tipo moradia unifamiliar, implantada sobre um socalco, o que permite um maior aproveitamento do espaço da encosta para a construção habitacional, evidenciando-se uma profunda assimilação das soluções de racionalidade do espaço oriundas do pensamento modernista.

São moradias de carácter térreo e isolado, definidas pela volumetria simples da sua estrutura e do telhado de duas águas, inicialmente pintada exteriormente em tom avermelhado. Refere-se que, a partir dos Inquéritos realizados, é mencionado múltiplas vezes a existência de um sótão nas moradias. Caracterizam-se pela linguagem simplificada refletida na abertura dos vãos de iluminação e de entrada, bem como alguns apontamentos arquitetónicos definidores de uma imagem visual comum, como o alpendre simplificado.

A partir da solução que caracteriza estas arquiteturas torna-se possível a comparação com outras tipologias habitacionais dos Bairros das Barragens do Douro Internacional ou mesmo de Espanha.

O caso de Picote é o exemplo mais marcante que nos permite estabelecer esta comparação, na medida em que, também neste Bairro existem tipologias habitacionais temporárias, construídas com materiais económicos e de linguagem simplificada. É o caso das habitações do designado “Bairro Verde” e as habitações de Miranda do Douro, referidas anteriormente.

É ainda possível referir uma relação próxima entre o planeamento deste Bairro e casos internacionais, nomeadamente o caso espanhol da Barragem de Jándula. Para esta Barragem foi igualmente construído um bairro de apoio aos trabalhadores designado de La Lancha (figura 8), caso-de-estudo profundamente analisado por Nicolás José Carbajal-Ballel na sua Tese de Doutoramento «*El Salto del Jándula. Génesis de un paisaje*» (2016), da qual resultam artigos que refletem sobre os planeamentos urbanos destes Bairros, tal como «*El poblado de La Lancha en em Jándula. Un ejemplo de asentamiento planificado para la construcción de una gran presa*» (2020). Apesar de se replicarem as questões urbanas, da implantação e a hierarquização social próprias do pensamento modernista, para as arquiteturas prevalecia um critério de “economia máxima” (CARBAJAL-BALLELL, 2020: 125) caracterizada por uma linguagem modesta e despretensiosa, de linhas simples com algumas variações. Sendo por isso um caso de comparação que se aproxima mais da realidade do nosso caso-de-estudo.



Figura 8 - Bairro de La Lancha da Barragem de Jándula, Espanha. Biblioteca Nacional de Espanha [08/03/2022]

O caso de Lever contrasta nestes pontos pois, apesar de se replicar a simplicidade funcional dos volumes, os materiais aqui aplicados serão de melhor qualidade sendo que, segundo um dos moradores que trabalhou nas obras da Barragem, os materiais eram provenientes da obra e, por isso, de qualidade superior ao que habitualmente se utilizava. Porém, as construções continuariam económicas e de baixa qualidade, utilizando-se paredes simples, mas com materiais de melhor qualidade como o bloco de cimento e o ferro para a estrutura, telhas cerâmicas para as coberturas, madeira para as caixilharias

interiores, azulejos para os revestimentos das paredes, alumínio para as janelas e portas e alcatifa para o chão dos interiores.

Compreende-se, portanto, uma intenção diferenciada de conferir uma habitação mais condigna aos moradores das habitações e com condições superiores ao que se encontra noutros exemplares.

No que diz respeito às dimensões de cada lote, evidencia-se um espaço de habitação entre os 75,00m² e os 196,00m² (CMVNG, 2005: 1-8), o que corrobora as intenções de moradias da tipologia T1, T2 e T3 existentes no Bairro. Não obstante, a composição da planta corresponderia, em todas as habitações, à existência de pelo menos uma casa-de-banho, cozinha, sala de estar/jantar e o número de quartos correspondentes.

4.1.1. Tipologia A

A Tipologia A corresponde a um conjunto de sete habitações dispostas em banda situadas no primeiro socalco do Bairro e, por isso, mais próximas da Barragem. Segundo os Inquéritos realizados à comunidade, estas habitações variam entre a tipologia T2 e T3.

Cada moradia é caracterizada pela abertura de dois vãos de ligação entre o interior e o exterior, sendo o principal na fachada frontal e, o segundo, nas traseiras da casa. O acesso principal, voltado para o rio e Barragem, é realizado a partir da escadaria de acesso, com a presença ou não de um portão, inserida no socalco, enquanto, a outra entrada, permite o acesso a uma área de pátio ao ar livre. Porém, não se verifica a construção de nenhum muro/vedação que confira privacidade aos moradores que, tal como acontece em Picote, não permite uma "barreira de privacidade entre o bairro e a vida doméstica da família (MARTINS, 2018: 115).

O facto de não existir limites nos espaços ao ar livre que envolvem a casa, relaciona-se com o pensamento modernista dos arquitetos do Bairro de Picote, nomeadamente, João Archer de Carvalho que afirmava que “Os jardins das casas são um monte, não há muros, não há casa. A casa está implantada no meio da paisagem, tem uma nervura de acesso que aproxima as pessoas, depois de uns acessos de peões locais (...) O

monte é o limite da casa” (CARVALHO, 2013). Encontramos aqui uma outra relação entre diversos lotes de Crestuma/Lever e a sua aplicação anterior noutros Bairros de Barragens.

Confrontando com o caso de Picote, as Casas do Pessoal Especializado “recuam relativamente às ruas de circulação pedonal e rodoviária através de terraços ajardinados que marcam os limites da unidade habitacional com o público, sendo o espaço exterior a poente dedicado ao cultivo hortícola e com anexos destinados a serviços de lavandaria, arrumos e criação de animais de capoeira” (MARTINS, 2018: 90). Esta ideia materializa-se em Crestuma/Lever de diferentes formas. Por um lado, existem as habitações como a tipologia A6 que são marcadas pela existência dos dois espaços ao ar livre, sem demarcação física, mas que pela questão do abandono das moradias atualmente, na sua generalidade, não apresentam os espaços anexos. Por outro lado, existem habitações como a E1, que analisaremos posteriormente, que se aproximam mais do pensamento de Picote, na medida, em que o jardim frontal é vedado e, nas traseiras, existem os referidos anexos. É entre estas duas vertentes que se formam os lotes no nosso caso-de-estudo.

A fachada principal (figura 9) é marcada, em todas as habitações, pelo pequeno alpendre de linguagem simplificada e delimitado por um muro; rasgada por três vãos de iluminação sem moldura; e demarcada pela presença de uma chaminé, de grandes dimensões, que se realça na volumetria da arquitetura e sustenta a unidade visual de cada volume arquitetónico. A presença da chaminé indica-nos a divisão da sala de estar/jantar, na medida em que os Inquéritos, realizados à comunidade, nos indicam que estas casas eram as únicas com lareira na sala.



Figura 9 - Habitação A4. Fachada Principal. Créditos: Inês Pinho, 2021

A solução do alpendre pode ser encontrada noutros exemplares, nomeadamente no Bairro da Barragem de Benagéber em Valência. É, no entanto, entre estes dois casos que encontramos uma grande diferença na linguagem e materiais aplicados. No caso de Crestuma-Lever, apesar da sua linguagem simplificada, a estrutura é uniformizada com o volume arquitetónico da habitação, seguindo-se a utilização dos mesmos materiais. No caso de Benagéber, o alpendre atinge o conceito de economia máxima e de profunda simplificação das formas, a partir de uma solução de quatro estacas de madeira suportadas por uma cobertura em chapa, que se repete ao longo de todas as habitações.

A fachada posterior é o local onde são visíveis as maiores diferenças na linguagem dentro da própria tipologia. Por um lado, algumas habitações (A1, A3, A7) refletem uma pequena alteração na simplicidade arquitetónica a partir de uma divisão da volumetria estrutural em dois volumes (figura 10). Este alçado é rasgado por quatro vãos de iluminação, sendo um de pequenas dimensões em comparação com os restantes, o que nos pode indicar o local da casa-de-banho. No entanto, é também possível observar o pequeno vão de iluminação na fachada frontal de outras habitações (A2, A4, A6). Por outro lado, a fachada posterior pode não refletir a divisão da volumetria estrutural em dois volumes, pelo que se assume como um alçado contínuo. Este alçado é rasgado por três vãos de iluminação sem moldura e com persiana (figura 11).



Figura 10 - Habitação A1. Fachada Posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021



Figura 11 - Habitação A2. Fachada Posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021

Menciona-se, ainda, o caso da habitação A4 (figura 12) e A6 que não cumprem nenhuma destas características referidas anteriormente para as fachadas posteriores. A fachada é rasgada em dois planos, sendo o primeiro constituído pelos dois vãos de iluminação e, o segundo plano, mais profundo com apenas um vão. A linguagem adotada é semelhante à do alpendre. Esta zona não se apresenta totalmente pintada, apenas rebocada e caiada, o que nos pode sugerir algum tipo de intervenção estrutural.



Figura 12 - Habitação A4. Fachada posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021

Nestes apontamentos diferenciadores, debatemo-nos com a preocupação, dada pelo Modernismo, ao desenho numa tentativa de criar pequenos pormenores entre os volumes para a criação de um efeito de dinamismo no conjunto, sendo esta uma questão profundamente refletida no trabalho de Nélio Miguel Seixas que se dedicou ao estudo da «*A Revisão dos anos de 1950 no Urbanismo e Arquitetura do Douro Internacional. Barrocal do Douro, Miranda do Douro e o Cardal do Douro*» (2015), analisando as diferentes influências da linguagem do Modernismo nas arquiteturas destes três Bairros. Tal como acontece nestes Bairros mencionados, de clara influência de arquitetos do Modernismo, a criação de pormenores diferenciadores define a ideia do “desenho caso a caso” (SEIXAS, 2015: 104), como forma de projetar os socalcos ao pormenor e com respeito pela topografia existente no local.

O caso da habitação A5 (figura 13) é o que mais se evidencia em termos de diferenças da linguagem, tendo em consideração que é a única da tipologia que se encontra habitada, denotando-se um cuidado na sua reabilitação. A primeira grande alteração é o tom amarelado do exterior da habitação que contrasta com as restantes casas deste nível. A casa foi vedada, por um muro de cimento, a toda à volta, tornando-se apenas possível aceder ao terreno a partir do portão de ferro da fachada principal e o da fachada posterior. Todas as janelas e portas foram substituídas por novos elementos, em alumínio, mais duradouros, de melhor qualidade e esteticamente mais apelativos. Por fim, refere-se o facto de ser visível um acrescento de um volume à estrutura. A falta de documentação, de plantas e de fontes originais no que diz respeito ao Bairro não permite compreender se

fazia parte do projeto original ou se foi uma intervenção levada a cabo pelos moradores da habitação com o objetivo de ampliar a sua habitação, torná-la mais cômoda e funcional para as suas condições familiares. Porém, observando a implantação das arquiteturas no território, conclui-se que, nesta cota, todas têm a mesma distância lateral, exceto esta tipologia, o que pode indicar que foi um acrescento posterior.



Figura 13 - Habitação A5. Fachada Posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021

No pátio da habitação A4 foi-nos legado um tanque. No Bairro de Picote existe menções populares à existência de uma Lavandaria, como um equipamento social temporário de apoio aos trabalhadores que habitavam nos pré-fabricados. Em Crestuma-Lever, não nos encontramos na posse de nenhuma referência à sua existência. Porém, para os trabalhadores que habitavam nestas moradias, conclui-se que esta tarefa diária era realizada a partir das suas próprias habitações, como é possível compreender pela existência do tanque em múltiplas habitações habitadas e desabitadas atualmente.

Os dados retirados da observação exterior permitem levantar a possibilidade de que as arquiteturas seriam compostas pelo número de quartos (dois ou três), uma casa-de-banho (ou duas), cozinha e sala de estar/jantar. A impossibilidade da observação do interior não permite confirmar esta hipótese. Porém, os Inquéritos indicam que estas habitações apresentavam um dos quartos com tipologia de “suíte”, existindo uma casa-de-banho privativa. Como várias vezes foi referido ao longo das conversas com os

moradores, esta linha de casas era destinada aos Engenheiros e outros trabalhadores de categoria profissional elevada, apresentando melhores condições do que as restantes.

4.1.2. Tipologia B

A Tipologia B corresponde a um conjunto de cinco habitações dispostas em banda situadas no segundo socalco do Bairro.

Comparativamente às moradias da tipologia A, estas diferenciam-se pelas dimensões tanto da construção, visíveis a partir da existência de um volume adossado ao corpo central, como do espaço ao ar livre destinado.

Cada moradia é caracterizada por dois vãos de ligação entre o interior e o exterior, sendo o principal na fachada traseira, no lado oposto ao do rio, o que se diferencia igualmente das habitações da tipologia A; e, o segundo, na fachada voltada para a Barragem. Comparativamente à tipologia A, as escadarias de acesso existentes são de menor inclinação, o que se justifica pelo seu local de implantação; são totalmente vedadas por muros de cimento, rebocados ou pintados, vedações em arame farpado ou em alumínio e portões. A vedação do terreno permite uma maior privacidade aos habitantes, relembrando a utilização destas soluções no Bairro de Picote para as Casas do Pessoal Especializado.

A fachada voltada para o rio é dividida pelo volume central repartido e pelo volume adossado de pé-direito menor (figura 14). O corpo central é marcado pelo pequeno alpendre de linguagem simplificada; rasgada por três vãos de iluminação; e demarcada pela presença de uma chaminé, de grandes dimensões, que se realça na volumetria da arquitetura. A presença da chaminé indica-nos a divisão da sala de estar/jantar, sabendo-se, a partir dos Inquéritos realizados, que são acrescentos posteriores.



Figura 14 - Habitação B3. Fachada Principal. Créditos: Inês Pinho, 2021

A fachada posterior é rasgada por três ou quatro vãos de iluminação e por uma porta, como é visível na figura 15. Um dos vãos de iluminação é de pequenas dimensões, o que nos pode indicar o local da casa-de-banho. O volume adossado é rasgado por um ou dois vãos ou por um portão de garagem (B3).



Figura 15 - Habitação B3. Fachada posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021

Os dados retirados da observação exterior permitem levantar a possibilidade de que as arquiteturas seriam T3, com uma casa-de-banho, cozinha e sala de estar/jantar. A impossibilidade da observação do interior não permite confirmar esta hipótese.

Ao contrário da habitação A5 em que não podemos confirmar a questão do acréscimo de um volume à arquitetura, comparativamente às restantes do mesmo nível, neste caso o facto de todas as habitações da tipologia B apresentarem este volume indica-nos que faria parte do projeto original. Em contrapartida, a falta de documentação não nos permite compreender se a área total, atualmente vedada, de cada construção corresponde à que inicialmente lhe foi atribuída ou se foram ações posteriores levadas a cabo pelos moradores.

Na habitação B4 existe atualmente uns pequenos anexos destinados à vida do campo, provavelmente galinheiros, bem como uma parcela do terreno destinada ao cultivo agrícola. Estes sinais da vivência quotidiana, que se multiplicam noutras habitações, representam a continuidade e a permanência dos seus moradores no tempo, associando-se a uma prática comum das paisagens do Douro e das suas pequenas freguesias.

4.1.3. Tipologia C

A Tipologia C corresponde a um conjunto de três arquiteturas geminadas e bifamiliares, situadas no terceiro socalco do Bairro, que definem seis espaços habitacionais.

Cada arquitetura é definida por um volume único de duas casas simétricas (figura 16) que criam, entre si, um vão contínuo, sem interrupções na estrutura, nem a presença do alpendre como acontecia na tipologia A e B, evidenciando-se neste parâmetro uma das suas maiores singularidades.



Figura 16 - Habitação C4. Fachada Principal. Créditos: Inês Pinho, 2021

A linguagem da estrutura arquitetónica destes lotes assemelha-se ao que tinha vindo a ser construído em Picote com as habitações temporárias designadas de “Casas do Pessoal Especializado” (figura 17) que se caracterizavam por um volume habitacional que correspondia a quatro unidades habitacionais (MARTINS, 2018: 115). Porém, em Crestuma-Lever, estes espaços longitudinais são destinados a duas unidades familiares, diferenciando-se de Picote em que estes lotes eram construídos com base na redução aos mínimos, enquanto aqui se destacam pelas maiores dimensões. Esta solução volta a repetir-se em La Lancha (figura 18) e em Benagéber com volumes longitudinais que apenas são rasgados pelos vãos de entrada e iluminação, o que se caracteriza na linguagem funcional e simples que estes Bairros transmitiam.



Figura 17 - Picote: Camaratas do Pessoal Especializado. Fonte: Arquivo EDP, 1959



Figura 18 - Bairro de La Lancha da Barragem de Jándula. Créditos: Carbajal-Ballell, 2016

Em comparação com outros blocos residenciais para trabalhadores, os de Crestuma-Lever são os de menores dimensões nos casos em análise. De facto, nos Bairros do Douro estes blocos apresentam apenas o rés-do-chão, enquanto no caso espanhol há diversos exemplares em que estes blocos longitudinais assumem entre um e três pisos, como é o caso do Bairro Lucas Urquijo. Este ponto permite a comparação entre a dimensão das diferentes obras bem como o número de trabalhadores envolvidos, cuja variável pode demonstrar a necessidade de criar mais espaço de alojamento em alguns Bairros e menos noutros. Outro ponto diferencial é o facto de estes blocos apresentarem geralmente corredores exteriores cujo acesso se realiza a partir de escadarias, uma solução própria do movimento Modernista.

A partir de aquilo que nos é possível observar, cada arquitetura é caracterizada por dois vãos de iluminação, com persiana, na fachada frontal, local aonde também se encontra a entrada voltada para a rua. Nesta fachada pode ainda ser visível um pequeno vão de iluminação que nos indica o local da casa-de-banho (C3).

Contrariamente às tipologias A e B, nesta não se denota a existência de uma chaminé de grandes dimensões, mas sim um pequeno orifício de metal pelo qual sairia o fumo, indicando-nos a provável divisão da cozinha, sendo o local de saída do fumo do fogão.

Na habitação C4 evidenciamos um ponto diferenciador das restantes. Na fachada lateral denota-se a abertura de um vão de entrada, em alumínio, presente no ponto máximo

do pé-direito. Atualmente, não existe uma escadaria de acesso, o que terá existido no passado e nos pode indicar a possibilidade da existência de um sótão, característica que sabemos, a partir dos Inquéritos realizados, que existiria noutras moradias dos socalcos superiores.

Os dados retirados da observação exterior permitem levantar a possibilidade de que estamos perante arquiteturas T2, com uma casa-de-banho, cozinha e sala de estar/jantar. A impossibilidade da observação do interior não permite confirmar esta hipótese.

A escolha deste tipo de linguagem arquitetónica, dos blocos horizontais, remete para a consciência da necessidade de encontrar soluções económicas e, conjuntamente, criar a ideia de comunidade entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, denunciam a questão da hierarquização social ao se projetarem lotes com estas configurações que se distinguem dos lotes individuais com maior espaço privativo, revelando a possibilidade de terem sido projetados para classes trabalhadores inferiores dentro da hierarquia da empresa. Reconhece-se ainda a relevância destas soluções para obter o maior aproveitamento de terreno no menor espaço possível.

4.1.4. Tipologia D

A Tipologia D corresponde a um conjunto de oito habitações geminadas, situadas no terceiro socalco do Bairro. A intenção da aplicação desta tipologia que se dispõe em banda geminada ao longo do socalco já tinha sido aplicada no Bairro de Bemposta (figura 19), o que permite “relação entre as construções e a morfologia do terreno” (CALDEIRA, 2014: 28), acentuando novamente a ideia de aproveitamento do terreno de implantação, bem como a relação de comunidade.



Figura 19 – Bemposta. Habitações definitivas. Captura de ecrã *Google Maps* [13/04/2021]

Ao contrário da tipologia A, em que o acesso voltado para o rio e para a Barragem era o principal, na tipologia D este é o secundário, permitindo o acesso a uma área de pátio ao ar livre.

Em três das habitações (D1, D2 e D3), a fachada principal encontra-se vedada, sendo que no primeiro caso foi construída uma estrutura, em chapa de metal, que atualmente funciona como garagem. O facto desta habitação se encontrar desabitada, sugere-nos que este espaço se encontra destinado aos moradores da habitação D2. No caso da D2 e D3, estas são vedadas por um gradeamento ou por uma sebe, fechando o espaço do jardim frontal.

A fachada principal das habitações, na sua maioria, é marcada pela definição de um vão descontínuo dividido em dois volumes. O primeiro é reforçado pelas duas janelas com persianas. No caso do segundo, encontramos três variações, sendo que a primeira é a utilização de um vão profundo que incorpora o acesso à casa e a terceira janela (D1, D3), como é visível na figura 20; um segundo volume, mais saliente, rasgado por uma terceira janela e, finalizado por uma reentrância profunda que incorpora o acesso à casa e a um quarto vão de iluminação (D2, D5, D6), visível na figura 21; ou um vão, ligeiramente mais saliente, marcado pela porta de acesso e por uma terceira janela (D4), demonstrado na figura 22.



Figura 20 - Habitação D3. Fachada principal. Créditos: Inês Pinho, 2021



Figura 21 - Habitação D5. Fachada principal. Créditos: Inês Pinho, 2021



Figura 22 - Habitação D4. Fachada Principal. Créditos: Inês Pinho, 2021

No entanto, a D7 e D8 (figura 23) destacam-se como exceções à regra por serem habitações de menores dimensões que as restantes, o que impõe alterações à sua

linguagem exterior. A primeira é caracterizada por um alçado contínuo, rasgado meramente por um pequeno vão de iluminação, com persiana, o que nos sugere o provável local da casa-de-banho, bem como por um elemento que interliga uma outra janela e a porta de acesso, o que até aqui não tinha sido encontrado. A D8 é caracterizada por um alçado descontínuo dividido em dois corpos. O primeiro é marcado pela presença de um grande vão de iluminação com persiana. O segundo corpo, com ligeira saliência, é marcado pela porta de acesso e por uma segunda janela.



Figura 23 - Habitações D7 e D8. Fachadas principais. Créditos: Inês Pinho, 2021

Como vimos na tipologia C, esta tipologia não dispõe da chaminé de grandes dimensões, mas pode ser reforçada por um orifício de metal que permite a saída do fumo (D1). A presença deste orifício indicando-nos a divisão da cozinha, sendo o local de saída do fumo do fogão.

A solução da linguagem arquitetónica encontrada para a fachada frontal da habitação D1 repete-se na sua fachada traseira, bem como na D2 e D3. No caso da D4, D5, D6, D7 e D8 não foi possível observar a sua fachada traseira.

Apontamos ainda a existência, como referido anteriormente, da existência de estruturas metálicas, em chapa de metal, cuja funcionalidade possivelmente será de auxílio à produção agrícola devido à sua proximidade a pequenas hortas nas imediações das habitações. Outros utensílios destinados à vida doméstica podem ainda ser encontrados nesta tipologia, como estendais e tanques.

Os dados retirados da observação exterior permitem levantar a possibilidade de que da D1 à D6 estamos perante um T2, com uma casa-de-banho, cozinha e sala de estar/jantar. No caso da D7 e D8 seria um T1, mas com as comodidades semelhantes às das restantes habitações. A impossibilidade da observação do interior não permite confirmar esta hipótese.

4.1.5. Tipologia E

A Tipologia E corresponde a um conjunto de vinte e três habitações, situadas nos últimos três socalcos do Bairro. O elevado número de habitações incorporado nesta tipologia é justificado pela semelhança arquitetónica entre todas, demonstrando-se apenas breves apontamentos diferenciadores.

Cada moradia é caracterizada por dois vãos de ligação entre o interior e o exterior, sendo o principal na fachada frontal e, o segundo, nas traseiras da casa. Diferenciando-se das tipologias anteriores, a tipologia E apresenta na fachada frontal um jardim vedado por um muro de pedra e por um portão, permitindo-se o acesso à habitação por uma pequena escadaria de dimensões variáveis e, em contrapartida, na fachada traseira um espaço de pátio ao ar livre que, na generalidade das moradias, se pode encontrar vedado, ou sem muro de vedação (E2, E13), assemelhando-se à solução encontrada para as *Viviendas Familiares* no Bairro da Barragem de Benagéber. Na habitação E12, a permanência dos moradores conduziu a uma pequena alteração no pátio traseiro, no qual se constata um acrescento de um volume adossado, a todo o comprimento do pátio, coberto por chapa metálica, constituindo um local de lazer familiar.

Para a fachada principal, podemos encontrar duas soluções diferenciadas. A primeira, em que esta é marcada pela definição de dois planos. O primeiro plano é reforçado pelas duas janelas com persianas e, o segundo, um plano profundo do estilo alpendre simplificado que incorpora o acesso à casa e a terceira janela, sendo este o programa adotado pela grande maioria das arquiteturas. A segunda solução é a definição de um vão contínuo rasgado por uma porta, ao centro, ladeada por duas janelas (E3, E10) e que, neste caso, se repete na fachada traseira, como demonstra a figura 25.



Figura 24 - Habitação E5. Fachada principal. Créditos: Inês Pinho, 2021



Figura 25 - Habitação E3. Fachada Principal. Créditos: Inês Pinho, 2021

Outra exceção à regra é o caso da habitação E4 (figura 26), cuja fachada principal é marcada pela definição de um vão contínuo, rasgado por uma porta ao centro e ladeada por apenas uma janela com persiana. Nesta habitação vemos ainda uma outra solução diferenciada na linguagem arquitetónica. Geralmente, as fachadas laterais não são rasgadas por vãos de iluminação, mas neste caso existe uma janela sem persiana. A linguagem da fachada posterior é novamente marcada pelo vão contínuo, refletido ao centro por uma porta ladeada por duas janelas com persiana, o que é igualmente visível na habitação E10.



Figura 26 - Habitação E4. Fachada Principal. Créditos: Inês Pinho, 2021

Como vimos em tipologias anteriores, esta tipologia não é realçada pela presença da chaminé de grandes dimensões, mas sim pelo orifício de metal, nas traseiras da habitação, que permite a saída do fumo. A presença deste orifício indica-nos a divisão da cozinha, sendo o local de saída do fumo do fogão. No entanto, refere-se algumas exceções que não apresentam nenhum dos elementos na sua estrutura, como o caso da E14 e E23. Em contrapartida, a habitação E12, E16, E17, E18 e E22 diferenciam-se por serem realçadas pela presença da chaminé, que consiste num acrescento mais recente por parte dos moradores.

Na fachada traseira é visível um alçado repartido em dois planos. O primeiro com uma janela com persiana; um vão de iluminação de menores dimensões, que nos indica o provável local da casa-de-banho. O segundo plano, mais saliente, é marcado pela existência de uma janela com persiana, e uma porta (E1, E2, E9, E15, E19), cuja figura 27 é representativa; ou de uma porta ladeada por duas janelas com persiana (E3, E5, E8, E16, E17, E18), revelado na figura 28; ou ainda de uma janela com persiana e de um vão profundo ou contínuo no qual se insere a porta e/ou uma janela (E6, E7, E14). Nas moradias E11, E12 e E13 não foi possível observar a totalidade da fachada.



Figura 27 - Habitação E2. Fachada posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021



Figura 28 - Habitação E8. Fachada posterior. Créditos: Inês Pinho, 2021

A habitação E20 não foi possível de observar por ser encontrar totalmente fechada por vegetação e espécies arbóreas de grandes dimensões, o que não permite visualizar o seu alçado. No caso da E21, E22 e E23 não foi possível observar a fachada traseira.

Pelo facto de, nesta tipologia, nos depararmos com a maior quantidade de moradias ainda ocupadas, é onde encontramos maiores sinais de individualização por parte das famílias, identificados a partir de intervenções na arquitetura, acrescentos e marcas de permanência no tempo. É o caso da habitação E14 que, atualmente, se encontra rodeada por pequenos volumes construídos à base de chapa metálica, tanto no jardim frontal como no traseiro, que teriam como função a utilização como uma garagem, espaços para auxílio agrícola ou ainda espaços de anexo. A partir de relatos de outros

moradores, o destinatário da habitação mantém a moradia com cuidados de manutenção, mas habita noutra local.

No caso da habitação E18 (figura 29), é visível um volume que funciona como anexos, construído em cimento e coberto por telha cerâmica e que nos fornece uma segunda chaminé na habitação, o que pode indicar a utilização do espaço como arrumos, mas também como espaço de churrasqueira. No perímetro exterior da habitação foi construído, em cimento e coberto com telha cerâmica, um corpo anexado ao muro de vedação da habitação e que funciona como uma garagem.



Figura 29 - Habitação E18. Estruturas temporárias. Créditos: Inês Pinho, 2021

Como podemos confirmar, a partir de vários exemplos relatados até ao momento, é comum a conceção de estruturas anexas a partir dos mais variados materiais, estabelecendo espaços importantes para as dinâmicas dos moradores. Porém, identificamos algumas alterações, nesta tipologia, que se diferenciam da restante linguagem, como o caso da habitação E16, no qual se verifica uma solução singular refletida na utilização de três claraboias aplicadas no telhado. A este exemplo, acrescenta-se o exemplo da E21 (figura 30), no qual a escadaria exterior é acompanhada por um muro cuja estrutura demonstra a utilização do emparelhamento de pedra conjugado com uma parte superior rebocada e caiada.



Figura 30 - Habitação E21. Escadaria. Créditos: Inês Pinho, 2021

Os dados retirados da observação exterior permitem levantar a possibilidade de que as arquiteturas variam entre o T2 e o T3, com exceção da E4 que se evidencia como um T1, com uma casa-de-banho, cozinha e sala de estar/jantar.

Nesta tipologia foi possível observar o interior da habitação E23. É composta por um grande corredor em “L” que liga a sala de estar/jantar à zona da casa-de-banho e aos três quartos. A sala, antigamente, era dividida em duas pequenas salas (jantar e de estar) que o atual morador removeu a separação para criar uma sala de grandes dimensões. Seguindo pela sala, existe o espaço da cozinha que, tal como vimos anteriormente, surge revestida a meia-parede por azulejos vegetalista. Junto à cozinha existe uma divisão de menores dimensões que, atualmente, funciona como dispensa, mas anteriormente seria uma casa-de-banho de serviço com sanita e lavatórios. Nesta divisão encontra-se o acesso ao sótão que, segundo o morador, existe em todas as habitações. A casa-de-banho completa repete o uso de azulejo e é composta por banheira, lavatório e sanita. O morador afirma, ainda, que antes o chão da casa era todo revestido a alcatifa, tendo já feito algumas substituições por tijoleira.

4.1.6. Tipologia F

A Tipologia F1 é o único exemplar de uma arquitetura multifamiliar destinada a três famílias. O destino da sua construção obrigou a uma estrutura de maiores dimensões, justificando a utilização de dois lotes.

A necessidade de adaptar a implantação ao terreno é aqui visível na medida em que duas das habitações (nº60 e 61) se encontram à face da estrada, enquanto o nº 62 encontra-se num andar inferior, parcialmente escondido pelo desnivelamento da terra.

De forma similar ao que temos encontrado nas restantes tipologias de Crestuma-Lever continuamos a encontrar uma linguagem definida pela volumetria simples das formas geométricas.

Diferenciando-se das restantes habitações do Bairro, estas três habitações caracterizam-se pela existência de um único vão de ligação entre o interior e exterior. Outra questão na qual se diferenciam é o facto de não terem acesso a espaço ajardinado ou pátio ao ar livre próprio.

Na fachada principal encontramos o nº60 e o nº61 (figura 31). A linguagem arquitetónica repete-se para as duas habitações. É visível um plano profundo no qual se insere as duas portas de acesso. A partir deste plano, desenvolve-se um plano contínuo no qual, em cada lado, se rasga duas janelas.



Figura 31 - Tipologia F. N°60 e 61. Créditos: Inês Pinho, 2021

A fachada posterior, é destinada ao acesso à porta nº62, (figura 32) rasgada ainda por uma janela. Nesta fachada é visível, no andar superior, um vão de pequenas dimensões que nos indica o provável local da casa-de-banho da habitação 61. Da fachada lateral oposta, o vão de iluminação repete-se, indicando o mesmo objetivo para a porta 60.



Figura 32 - Tipologia F. N° 62. Créditos: Inês Pinho, 2021

Alude-se para a visibilidade de três orifícios de metal que permitiam a saída do fumo do interior de cada uma das habitações.

A partir da observação do interior da habitação nº60, revela-se um T2, havendo a possibilidade de que as duas restantes também o seriam. Apresenta uma casa-de-banho composta por banheira, sanita e lavatório. A parede da casa-de-banho é, a meia altura, revista por azulejo geométrico que, se repete, no revestimento da banheira. A cozinha é de pequenas dimensões e atualmente mantém-se apenas os móveis em madeira. Tal como na casa-de-banho, a parede é revestida a meia altura por azulejo branco. Menciona-se a existência de uma terceira divisão que seria, provavelmente, a sala de estar. Destaca-se ainda que toda a casa é revestida com caixilharias em madeira e, no chão da casa-de-banho e cozinha, existe uma alcatifa que imita a madeira.

4.1.7. Tipologia G

A Tipologia G subdivide-se entre a G1 e G2, demarcando-se por ser a tipologia destinada às habitações temporárias. Ambas as tipologias são implantadas no território a partir de pré-fabricados de formato quadrangular ou retangular construídos a partir de chapa de alumínio rasgados apenas por vãos de iluminação e de entrada.

No caso da G1 é o único exemplar de uma habitação temporária construída para os trabalhadores da Construtora Sorefame (figura 33). O Relatório de Trabalhos do trimestre de Abril a Junho de 1982 incorpora no capítulo V designado de “Instalações” esta habitação, definindo-a como uma “Habitação individual da Sorefame” (EDP, 1982, 68). Em contrapartida, a G2 não aparece referenciada em documentos oficiais da EDP. Porém, a partir dos Inquéritos realizados à comunidade compreende-se que os seus moradores seriam os trabalhadores solteiros da EDP.

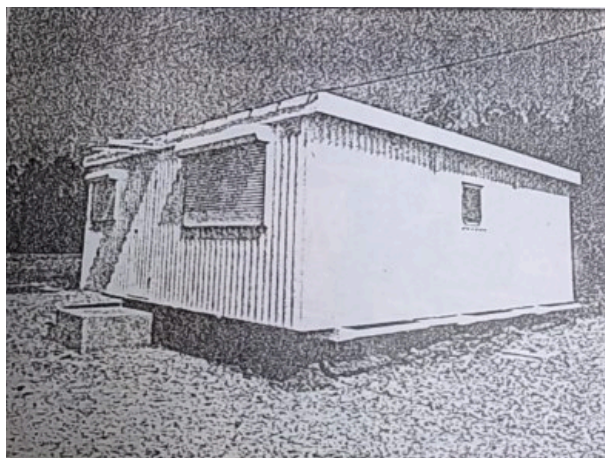


Figura 33 - Tipologia G1. Créditos: EDP, 1982

Uma das principais diferenças entre as duas é o facto de a G1, pela sua dimensão, permite a suposição de que seria uma habitação individual ou para um número menor de trabalhadores, existindo por isso uma casa-de-banho privativa confirmada pelo vão de iluminação de menores dimensões.

No caso da G2 (figura 34), estes eram grandes blocos longitudinais que albergavam um grande número de trabalhadores. O exterior é definido por um módulo composto por vãos de iluminação e ventilação que se repetem ao longo de toda a fachada.



Figura 34 - Recorte de Fotografia Aérea. Tipologia G2. Créditos: Estúdio Tavares da Fonseca, 1984. Disponível em Centro Português de Fotografia

Tendo em consideração que estes blocos pré-fabricados eram desmontados no final das obras e viajavam para outras localizações, podemos refletir sobre outras possíveis características dos existentes em Crestuma/Lever com base nos que temos

conhecimento de Picote, os designados “Casões dos Trabalhadores” (figura 35). Para além das características já referidas, os Casões eram divididos ao centro por um vão de entrada que cria o efeito de simetria e de articulação entre as duas alas de quartos. Também refletindo sobre a lógica funcional de ocupação, estes blocos funcionavam como Dormitórios para os Barragistas, sendo o seu interior definido por pequenas áreas individuais, nos quais se inseriam os beliches.



Figura 35 - Picote, Casões dos Trabalhadores. Créditos: Arquivo EDP, 1956. Disponível em Andreia Martins, 2018. P. 111

Uma notícia do periódico “Comércio de Gaia” datada de 1982 permite corroborar a comparação da questão da ocupação interior entre Picote e Crestuma/Lever, referindo que um incêndio destruiu um dos Dormitórios, no qual “encontravam-se 90 camas e alguns haveres ligeiros do pessoal que ali ficava nos dias da semana” (COMÉRCIO DE GAIA, 1982: 2). Porém, adverte-se que estes blocos não teriam todos a mesma dimensão, o que pode ser comprovado pelo facto de nos Inquéritos, um dos atuais moradores dos Bairros ter referido o seu período de permanência nos Dormitórios, afirmando que estes eram compostos por duas alas, divididas ao centro por um hall com sofás, e em cada ala havia quartos individuais. Afirma ainda que existiriam 8 casas-de-banho em cada bloco.

Estes dormitórios, geralmente, eram acompanhados por estruturas de apoio do tipo temporário como um balneário exterior e um refeitório.

Os Dormitórios são, também, um claro exemplo da hierarquização social vivida entre as diferentes classes dos trabalhadores dos Bairros. Em todos os casos dos Bairros do Douro, bem como em La Lancha é referida a existência desta quase segregação entre

os trabalhadores de classe mais alta (engenheiros, empreiteiros, etc) e os trabalhadores de classe mais baixa, sendo que aos primeiros são destinadas as habitações e, aos segundos, os dormitórios.

A observação de uma fotografia aérea dos Estúdios Tavares da Fonseca permite averiguar que existiram, no mínimo, 18 blocos do tipo Dormitório da tipologia G1. No caso da G2, refere-se a existência de um mínimo de 6 lotes.

4.2. As Tipologias Sociais

As Tipologias Sociais presentes no Bairro de Crestuma-Lever apresentavam todas um carácter temporário, pelo que atualmente não são possíveis de observar. A dificuldade de aceder a documentação referente aos equipamentos existentes no Bairro impediu um maior aprofundamento neste capítulo, pelo que se apresenta os escassos equipamentos conhecidos que existiram no Bairro com base nas informações conhecidas até ao momento.

Como referido anteriormente, era uma prática comum construir nestes Bairros uma Pousada e Clube do Pessoal da EDP, o que efetivamente chegou a acontecer em Crestuma-Lever. A estrutura que foi utilizada, neste Bairro, apresenta um carácter de um edifício polivalente que conjugava no seu interior uma pequena Pousada/Estalagem, Refeitório/Cantina e a Sala do Clube do Pessoal da EDP (figura 35). O espaço do “Clube do Pessoal” é referido pela própria EDP como “pavilhão pré-fabricado onde se pode jogar às cartas, ao bilhar ou ao ténis de mesa, beber um copo ou ver televisão” (EDP, 1985: 4), considerando-se por isso como o principal espaço de lazer para os Barragistas.



Figura 36 - Clube do Pessoal, Pousada/Estalagem e Cantina/Refeitório. Créditos: Fundação EDP, 1985

Em casos portugueses não foi possível encontrar referências à existência de uma outra construção com esta polivalência. No entanto, em Espanha, no Bairro da Barragem de Benagéber, estudado por Yolanda Hernández Navarro na sua Tese de Doutoramento intitulada de «*Patrimonio Industrial del Embalse de Benagéber: Poblado y colonia obrera. Análisis Histórico y Arquitectónico para su protección y conservación*» (2015), compreendemos que estas soluções existem no território espanhol a partir da *Hospedería* que, no mesmo local, enquadrava cozinha, cantina, sala de leitura, dormitórios (Navarro, 2015: 134).

A edificação ou montagem de Pousadas/Estalagens no Estaleiro de Obras das Barragens tinha como objetivo alojar, provisoriamente, pessoal dos cargos elevados da Empresa que temporariamente se encontrariam presentes no Bairro por motivos de fiscalização ou acompanhamento do desenvolvimento das obras. Se, por um lado, alguns Bairros apresentam Pousadas definitivas, como acontece em Picote, por outro lado, assinala-se o caso de Miranda do Douro, local onde foi montada uma Estalagem Provisória.

Apesar da inexistência de recursos visuais que permitam identificar a linguagem arquitetónica do exemplar de Miranda, este é identificado como um edifício cujo exterior se demarca por um “sistema de estruturas desmontáveis” (CALDEIRA, 2014: 41). No caso de Crestuma-Lever, a existência de um recurso visual e os testemunhos dos moradores permitem caracterizar o edifício polivalente como uma construção em madeira, de planta retangular, rasgado por vãos retangulares encimados por moldura. O

edifício era coberto por um telhado de duas águas e envolvido, a toda a volta, por um jardim. A partir das entrevistas realizadas aos trabalhadores, uma das antigas funcionárias relembra-se da Pousada como uma planta em “L”, totalmente envidraçada na área da cantina, permitindo uma “vista total para o rio e para a obra” (Referido por Alice Pinho, 2022). No entanto, o recurso visual disponível (figura 37) não nos permite concluir o formato da planta, conseguindo-se apenas denotar uma das fachadas em vidro.



Figura 37 - Vista Aérea do Conjunto (recorte). Créditos: Estúdio Tavares da Fonseca, 1984. Disponível em Centro Português de Fotografia

Acerca do interior, não foi possível encontrar informações que nos permitam a sua análise, mas tendo em consideração o cuidado em criar espaços condignos para todos os moradores nas habitações e, seguindo os modelos criados noutros Bairros, questão analisada por Margarida Pinho Caldeira em «*O Destino dos Bairros das Barragens*», podemos levantar a possibilidade de que existiram, tal como em Miranda, “todas as comodidades para os períodos de permanência no local” (CALDEIRA, 2014: 41).

Salienta-se a importância de neste edifício se conjugar o Refeitório/Cantina, essencial à permanência e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores que viviam nos Dormitórios e não possuíam acesso a um espaço de cozinha. Sendo por isso, considerado um equipamento social de apoio fundamental.

A partir dos Inquéritos realizados à comunidade, é possível identificar a existência de um Supermercado. Apesar do Bairro se situar a uma pequena distância da freguesia de Lever, na qual existiriam pequenas mercearias para a aquisição de bens, a presença deste equipamento no centro da urbanização permitiria uma vida mais cómoda aos seus

morados para a compra de bens alimentares. Neste ponto é possível comparar com o Bairro de Picote, cuja dimensão e isolamento permitiu a construção de um equipamento designado de Centro Comercial que compreendia “várias dependências, como estação de correio, padaria, mercearia, talho, peixaria, drogaria e barbearia” (CALDEIRA, 2014: 45).

Por fim, igualmente a partir dos Inquéritos realizados, é possível identificar a existência de um campo de futebol junto a um dos acessos da urbanização, caracterizando-se por ser o segundo espaço de lazer presente no Bairro. Afirmou-se como um espaço orgânico, criado pelos próprios moradores, destinado sobretudo ao entretenimento das crianças que ali habitavam. Porém, a fragilidade da sua conceção e a descontinuação da sua utilização, conduziu ao seu desaparecimento.

5. Estado de Conservação do Bairro

O Bairro de Crestuma-Lever à semelhança de outros Bairros, tais como Picote, “tem vindo a perder habitantes, com a informatização de gestão e manutenção das centrais hidroeléctricas” (CALDEIRA, 2014: 46). A permanência de estruturas habitacionais visava, como principal objetivo, a fixação de trabalhadores que iriam dar continuidade aos trabalhos de manutenção da Barragem. Porém, o desenvolvimento de novas tecnologias conduziu à redução do número de funcionários necessários. A este fator acrescenta-se os pedidos de reforma, o que fez com que estes homens regressassem às suas terras natal, como é referido pelos atuais moradores nos Inquéritos realizados. Outro fator a referir é o facto da maioria destas moradias terem sido habitadas por trabalhadores inseridos nos trabalhos de construção da Barragem, tendo esta terminado, estes Homens foram enviados para outras obras, tendo o Bairro já uma grande percentagem de desocupação após 1986. Atualmente apenas 20 habitações se encontram habitadas, sendo uma delas como segunda moradia.

Naturalmente, esta questão acarreta consigo problemas para a conservação do Bairro. No tempo presente, revelam-se graves problemas de abandono e degradação.

Embora este parâmetro seja maioritariamente notório nas habitações desabitadas, a realidade é que muitas das casas que se encontram ocupadas apresentam exatamente os mesmos problemas.

Um dos problemas associados à conservação do Bairro é o estado atual de ilegalidade das habitações. O Alvará de Loteamento nº20/05 da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, esclarece-nos que os lotes se encontram legalizados. No que diz respeito às habitações, não existe nenhuma escritura das mesmas.

Pelo que conseguimos apurar a partir das informações fornecidas pelos moradores e, não tendo sido possível confirmar estes factos com informações oficiais dos envolvidos, o Bairro era originalmente propriedade da Construtora Tâmega. Porém, após o fim das obras da Barragem, quando se iniciou a produção elétrica, era necessário funcionários. Como um dos moradores nos afirmou “esses funcionários, na altura, ninguém queria vir para cá porque em todos os lados davam habitação e aqui não queriam ceder e, então, quase não tinham ninguém a vir para cá. Para poder arrancar, fizeram com a Tâmega um protocolo em que cediam casas que estivessem vazias a esse pessoal da EDP” (Referido por José Manuel Leite, 2022). A partir deste momento, o Bairro ficava dividido entre a Construtora Tâmega e a EDP.

Entretanto, segundo o que nos foi relatado, um problema entre as duas empresas fez com que os moradores pertencentes à EDP tivessem que mudar de habitação por via de um sorteio. A partir deste momento, as habitações dos socalcos inferiores ficavam na pertença da Tâmega e, as dos socalcos superiores, à EDP. Esta troca consistia na condição de que só saíam do sítio onde moravam se as casas lhes fossem vendidas. Os moradores chegam a afirmar que têm “uns papéis, não há escritura nenhuma, nem contrato de compra e venda e acabou-se” (Referido pelo ocupante do lote 49, nº60, 2022), permanecendo o problema da ilegalidade das suas casas.

Vários são os relatos de que, nos últimos 36 anos, seriam realizados os processos de legalização das casas do Bairro e das obras de arruamento, por parte da Construtora Tâmega. No entanto, esta empresa luta contra o processo de insolvência há largos anos, deixando de parte as promessas realizadas a estes moradores.

Em 2018, é noticiado nos Jornais que o “Bairro da EDP em Lever, Gaia, reabilitado para alojar famílias de classe média” (Jornal de Notícias, 14 de Dezembro de

2018), abrindo-se as portas para um novo processo de revitalização do Bairro que consistia na EDP “ceder o bairro à Associação de Solidariedade Social de Lever que, em parceria com a câmara de Vila Nova de Gaia, e de acordo com proposta que é analisada segunda-feira em reunião camarária, terá de requalificar o empreendimento, somando às habitações um lar para a Terceira Idade” (Jornal de Notícias, 14 de Dezembro de 2018).

Como é possível verificar, o processo continua a arrastar-se até ao presente ano, não havendo previsões ou projetos oficiais definidos para aquilo que se considera a requalificação que será levada a cabo pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Esta vicissitude é um obstáculo para as eventuais obras de intervenção que os moradores podiam levar a cabo. Como nos afirmaram “há pessoas que vivem aí, em casas, quase que nunca fizeram nada lá dentro porque não têm possibilidades e não são mais obrigadas do que isso” (Referido pelo ocupante do lote 49, nº60, 2022). Conclui-se que uma das dificuldades é, conseqüentemente, a capacidade económica dos seus habitantes. Por outro lado, o facto de ainda não serem os donos legais das habitações impede o investimento monetário devido ao medo de, eventualmente, perderem as suas habitações e, conseqüentemente, o investimento realizado. Esta questão acarreta consigo o sentimento de não pertença pois, segundo as palavras de um morador, “Eu, próprio, não me sinto bem aqui, sabendo que estou numa coisa que nem é minha nem é de ninguém” (Referido pelo ocupante do lote 12, nº255, 2022).

Dos problemas que podem ser encontrados em relação à conservação do Bairro, refere-se o problema dos arruamentos que necessitavam de ser ordenados e alcatroados. A não resolução deste problema faz com que, em períodos de chuva, os acessos se encontrem com poças de lama e, no decorrer da circulação, o pavimento se torne mais irregular e se formem buracos de grande profundidade.

Outro problema associado ao Bairro é a falta de sistemas de saneamento, bem como de água e eletricidade legalizada. Compreende-se ainda que o problema da eletricidade transcende para a via pública, na medida em que as habitações se encontram dotadas de luz elétrica, mas nas ruas, apesar de existirem postes de iluminação, estes não se encontram operacionais. A estas problemáticas junta-se os terrenos florestais, que envolvem a urbanização, e a sua falta de limpeza, sendo este problema novamente visível na vegetação das habitações desabitadas.

Nos atuais 50 lotes habitacionais do Bairro, podemos averiguar que treze demonstram claras intervenções arquitetónicas. Dos restantes lotes, conferimos que oito apresentam eventuais obras de manutenção.

O que entendemos por intervenções arquitetónicas são todas as ações que alteram e diferenciam a linguagem da habitação. Como tal, evidencia-se a reabilitação das paredes da estrutura a partir da aplicação de capoto, o que aumenta substancialmente a melhoria do conforto térmico durante todo o ano ao evitar a fuga do calor das paredes para o exterior, durante a época do Inverno, ou a entrada de calor do exterior para o interior, durante o Verão e, ao mesmo tempo, reduz a humidade no interior das habitações; a substituição de janelas e portas por outras de qualidade superior, cujo objetivo irá de encontro ao mesmo do ponto anterior; acrescento de lareiras; reabilitação dos sótãos para a organização de quartos; construção de garagens; o derrubamento de paredes para a criação de novos espaços interiores; colocação de molduras de pedra de granito a envolver os vãos; construção de ampliações, designadas de anexos.

Nos Inquéritos realizados à comunidade alguns moradores indicaram outras alterações realizadas no interior das habitações, referindo-se a substituição do chão original de alcatifa por tijoleira ou madeira; modificação das telhas do telhado; a reabilitação total da cozinha e de casas-de-banho; substituição das caixilharias; aprimoramento do sistema elétrico; limpeza e monitorização dos jardins.

A respeito das manutenções referimos a construção ou reconstrução de muros de vedação, que permitem o isolamento do lote e maior privacidade; pintura exterior das habitações; substituição de persianas, vedações, portões.



Figura 38 - Habitação em fase de manutenção e com indícios de intervenção arquitetónica. Créditos: Inês Pinho, 2021

Não obstante, o cenário mais comum nestes lotes é o mau estado de conservação. Como um dos moradores nos relatou relativamente às habitações abandonadas, “se for ver as outras casas estão todas destruídas. Aquilo não tem nada por dentro. Já foram roubadas (...), outras com a própria água que se infiltra, começou-se a destruir tudo. Isto está em má conservação. As outras vão-se mantendo porque as pessoas estão aqui e enquanto estiverem aqui...” ((Referido pelo ocupante do lote 12, nº255, 2022).

O que definimos como má conservação é, no entanto, aquilo que é possível observar pelo exterior das habitações. Na sua maioria, o que vemos são jardins malcuidados com vegetação selvagem de grandes dimensões; a inexistência de portas ou janelas, entretanto, substituídas por ripas de madeira; o deterioramento da estrutura das paredes, causada por infiltrações de água, humidade e não arejamento; telhas partidas; vandalização, tal como a figura 39 nos evidencia.



Figura 39 - Habitação demonstrativa do mau estado de conservação. Créditos: Inês Pinho, 2021

Apesar das referidas intervenções exteriores, torna-se imperativo reforçar que estas alterações foram realizadas por vontade dos seus moradores e não segundo um projeto definido. Como nos foi comunicado “aqui por fora não deixam fazer nada. A Engenheira Paisagística da EDP não deixa mexer. Há aí colegas que mexeram e depois podem ter problemas. Enquanto não vierem obras para mexer na cor, não deixam. Mas, por dentro, podemos” (Referido pelo ocupante do lote 54, 2022). Efetivamente, o Alvará de Loteamento já referido menciona no seu artigo 8 que “no acabamento exterior das habitações existentes e das eventuais ampliações será obrigatoriamente aplicada pintura de cor ocre”, bem como no seu artigo 9 que “no caso de ser necessário a substituição dos telhados nas habitações existentes, a mesma deverá ser feita com telha de barro cerâmica à cor natural” e, no seu artigo 11, “não é permitida a construção de anexos salvo os já existentes e os previstos na planta de implantação”. A partir destes três artigos compreendemos que algumas das alterações não vão de encontro às regras definidas, relacionando-se com a questão da ilegalidade que impede a Gaiurb de impor a fiscalização e monitorização nas obras a serem realizadas.

6. O Bairro e a Comunidade

Um barragista não pertence a um lugar, nem a um tempo. Ele é-o, porque de algum modo pertenceu a um exército: aquele que construiu barragens. Nómadas, na medida em que vão migrando de estaleiro em estaleiro, os barragistas acabaram por se fixar nas grandes cidades, Lisboa e Porto, após terem participado nesses grandes empreendimentos públicos. Desta forma, os processos identitários deste grupo residem nas memórias e narrativas [...] relativas ao tempo em que foram construídas as barragens do rio Douro. A primeira delas, a de Picote [...]. A última, foi construída em Crestuma, onde também se fixaram barragistas, entretanto reformados. (PEQUITO, 2015: 1)

O estudo do Património Arquitetónico Barragista, que neste trabalho se tem centrado na tipologia de Bairro, não se reflete meramente na identificação e análise da sua arquitetura e urbanismo. É fundamental refletir sobre as pessoas que habitam estas casas, que continuam a formar a comunidade aqui existente e uma ideia de identidade do lugar, o que por si só faz com que sejam parte integrante e intrínseca deste Património.

Com este propósito, um dos objetivos do presente trabalho é fomentar o envolvimento e a participação da comunidade no mesmo. Entendendo-se, por comunidade, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, um “Conjunto de habitantes de um mesmo Estado ou qualquer grupo social cujos elementos vivam numa dada área, sobre um governo comum e irmanados por um mesmo legado cultural ou histórico”.

Olhar para o Património como um organismo que se mantém ativo e vivo correlaciona-se com a visão de que é esta comunidade que, atualmente, alimenta o espírito do lugar e protagoniza a identidade do mesmo, a partir dos valores que lhe atribui e da reconstituição da sua História que transmite de geração em geração até ao presente.

Com esta visão, foram realizados Inquéritos à comunidade, cuja finalidade é incluir a perceção dos moradores relativamente à sua qualidade de vida atual em comparação com a do passado, evocar memórias e recordações, compreender o seu contributo para a conservação do Bairro, preencher lacunas relativamente ao Património Arquitetónico e, por fim, as suas expectativas em relação ao futuro do Bairro e o que poderia ser melhorado para o aumento da sua qualidade de vida. Neste sentido, será possível desenvolver uma caracterização da forma como esta comunidade se tem vindo a relacionar com o seu espaço, o que se perdeu com o tempo e as razões possíveis desta perda, bem como o que pode ser mudado a partir da perspetiva dos seus protagonistas, os moradores.

A partir dos referidos Inquéritos, podemos aferir respostas relativas aos parâmetros de “Circunstâncias de habitação no Bairro e Comunidade”, “Conservação do Bairro” e o “Futuro do Bairro”. Apesar de se ter elaborado um guia de questões a serem realizadas (disponíveis no volume II), os Inquéritos foram realizados presencialmente, seguindo-se o processo de uma conversa informal, a partir da qual as respostas eram fluídas e se intercalavam com diversas das questões pré-definidas, mantendo-se sempre

como prioridade as memórias e a opinião do inquirido relativamente ao Bairro e à sua experiência, seguindo, deste modo a metodologia aplicada por Maria de Lurdes Ferreira Lourenço Pequito.

Estando cientes de que o Bairro não cumpre o mesmo propósito para o qual foi pensado e construído – albergar os trabalhadores dedicados à construção da Barragem -, mas, como todo o Património, demonstra sinais de flexibilidade e mutabilidade, adaptando-se aos novos tempos e circunstâncias. Não obstante, distingue-se um ponto que interliga todos os atuais moradores – as circunstâncias de fixação no Bairro. Foi possível concluir que todos possuem algum tipo de vínculo aos Barragistas, ou sendo antigos trabalhadores de Barragens e, atualmente, reformados, ou filhos destes homens, sendo este o ponto unificador entre todos e “como grupo social, os barragistas têm em comum o facto de terem estado na obra. A obra é por isso o seu território, o seu lugar de pertença, o objeto da memória. No estaleiro, eles são os atores locais de um projeto nacional. A identidade barragista construiu-se assim no contexto de fragmentação e reconstrução de identidades (...)” (PEQUITO, 2015: 230), estendendo-se o Bairro como a continuidade desta memória.

Ao ponderarmos sobre a possibilidade de este ponto de ligação permitir um sentimento de comunidade mais forte entre todos, uma das questões estruturadas incidiu sobre este parâmetro. Se, por um lado, todos acreditam que o ambiente vivido no Bairro pode ser classificado entre bom e muito bom, por outro, quando questionados sobre se “Acha que existe um sentimento de comunidade entre os moradores do Bairro”, as respostas dividem-se. Alguns moradores acreditam que existe este sentimento, apesar de considerarem que no passado era muito mais forte. No entanto, a grande maioria dos inquiridos acredita que este se foi perdendo com o tempo pois “agora andamos mais ocupados com a nossa vida, trabalho para aqui e acolá” (Referido pelo ocupante do lote 42/nº108, 2022).

Quais poderão ter sido as razões que conduziram à perda deste sentimento? As respostas podem ser múltiplas, não se podendo afirmar inequivocamente nenhuma. Como aludido, parte-se daqui de razões individuais e experiências isoladas de cada um dos inquiridos, o que conduz a respostas diferenciadas. Contudo, as razões mais fortemente enunciadas são a desocupação do Bairro e, conseqüentemente, as tradições perdidas ao

longo dos anos que se foram “perdendo porque as pessoas começam a ir embora” (Referido pelo ocupante do lote 12/ nº255, 2022).

A comunidade menciona, com saudade, os tempos da construção do Bairro. Nessa altura o número de famílias era bastante superior e as famílias, deslocadas das terras das quais são naturais, conviviam diariamente e criaram dinâmicas sociais que, entretanto, se perderam, sendo que “as pessoas estão a fugir cada vez mais destas coisas e é uma pena” (Referido pelo ocupante do lote 49/nº60 2022). Neste ponto refere-se a questão “Existiam festas comunitárias?”, sendo que alguns moradores relatam a existência de festas como o São João e, outros, que não se recordam da sua existência, o que pode ser explicado pelos diferentes momentos em que cada família se instalou na comunidade. Efetivamente, as relações laborais eram fomentadas no contexto do Clube do Pessoal. Mas, por outro lado, aprofundavam-se com a comemoração do Dia das Bruxas e a tradição de pedir doces com as crianças pelas casas; a realização da Consoada de Natal entre as famílias que não regressavam à sua terra; a celebração do Magusto; as constantes brincadeiras das crianças pelas ruas e pelos espaços verdes; sardinhas; aniversários; e comemoração das Janeiras.

A memória dos atuais moradores aponta para a existência de diversas celebrações, na mencionada, “Casa 40”. Acreditamos ser esta o Lote nº40, uma habitação que se tornou o espaço comunitário para todos por se encontrar desocupada. Uma das atuais moradoras refere que “daquela casa fizemos uma espécie de um bar, temos lá uma máquina de café, havia uma churrasqueira [...], aquelas coisas que há num café. E nós fazíamos lá festas, São João, sardinhas. Por exemplo, se houvesse um miúdo aqui do Bairro que fizesse anos, fazíamos a festa nessa casa, nesse bar, onde púnhamos música, dançávamos” (Referido pela ocupante do lote 52, 2022). Este ponto demonstra-nos o espírito de união e as relações sociais próprias de uma comunidade, existindo um espaço social que todos podiam usufruir.

O que podemos concluir é que a constante diminuição do nível de ocupação habitacional conduziu à redução e, eventual, extinção de todas as celebrações que a comunidade realizava assim como fragilizou o sentido de comunidade. Com o fim da construção da Barragem, os que permaneceram no Bairro deixaram de estar ligados pelo vínculo profissional, ingressando em muitos casos, noutras empresas ou avançando com o seu processo de reforma. Ao mesmo tempo, muitos destes moradores habitam em casas,

nas quais não beneficiam de vizinhos diretos. Todos estes fatores contribuem para o isolamento e individualidade. Como nos foi mencionado, este sentimento “já existiu, mas agora não. Era isso mesmo, era a ajuda que as famílias tinham entre si e esses convívios que existiam. Se houvesse algum problema, ajudavam-se todos. Coisa que hoje em dia não está a acontecer” (Referido pelo ocupante do lote 37/nº23, 2022). Remata-se, afirmando, que a diminuição do convívio social, das tradições e do espírito festivo dos moradores impactou negativamente o sentimento de comunidade.

Apesar de estarem cientes desta perda, os moradores referem que se esta tendência fosse revertida, a situação do Bairro poderia ser diferente pois “se vivessem mais em comunidade se calhar não estava assim como está, já estava tudo mais resolvido” (Referido pelo ocupante do lote 12/ nº255, 2022). Neste parâmetro, evidencia-se que todos sentem falta do poder de reivindicação e de luta que está associado a um grupo comunitário unido. O problema do abandono, degradação e ilegalidade deste Património já foi abordado por uma Comissão de Moradores. Porém, como nos foi relatado, “a pessoa que estava à frente da Comissão cansou-se de tanto batalhar com a EDP e com a Câmara para resolver esta situação que acabou por desistir e foi descontinuado” (Referido pelo ocupante do lote 12/ nº255, 2022).

Como indicado no capítulo anterior, atualmente o Bairro apresenta um número de ocupação de 20 casas. Das 20 habitações foi possível realizar o inquérito a moradores de 13 habitações. A partir daquilo que nos foi possível apurar pelas respostas, estima-se um número de habitantes entre os 35 e os 45.

Das respostas obtidas, todos os inquiridos afirmam gostar do local onde moram, considerando-o um bom local para morar, atribuindo diversas qualidades definidas como os principais pontos positivos, tais como a zona pacata, o sossego, a calma, qualidade de vida, tranquilidade, as memórias, a natureza, a paisagem. Em contrapartida, referem que os pontos negativos são a falta de infraestruturas, o problema da ilegalidade da casa, as más condições de iluminação, dos arruamentos e do saneamento, a falta de manutenção da zona verde envolvente, o abandono das habitações vizinhas e a distância ao centro da cidade.

Questionou-se aos residentes: “Já pensou em sair do Bairro? Porquê?”. Efetivamente, a maioria não tenciona sair do seu local de habitação, embora alguns o

tenham ponderado no passado pelo estado de degradação em que as casas se encontravam ou para regressarem à sua terra natal. A reduzida minoria que já ponderou em sair do Bairro não nos apresentou razões para esta possibilidade, apenas afirmando que se mantém no mesmo por questões familiares relacionadas ao cuidado com familiares idosos ou proximidade aos filhos e netos.

No entanto, uma parte já realizou obras significativas e, por isso, não demonstra qualquer intenção em abandonar a sua casa. Outros, acreditam que o processo de legalização irá acontecer eventualmente e, a partir desse momento, poderão reabilitar uma casa que já acreditam ser sua. Um dos esclarecimentos obtidos demonstra verdadeiramente esta pretensão, afirmando que “Eu não, nem estou a pensar. Eu estou à espera que eles resolvam e quero acreditar que não andam a brincar com isto. Eu penso que é para o futuro resolverem esta situação e as pessoas, que estão aqui a viver, manterem-se por aqui porque gostam de estar aqui, se não já tinham saído e tinham ido para outro lado viver” (Referido pelo ocupante do lote 12/nº255, 2022).

O que depreendemos é que apesar do estado atual da situação da urbanização, a comunidade possui uma profunda esperança no seu futuro, acreditando que a situação será regularizada e poderão continuar a viver num sítio que apreciam e que consideram a sua casa, revelando-se uma clara noção de pertença, identificação com o lugar e memória afetiva. Conferimos, por isso, que os pontos positivos superam os pontos negativos e que a resolução destes aumentaria significativamente o nível de qualidade de vida aqui existente.

A ligação com o local relaciona-se com os laços de afetividade e a memória das suas habitações, das antigas práticas sociais e dos tempos no trabalho da Barragem. Alguns casais mudaram-se para estas casas e aqui criaram os seus filhos e, posteriormente, netos. Outros, trabalhadores solteiros, casaram com mulheres das redondezas e constituíram a sua família. Este crescimento geracional convoca a afeição e o enraizamento pela casa e, conseqüentemente, pelo Bairro.

Como nos afirmaram “Não saio, daqui é para a morte (...) No último suspiro, ponho aqui uma cadeirinha, deito-me aqui e quero, de preferência, à noite para ver as estrelas e dou o último suspiro” (Referido pelo ocupante do lote 54, 2022)”, o que demonstra o apego ao local.

Segundo António Ponte “as comunidades residentes nas proximidades dos recursos culturais têm uma importância primordial, por vezes, mesmo determinante, na proteção e preservação dos recursos culturais existentes” (PONTE, 2013: 87). Como já temos vindo a refletir até aqui, a comunidade demonstra a predisposição para a manutenção e reabilitação das suas habitações. Inclusivamente, tem vindo a realizar estas ações no espaço privado e no espaço coletivo, tais como a limpeza dos espaços verdes públicos. Como vimos anteriormente, o que se depreende é que o impasse da legalização das moradias apresenta influência direta no estado de conservação do Bairro, na medida em que as pessoas revelam receio em realizar um investimento em propriedades que não são suas. No entanto, é graças ao esforço desta mesma comunidade que o Bairro tem vindo a ser preservado até aos nossos dias.

Planear estratégias para o futuro do Bairro é ponderar, primeiramente, sobre as pessoas que lá habitam e irão primordialmente usufruir de qualquer intervenção. É, neste sentido, que os Inquéritos pretendem dar resposta à questão “O que gostava que fosse diferente no Bairro?” e “Acha que vos falta aqui alguma coisa que melhorasse a vossa qualidade de vida? O quê?”. Estas duas questões incidem sobre a necessidade de pensar o espaço para o Homem e refletir sobre as necessidades do mesmo. Qualquer projeto que possa vir a ser aplicado no Bairro de Crestuma-Lever tem que, obrigatoriamente, pensar na sua comunidade pois é esta que irá dar continuidade, para as gerações futuras, da identidade, memória e História do lugar. Para este efeito, é crucial compreender quais as ações que as pessoas percecionam como essenciais para o incremento do potencial do seu Património. Como Guilherme d’Oliveira Martins afirma:

Todas as pessoas têm o direito de se implicar e de participar na valorização do património cultural, segundo as suas escolhas, como modo de assegurar o direito a tomar parte livremente na vida cultural. Daí a importância de promover e aprofundar a participação dos cidadãos na gestão e preservação do património cultural. Daí necessidade de colocar a pessoa humana e os seus valores no centro de conceito novo, alargado e transversal, de património cultural. Por isso, destacamos o valor e o potencial do património cultural bem gerido como recurso do

desenvolvimento durável e da qualidade de vida. (OLIVEIRA MARTINS, 2016: 21)

Convoca-se, neste critério, o trabalho que tem vindo a ser realizado pelo Corredor do Rio Leça que, desde 2016, tem vindo a incrementar esforços para a “consolidação, estratégia e definição de um plano para o Corredor do Rio Leça” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2022). O objetivo é “a despoluição, reabilitação ecológica, valorização paisagística, cultural e socioeconómica de todo o território do Corredor Verde do Leça, desde a nascente até à foz (...)” (Câmara Municipal de Matosinhos, 2021). Partindo de uma reunião realizada com esta Associação, em Janeiro de 2022, adaptou-se parcelas da metodologia aplicada por estes, no que diz respeito à participação ativa e pública da comunidade, ao Inquérito realizado. O documento estratégico que se encontra em processo assenta na participação pública, em inquéritos e sessões com a comunidade, como forma de compreender o que estas valorizam no local, o que entendem por bom ou mau estado de conservação e quais os maiores problemas e as prioridades para o corredor. Apela, portanto, à ligação emocional e a questões de sensibilidade individual, recolhendo as respostas necessárias para apresentar soluções nas quais a comunidade local se reflète.

Aplicámos a o processo metodológico utilizado no Corredor do Rio Leça na parte 3 do nosso Inquérito, no qual se inserem as perguntas referidas, bem como “Considera que o Bairro tem espaços de lazer/públicos? Se não, quais espaços gostaria que existissem?” e, por fim, “Quais são as suas expetativas em relação ao futuro do Bairro?”.

Relativamente a estas questões, a comunidade manifesta o desejo de que o Bairro atraia novos moradores para que “voltasse a ter aqui a vida que isto tinha” (Referido pelo ocupante do lote 8/ nº25). Inevitavelmente, outra preocupação incide sobre as questões de má conservação, mencionadas no capítulo anterior, e que ambicionam que sejam revertidas, referindo-se neste aspeto às que concernem a via pública, mas também um projeto definido para a reabilitação das habitações. Todavia, o tópico mais referido é, evidentemente, a necessidade de legalizar o Bairro, o que permitira o avanço das restantes medidas.

No que toca à questão dos espaços de lazer e/ou públicos, todos concordam que estes são inexistentes, mas defendem que parques de lazer, de merendas e infantis seriam fundamentais para a melhoria da sua qualidade de vida e atração de novos moradores no futuro. Chegam a levantar a hipótese de que “se calhar, os vizinhos até se juntavam mais se houvesse um espaço de reunião (...)” (Referido pelo ocupante do lote 13), o que se tornaria, no seu ponto de vista, um fator determinante para estimular as relações entre os vizinhos. Dada a proximidade da beira-rio, sugerem também a criação de circuitos pedonais para a prática desportiva, o que aumentaria a potencialidade turística.

Após refletir sobre a comunidade, a sua memória, a forma como se relaciona com o Bairro e as suas perspetivas, levanta-se a questão “Qual poderá ser o futuro deste Bairro?”.

7. O Futuro do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever

Um dos problemas inerentes a estes Bairros, identificado por Margarida Caldeira, é que a “organização e gestão dependentes da empresa, fez com que a integração de pessoas ligadas a outras atividades fosse muito escassa ou inexistente, percebendo o carácter isolado e fechado sobre si dos bairros” (CALDEIRA, 2014: 73). Torna-se essencial reverter este caminho e contrariar as taxas de desocupação, cujas razões analisamos nos capítulos anteriores, ao mesmo tempo que deve procurar-se atrair novos moradores e melhorar as condições de habitabilidade destes aglomerados.

Segundo Margarida Caldeira, um dos maiores entraves à sustentabilidade e permanência destes aglomerados habitacionais no tempo reflete-se na lacuna de planeamento a longo prazo, pois “embora haja, na sua maioria, planeamento urbanístico para a construção dos mesmos, nota-se a falta de reflexão sobre o futuro destes bairros, e as premissas a seguir no seu desenvolvimento após a conclusão das obras de construção das barragens” (CALDEIRA, 2014: 72).

O Bairro não permanece imutável no tempo e, por isso, a passagem do mesmo acarreta consigo alterações de natureza humana e/ou material. Em ambos os sentidos,

como analisámos anteriormente, há mudanças a nível de ocupação e de conservação das habitações, situações que mantêm entre si uma estreita relação. Estes fatores conjugam-se com a falta de planeamento e gestão, chegando-se ao estado atual de degradação e abandono.

Neste capítulo iremos abordar diferentes ações levadas a cabo pela EDP, pelas Autarquias Locais e outras empresas privadas que constituem um modelo viável que pode ser seguido e aplicado no caso-de-estudo de Crestuma-Lever, constituindo uma metodologia para o planeamento e gestão futura deste Bairro que permita “conceber um plano de viabilidade de utilização dos Bairros para habitação ou outras atividades capazes de dinamizar o local, protegendo o rico património construído existente” (CALDEIRA, 2014: 78). Ao mesmo tempo, alicerça-se este processo com propostas de outros autores, tais como Cristiana Joana Dias Lopes em «*Aproveitamento Hidroeléctrico do Lindoso. Um ensaio de valorização do património*» (2012) que incide sobre a questão da valorização e reabilitação do Património a partir de uma vertente museológica que permita um reforço da ligação da comunidade ao território e a promoção de uma identidade e história de uma região.

Efetivamente, no território português, emergem alguns esforços por parte das Câmaras Municipais para revitalizar os Bairros, criando projetos de gestão para o seu futuro. Nos casos já mencionados, como Picote, a Câmara Municipal de Miranda do Douro estabeleceu um protocolo com a EDP transformando um antigo edifício, após a sua recuperação, num Centro de Acolhimento Juvenil “no âmbito de um Programa de Valorização Territorial da Rota da Terra Fria, para corresponder às necessidades de uma unidade de alojamento juvenil do concelho de Miranda do Douro” (CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO, 2005: preâmbulo). Este projeto, datado de 2005, acompanhou igualmente a recuperação e transformação de duas casas, na posse da Câmara, em residências para o aluguer turístico. A autarquia desejava, desde este ano, recuperar as antigas “Casas dos Engenheiros” e a Pousada, chegando a fazer essa solicitação à EDP ou um pedido de cedência dos espaços (PÚBLICO, 21 de agosto de 2005).

Esta pretensão foi concretizada em 2009, por ação da EDP, a partir de um Projeto de Reabilitação e Conservação do Património Arquitectónico. As duas primeiras fases, já

concluídas, concretizam a recuperação da Pousada, concluída em 2011 pelos arquitetos Michele Cannatà e Fátima Fernandes, e da Capela, concluída em 2021. Relativamente a esta intervenção é referido que “a futura utilização destes espaços será alvo de uma avaliação em parceria com as várias entidades locais de forma que possam contribuir para uma maior valorização e atratividade da zona e beneficiar as populações locais” (JORNAL DE NOTÍCIAS 6 maio de 2021).

No que concerne o projeto da Pousada, destaca-se a intervenção dos seus arquitetos e, posterior publicação da Memória Descritiva, a «*Reabilitação da Pousada de Picote*» (2011), que permitem compreender a globalidade das intervenções e os objetivos a que se propunham. As obras de reabilitação e conservação fundamentam-se “numa filosofia de conservação tipológica, volumétrica e construtiva (...)” (FERNANDES; CANNATÀ, 2011: 62), o que se descreve como a importância de manter a volumetria original, bem como toda a harmonia do plano arquitetónico criado originalmente e a relação com a paisagem envolvente. Nesse sentido, as intervenções implicaram apenas questões funcionais, de restauro do existente e de reparo dos danos, o que se traduz no restauro de todas as peças de mobiliário, mantendo-se o plano arquitetónico original ou aspetos como a reformulação da zona da escada de serviço para a introdução de um elevador, a demolição de lajes, alteração da localização de instalações sanitárias, criação de novos acessos e de novos espaços adaptados às novas necessidades, a recuperação das zonas recreativas (Piscina e Campo de Ténis), revisão das canalizações, substituição dos sistemas elétricos, entre outros.

Em maio de 2021 é noticiado que a EDP daria início a uma nova etapa na requalificação do Bairro, através da recuperação das cinco “Casas dos Engenheiros” por Michele Cannatà e Fátima Fernandes. O sumário do projeto, ainda em desenvolvimento, menciona que as intervenções serão classificadas como “trabalhos de manutenção extraordinária, às quais apenas interessam as partes epidérmicas (coberturas, pavimentos e revestimentos) e a actualização e revisão das redes canalizadas (hidráulicas, eléctricas e térmicas)” (CANNATÀ FERNANDES, 2009), seguindo novamente o tipo de intervenção que tinham aplicado à Pousada.

Neste sentido, com as ações realizadas em Miranda do Douro permite-se a recuperação de equipamentos regularmente utilizados pela comunidade local, mas

também se criam novas potencialidades turísticas e atrativas para a fixação de novos moradores, contrariando a desocupação do Bairro e a sua degradação.

No caso do Bairro da Barragem de Miranda do Douro, a Câmara Municipal desenvolveu igualmente esforços para a requalificação do designado Bairro Verde, a partir do ano de 2010 referindo-se iniciativas da autarquia para “Pavimentações, rede de abastecimento de água, rede de águas residuais, rede de águas pluviais, rede subterrânea de baixa tensão, rede subterrânea de iluminação pública e infraestruturas de telecomunicações” (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 18 de março de 2010). Refere-se que, neste caso, a EDP já tinha procedido, em 2006, à venda das habitações deste Bairro à autarquia local, justificando que “os bairros de construções provisórias foram aqueles que sempre deram mais problemas à EDP, pelo que foram também os primeiros a ser vendidos. A degradação, devido ao tipo de instalações, era maior, aumentando os custos de manutenção” (CM ECONOMIA, 10 de julho de 2006). Em Picote, as habitações teriam sido vendidas a particulares ou cedidas, em conjunto com alguns dos equipamentos, à Câmara, tendo a EDP ficado apenas com a Pousada, o Bairro dos Engenheiros e alguns equipamentos sociais como a piscina (AGÊNCIA LUSA, 9 de dezembro de 2006).

Tendo por base aquilo que tem sido realizado nos Bairros que até aqui entraram em comparação, depreende-se que a venda dos mesmos a particulares ou à Autarquia resultou em mudanças positivas para a sua continuidade. É, portanto, urgente resolver o problema de legalização do Bairro de Crestuma-Lever e atribuir um proprietário legal, o que à semelhança dos outros exemplares permitirá a elaboração de um plano de intervenção, reabilitação e conservação do Património. Este parâmetro coincide diretamente com o direito à habitação estipulado na Constituição da República Portuguesa sob o âmbito dos “Direitos e deveres fundamentais”, remetendo-se para a afirmação de que “todos têm o direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2005: artigo 65).

Salienta-se que a cooperação mútua entre a comunidade, a Câmara de Vila Nova de Gaia e a EDP, seria fundamental para a reabilitação das habitações,

mantendo o protocolo existente, em que uma parte das habitações é propriedade da EDP e a outra parte está sob a alçada da Câmara para venda e aluguer. A partir de um projeto arquitetónico definido para a reabilitação que congregasse uma adaptação funcional às necessidades dos moradores, os dois proprietários das habitações teriam um papel ativo e prático na recuperação do aglomerado e no desenvolvimento do nível de vida dos seus moradores. Ao mesmo tempo, acredita-se que seria essencial a venda das moradias ocupadas aos seus atuais ocupantes.

Seguindo o modelo até aqui aplicado, bem como a metodologia do Corredor do Rio Leça, um dos primeiros passos seria a realização de sessões comunitárias, nas quais se pudesse recolher as opiniões da comunidade sobre quais as intervenções que consideram essenciais nas suas habitações, o que podia ser alterado como forma de aumentar o conforto e a dignidade habitacional, os aspetos globais que acreditam que podem ser valorizados e os espaços públicos que aumentariam a potencialidade de manter e fixar novos moradores. Criando-se, portanto, as condições para a conservação integrada que alie as perspetivas futuras com mudanças concretas e reais para as pessoas que ali habitam, mantendo a ideia de que “a tónica são as pessoas, com reflexo na consagração da habitação como direito humano básico de justiça social” (SANTOS, 2017: 15).

A partir destas respostas e seguindo, igualmente, o projeto iniciado pela Câmara Municipal de Miranda do Douro com o intuito de preservar a identidade do Bairro no seu contexto de implantação, realizar-se-ia um Projeto de Reabilitação, Conservação e Manutenção do Bairro de Crestuma-Lever. Este referido projeto englobaria a reabilitação das habitações, a recuperação das infraestruturas e a criação de espaços públicos, bem como estratégias de manutenção e conservação para o futuro que integrassem diretamente a comunidade local conferindo-lhe um papel ativo.

No concelho de Vila Nova de Gaia não se evidencia nenhum programa de reabilitação de património arquitetónico que possa ser adaptado como modelo para este estudo. Porém, no concelho do Porto a partir dos múltiplos estudos publicados e designados como *Definição da Operação de Reabilitação Urbana*, o Município aborda a reabilitação de ilhas, cuja metodologia poderá fornecer-nos algumas bases

de ação para o que desejamos ser o futuro do Bairro da Barragem. Um dos objetivos é a “irradiação das formas de habitação precária (ilhas) existentes no território; ou, nalguns casos particulares, a radical melhoria das suas condições de habitabilidade, quer do edifício quer da sua inserção urbana”, bem como a “promoção da reabilitação do edificado e do espaço público, de forma a potenciar a atração de novos residentes e atividades económicas, através da inclusão de novos padrões de qualidade e conforto (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2015: 31), cujos objetivos enquadrámos nas nossas pretensões para o futuro de Crestuma-Lever.

No caso das ilhas, após a identificação das situações de reabilitação, os moradores foram realojados, temporariamente, em edificado vago até à conclusão das obras de requalificação.

A requalificação do conjunto habitacional, tal como decorre no contexto das ilhas, deverá incluir as “(...) necessárias condições de habitabilidade, em conformidade com a legislação atual” (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2016: 46), o que obriga à “edificação de espaços interiores com áreas regulamentares; à compartimentação de espaços exigida e em concordância com as tipologias de habitação; a adaptação das habitações à composição do agregado familiar [nos casos em que já se encontrem atualmente ocupados]; e à constituição de níveis de salubridade adequados ao uso habitacional” (CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO, 2016: 46).

Um dos casos mais marcantes desta intenção de recuperação integral concretizou-se com a Ilha da Bela Vista, na qual se evidenciou os esforços para a cooperação mútua entre todas as partes envolvidas, privilegiou-se a intenção de respeitar e preservar a identidade do lugar, ao mesmo tempo que se assegurou a obrigatoriedade da implementação de melhores condições de habitabilidade. Consideramos, por estas razões, a metodologia de trabalho exemplar e como Manuel Correia Fernandes, vereador de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto afirma:

“Como já foi acentuado, a metodologia de trabalho adoptou o diálogo como forma de relacionamento dos moradores com os técnicos e o projecto e a realização das obras não afecta as relações de vizinhança

nem o contexto urbano em que a «ilha» se insere. A experimentação de novas formas de rentabilizar as relações sociais traduzindo em espaço e construção os valores mais caros à comunidade é o princípio da intervenção. Neste sentido, o processo de produção do projecto e obra revelou-se como uma boa prática e o processo reocupação e reuso merece ser acompanhado para que seja possível dele retirar ilações válidas. É que muitas «ilhas», muitos «bairros», muitos «pátios» e muitos «núcleos de génese rural» que fazem a alma das nossas cidades e da nossa em particular, esperam por mais este exercício para poderem ir além dele, transformando-o, então, em política, ou seja, em modo de fazer sistemático.” (FERNANDES, 2017: 12)

Seguindo os modelos até aqui referidos, consideramos crucial manter o volume arquitetónico atual das habitações como um conjunto no seu todo que representa a identidade do lugar. É, neste sentido, que as diretrizes definidas pelo Alvará de Loteamento nº20/05 da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia se poderão manter como base para o projeto arquitetónico, assegurando que todas as habitações mantêm, genericamente, a sua estrutura original.

Admite-se, no entanto, ampliações fundamentais em casos específicos nos quais sejam imprescindíveis, seguindo o artigo 7 que define que “é permitida a ampliação das casas existentes ao nível do 1º andar em 2/3 da área de implantação, desde que recuado, de acordo com implantação proposta e em cobertura plana de modo a permitir uma melhor integração com a paisagem e com os novos volumes propostos” (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, 2005: artigo 7), permitindo, desta forma, que todos os lotes mantenham a sua posição integrada na paisagem e as vistas privilegiadas sobre a mesmas.

Outras questões recomendadas assentam sobre os muros de vedação que não deverão ultrapassar os 1,10m, segundo o artigo 10, e a proibição da construção de anexos, para além dos já existentes e previstos, segundo o artigo 11. Também que “no caso de ser necessário a substituição dos telhados nas habitações existentes, a

mesma deverá ser feita com telha de barro cerâmica à cor natural” (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, 2005: artigo 9).

Simultaneamente, o projeto deverá incorporar “todas as formas de apropriação que os moradores introduziram na ilha. Fosse o uso de tanques, de bancos no exterior, as portas com janelas, o uso de persianas, a utilização de marcas que individualizam o espaço doméstico, diferenciando-o da casa do vizinho. Deste modo, o projecto inscreve-se num lugar, num sítio, numa comunidade com uma história e memória específica (...)” (RODRIGUES; FONTES, 2017: 59). Estes fatores de individualização são bastante frequentes no caso de Crestuma-Lever, tais como o planeamento individualizado de jardins ao gosto de cada família, pequenos anexos, espaços de churrasqueira, espaços de convívio exteriores, decoração vegetalista ou animalista nas fachadas, substituição de janelas e portas, construção de chaminés, incorporação de muros de vedação e portões.

O referido Alvará de Loteamento indica que “no acabamento exterior das habitações existentes e das eventuais ampliações será obrigatoriamente aplicada pintura de cor ocre” (CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA, 2005: artigo 8), o que não acreditamos ser um objetivo desejável, na medida em que atualmente muitas destas pessoas adotaram outras tonalidades para a pintura exterior das suas habitações, criando alguma individualidade e delimitação do seu espaço.

Tendo presente as camadas de vivências aqui existentes, a proposta resultaria na conservação do existente, fator representativo das pessoas que atualmente vivem no espaço, o que significa que estaria sempre presente a consciência de interligar um projeto geral para o Bairro com aspetos que seriam globais a todas as habitações e que incidem na melhoria das suas condições de salubridade e habitabilidade, criando pontos em comum que permitam a continuidade da memória e identidade do lugar, mas simultaneamente não apagar aquilo que foi criado e construído pela comunidade e que, de alguma forma, representa as camadas do tempo, as pessoas que ali moram ou moraram, as memórias familiares e afetivas e as vivências ou práticas individuais.

Consequentemente, haveria a intenção de manter a estrutura atual, sendo que se realizariam ampliações nas habitações cujo agregado familiar assim o justificasse.

No entanto, quando abordamos a estrutura atual, referimo-nos à estrutura exterior, na medida em que acreditamos que a planta interior necessita de profundas intervenções.

A maioria das habitações apresenta uma disposição interior de duas salas, o que pode ser transformado numa sala de estar e de jantar de maiores dimensões ou reaproveitar um dos espaços para a criação de mais um quarto. Também evidenciamos que algumas destas casas, destinadas a trabalhadores solteiros, incorporam um espaço de lavabos comunitários, espaço esse que pode ser transformado numa segunda casa-de-banho. Igualmente o espaço de sótão existente pode ser transformado em quartos de dormir, quarto de arrumações ou ainda escritório, ampliando o espaço funcional e ativo de cada moradia.

No contexto geral, manifesta-se a necessidade da reabilitação total da arquitetura, tendo presente a necessidade de melhorar a sua qualidade construtiva como medida preventiva para o futuro. Os problemas de conservação atuais centram-se em questões de infiltração de água, humidade e falta de arejamento, o que demonstra a importância da adaptação dos materiais e técnicas a outros mais contemporâneos e de maior durabilidade, tal como referimos no caso da Pousada de Picote, em Miranda do Douro, e nas ilhas do Porto cujo principal objetivo seria “evitar o aumento das rendas e renovar as casas dotando-as de conforto, segurança e durabilidade; salientar como mais-valias: a entrada de luz directa em todos os compartimentos, a ventilação e circulação de ar, o isolamento acústico e térmico, resolução das humidades no interior, e a cobertura das casas com novas soluções técnicas” (RODRIGUES; FONTES; FONTES, 2017: 61).

Uma das questões levantadas por moradores é o facto de as paredes serem estruturalmente simples o que agrava a preocupação da urgência da aplicação de capoto e substituição das janelas simples por janelas duplas que, como vimos anteriormente, melhoraria substancialmente o conforto térmico durante todo o ano. Outra questão, essencial, seria o acrescento de lareiras na sala-de-estar, cujo objetivo seria o maior conforto nas épocas frias. Enumera-se outros pontos essenciais para a comunidade e que deveriam ter igualmente impacto no projeto de reabilitação, tais como a substituição das coberturas do telhado, as portas exteriores e o chão em alcatifa por madeira e/ou tijoleira; a substituição integral de madeiras interiores; e a

reabilitação das cozinhas e casas-de-banho por equipamentos e mobiliário mais adaptados aos nossos dias, o que se deveria estender às restantes divisões da casa. Como referimos anteriormente, o azulejo é aplicado em espaços como a casa-de-banho e as cozinhas e, após o seu restauro, pensamos ser um ponto interessante para a continuidade e criação de um ponto comum entre todas as habitações, mantendo aspetos do projeto original.

No contexto exterior, apesar de não ter sido um ponto frisado por nenhum dos inquiridos, compreendemos que a maioria deles fechou as suas habitações a partir de muros de vedação com portões, o que demonstra uma prática de isolamento e criação de maior privacidade para a sua vivência familiar. Como conferimos até aqui, a ideia de comunidade tem vindo a perder-se neste Bairro, mas ao mesmo tempo é preciso cumprir o desejo e o direito destas famílias ao seu espaço privado. A construção generalizada destes muros seria uma vertente a ter em conta para este plano, concretizando o desejo da comunidade e de futuros inquilinos. Este aspeto permite que cada família concretize, na sua própria área, equipamentos ou espaços de lazer ou ainda jardins que vão de encontro à sua dinâmica íntima.

Evidencia-se, ainda, o problema da falta de garagens inerentes ao espaço habitacional. Atualmente, alguns moradores procederam à construção de garagens improvisadas em chapa ou com construções simplificadas a partir de cimento. Porém, a grande maioria destas habitações não apresenta estas estruturas, sendo um parâmetro a ser ponderado. A implantação das casas no terreno não permite a construção de garagens individualizadas na área de cada moradia e, como tal, uma das soluções seria aproveitar os terrenos livres, no final de cada nível de socalco, para a edificação destas estruturas a partir de uma planta arquitetónica uniforme e comum à generalidade das residências.

A problemática da falta de sistemas de saneamento e de sistemas de abastecimento e distribuição de água e de eletricidade legalizados é um dos pontos primordiais na concretização deste projeto, acompanhando as diretrizes internacionais para a conceção de habitação condigna para todos, o que indica que:

Todos os titulares do direito a uma habitação condigna devem ter acesso permanente aos recursos naturais e comuns, água potável, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação de alimentos, sistemas de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência (CNUDH, 2002: 25).

Seguindo este princípio, realçamos a extrema necessidade de dotar todas as moradias com sistemas de saneamento e a obrigatoriedade de proceder à substituição dos sistemas elétricos e rede de canalização, sendo que estes últimos dois se evidenciam por levantarem problemas de segurança e de conservação por serem equipamentos antigos e de reduzida qualidade.

Ao longo deste trabalho temos vindo a comparar o caso português com o contexto dos Bairros de Barragens em Espanha. Daquilo que nos foi possível apurar, a maioria destes exemplares encontra-se desabitado e em estado de completo abandono e degradação, não existindo projetos ou qualquer tipo de planeamento para o seu futuro. Não obstante, no ano de 2020 começaram a surgir iniciativas para a reabilitação destes aglomerados.

A empresa Iberdrola iniciou um projeto de reconversão de alguns destes Bairros, tais como o Poblado del Escla da Barragem de Ricobayo, o Bairro da Barragem de Aldeadávila, o de Villarino de los Aires e o de Alcántara, em “*aldeas de vacaciones*”, numa tentativa de contrariar o abandono do seu Património, assumindo que “no se reigna a dejarlas a su suerte y permitir la degradación de este barrio, una aldea-jardín diseñada para pasear, llena de espacios verdes y pequeños edificios de colores” (LA OPINIÓN, 13 de abril de 2022). Com este objetivo, procederam à reabilitação de cerca de 50 imóveis que passarão a funcionar como casas rurais de férias, com preços acessíveis, para atuais e antigos trabalhadores da empresa. O projeto consistiu na reabilitação total das habitações, dotando-a de equipamentos adequados às necessidades atuais, seguindo o propósito de cumprir com todos os parâmetros de segurança e salubridade. Uma vez mais, fundamenta-se a importância da cooperação mútua entre entidades, reconhecendo-se que este projeto é desenvolvido em conjunto com tutelas municipais onde se situam os Bairros.

Igualmente em Espanha, o Ayuntamiento de Jimena de la Frontera iniciou um projeto faseado para a reabilitação total do Poblado del Corchado que se encontrava desabitado desde os meados de 1980. O Município de Jimena de la Frontera em colaboração com a empresa Surana Arquitectos desenvolveu um projeto, em 2009, para a reconversão do Bairro num alojamento de turismo rural e criação de um Centro de Interpretação dedicado ao rio Guadiaro. Em termos gerais, a proposta concretiza-se na recuperação integral de todas as arquiteturas existentes e a construção de novas infraestruturas que permitam o funcionalismo e a dinâmica do espaço. Sobre o projeto a empresa defende que “Dichas obras deben ser ejecutadas con un elevado nivel de precaución ya que la preservación del paisaje y la tipología arquitectónica del lugar, la armonización entre turismo y media natural, son elementos esenciales para garantizar un desarrollo del sector compatible con el medio” (SURANA ARQUITECTOS, 2009), linha de pensamento que se assemelha à ideologia que pretendemos para o projeto de Crestuma-Lever.

Os casos do contexto espanhol até aqui mencionados remetem para um aproveitamento turístico dos aglomerados. No entanto, expõe-se o caso do Bairro da Barragem de Benagéber, cujo projeto de reabilitação se aproxima mais do que é pretendido para Lever – um planeamento para um espaço com foco habitacional. No caso de Benagéber, o aglomerado encontra-se sobre a tutela do Município, havendo casos de habitações que já pertencem a particulares. Dos casos encontrados e estudados até ao mesmo, este Bairro surge-nos como um dos melhores casos em termos de estado atual de conservação, mantendo-se na sua maioria ativo, habitado (como primeira ou segunda habitação), demonstrando sinais de profundas reabilitações e constante manutenção. Porém, estas iniciativas foram realizadas a título privado e, como tal, carecem de diretrizes e regulamentação, o que se transmitiu na perda da leitura harmonia do conjunto como um todo, bem como da identidade do lugar.

Para este aspecto, convoca-se os casos dos designados *Albergues Obreros* e *Viviendas Familiares* que demonstram substituições a nível das carpintarias; construção de muros de vedação; construção de estruturas e equipamentos anexos; individualidade das habitações demonstrada a nível da modificação da cor exterior, incorporação de novos materiais no exterior, como os azulejos, a substituição de janelas e portas e a alteração da dimensão dos vãos. Se, por um lado, algumas destas alterações convocam a identidade

do seu proprietário, por outro lado, outras intervenções alteraram profundamente toda a estrutura original e a caracterização de um conjunto, demonstrando na prática a extrema necessidade do Projeto de Reabilitação, Conservação e Manutenção para Crestuma-Lever que defina as linhas a seguir.

Como exposto anteriormente, o Bairro de Crestuma-Lever apresenta ainda problemas ao nível da via pública, no que diz respeito a acessos, mobilidade e iluminação. Consideramos de extrema relevância a resolução destes problemas, como forma de concretizar totalmente o direito à habitação condigna, mas também como um fator preponderante para a melhoria da qualidade de vida no local. A materialização deste objetivo passaria por dotar todas as ruas de postes de iluminação funcionais; a construção de passeios que acompanhem a morfologia e permitam a mobilidade a pé, os passeios e a segurança na circulação; e, por fim, a pavimentação das ruas, o que melhora significativamente os acessos, a circulação automóvel, a diminuição de poeiras provocadas pela terra e maior atratividade à habitação. Os acessos a equipamentos de recolha de lixo são, igualmente, reduzidos, não existindo ecopontos na proximidade, problema que deve ser revertido.

Outro ponto essencial, atende à necessidade de aproveitamento do espaço envolvente às edificações e, conseqüentemente, corresponde às expectativas futuras dos moradores, sendo este a necessidade da criação de um espaço público de convívio que possa servir as famílias residentes no Bairro. Como mencionado anteriormente, os habitantes inquiridos desejam a construção de um parque de lazer público, com espaço de merendas e de convívio social, bem como um parque infantil. Estes dois pontos seriam interessantes, não só para a dinamização do Bairro, como também da própria freguesia que não dispõe com abundância destas infraestruturas.

Em janeiro de 2022 é noticiado, nos jornais regionais, que a empresa Metro do Porto pretende plantar 252 sobreiros na área do Bairro de Crestuma/Lever, como medida compensatória pela obra de extensão da linha amarela, o que implicou um corte de centenas de árvores. Até ao momento não foi possível apurar a existência de documentação oficial que comprove os projetos que poderão vir a ser realizados nesta urbanização, sabendo-se pela notícia do jornal O Gaiense que a Metro do Porto comprometeu-se a plantar este número de sobreiros no concelho de Vila Nova de

Gaia, proposta que seria votada em reunião da Câmara Municipal, havendo a possibilidade de efetivamente se realizar em Lever. Adiantam ainda que “esta plantação permitirá a criação de um parque de lazer, com área suficiente para a instalação de infraestruturas de apoio e complementares”, o que iria de encontro à concretização das necessidades da comunidade.

Esta medida permitira a requalificação da paisagem urbana, ao mesmo tempo que aprofundava a valorização da paisagem. No entanto, o que observamos relativamente à paisagem envolvente do Bairro até à zona ribeirinha, aonde se fixa a Barragem, é a falta de manutenção e cuidado da área florestal e dos acessos e, por isso, seria fundamental considerar a intervenção e o planeamento na paisagem como parte integrante de um projeto para o Bairro.

Compreendemos, todavia, que a reabilitação arquitetónica e requalificação urbana é apenas o primeiro passo para a vitalidade do espaço. O pensamento em torno do Património Arquitetónico não pode centrar-se na atuação após a degradação, mas sim na sua prevenção a partir de sólidas estratégias de conservação preventiva, associada à manutenção continuamente aplicada, seguindo o princípio da Carta de Cracóvia que afirma que:

A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos em relatórios apropriados para permitir a adoção de medidas preventivas. (ICOMOS, 2000: ponto 2)

Ao olhar para este princípio à luz do panorama atual, depreendemos que é sinónimo de rentabilização económica e prevenção sustentável que, segundo, Siza Vieira:

Manutenção (...) é não deixar uma construção degradar-se. A princípio é só pouca coisa e, portanto, vai-se deixando andar até que se transforma

numa degradação total. E depois já não se trata de manutenção mas de recuperação. E a recuperação é cara. Fazer uma constante manutenção é também uma medida de economia. (Siza-Vieira, 2017).

Este objetivo permite uma melhor gestão dos recursos existentes, bem como a criação de estratégias que permitem “prevenir riscos e danos, garantindo o bom funcionamento dos edifícios e a preservação da sua autenticidade e valor arquitectónico assegurando, assim, uma transmissão mais sustentável às gerações futuras” (FERREIRA, 2018: 208).

Tal como a EDP determinou no caso da Pousada de Picote, as ações necessitam de consistir “na conservação, manutenção e apoio aos visitantes da Pousada [que] são atualmente assegurados por uma pequena empresa local” (DINHEIRO VIVO/LUSA, 6 de maio de 2021), envolvendo as comunidades locais e potencializando o incremento de emprego local. Estas ações definidas baseiam-se na identificação e avaliação dos riscos aos quais o Património está sujeito, sejam estes de origem ambiental ou humana. Ao determinar as causas dos danos e da degradação, é possível criar ações de prevenção que se baseiam na aplicação do conceito da conservação preventiva, de forma a “definir e promover princípios de gestão sustentável e encorajar a manutenção” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: artigo 9). Considera-se, portanto, a necessidade de estender este objetivo ao Projeto de Reabilitação, Conservação e Manutenção do Bairro de Crestuma-Lever.

Contudo, quais são as ações que podem ser desenvolvidas para a correta aplicação da conservação preventiva no Património do Bairro? Teresa Cunha Ferreira aborda a utilização deste conceito em Monumentos da Rota do Românico em “*Gestão do património e envolvimento das comunidades. O plano de gestão para a conservação e valorização dos monumentos da Rota do Românico*” (2018).

A autora defende uma metodologia definida a partir de três fases. A primeira fase é instrutória que permite criar uma base de dados com a informação reunida. A segunda fase é programática, ou seja, é o momento em que se começa a desenvolver os Planos de Manutenção: organiza-se a ficha de identificação do imóvel com a sua caracterização; explicita-se o diagnóstico realizado sobre a arquitetura, incluindo as suas

anomalias e danos e avaliação dos riscos; desenvolve-se o Manual de Manutenção e o Manual de Utilização que é entendido como um conjunto de documentos com informações sobre o funcionamento, ações preventivas, ações de limpeza e de pequena manutenção destinados aos gestores do património, mas também aos seus utilizadores diários; e realiza-se planos orçamentais. A terceira fase, é atuativa, ou seja, a partir dos Planos de Manutenção inicia-se ações de manutenção como limpeza, reparação, ações de formação; por fim, faz-se um balanço do que foi realizado e percebe-se se há necessidade de uma atualização do Plano.

A sua metodologia permite controlar e minimizar os custos; evitar a total degradação e novos danos; preservar os valores que a comunidade atribuiu; apoiar o emprego local; e envolver as comunidades e qualificá-la para a salvaguarda dos seus bens. A importância da proposta é sustentada pela compreensão de que, a partir deste Plano, evidencia-se, segundo a Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, o “valor e as potencialidades de um património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade (...)” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: preâmbulo).

Reconhecer a importância da idealização e implementação de um Projeto de Reabilitação, Conservação e Manutenção do Bairro de Crestuma-Lever é compreender a necessidade de reabilitar arquitetonicamente o Bairro, ao mesmo tempo, que se constrói as bases para a conservação preventiva e integrada da comunidade. Até ao momento, temos referido a importância da participação da comunidade para o estudo deste Património. Os efeitos positivos desta participação, permitem compreender que não são apenas os técnicos de património ou as tutelas a que se devem envolver na gestão, mas também se integra a comunidade, defendendo-se a ideia da “responsabilidade partilhada perante o património cultural” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: artigo 11), o que encoraja todas as pessoas a participarem no processo de “identificação, estudo, interpretação, proteção, conservação e apresentação do património cultural” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: artigo 12).

Neste sentido, deve ser ponderado a partilha de boas práticas junto da comunidade e tutela local com vista à educação, sensibilização e consciencialização das formas corretas de agir. No caso da comunidade, estas boas práticas podem passar pela limpeza

dos seus terrenos; a realização de ações de manutenção nas suas habitações após a reabilitação e segundo o projeto arquitetónico definido; a participação na limpeza – de ruas, de possíveis futuros espaços públicos, dos terrenos sem ocupante/proprietário - e manutenção do espaço público, conjuntamente com a Junta de Freguesia de Lever. Desta forma, promove-se a intenção de que “cada pessoa, individual ou colectivamente, tem o direito de beneficiar do património cultural e de contribuir para o seu enriquecimento” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: artigo 4), bem como o reforço da “coesão social, favorecendo um sentido de responsabilidade partilhada face ao espaço de vida em comum” (CONSELHO DA EUROPA, 2005: artigo 8).

Com alguns casos referidos neste capítulo, apreendemos que existe uma tendência para a conversão destes Bairros em espaços turísticos ou reconverter alguns dos seus equipamentos em alojamentos rurais, tal como aconteceu em Picote e nos mencionados Bairros de del Esla da Barragem de Ricobayo, o Bairro da Barragem de Aldeadávila, o de Villarino de los Aires e o de Alcántara. Efetivamente, em Crestuma-Lever poderia ser levantada a possibilidade da criação de um centro de alojamento turístico. A proximidade ao centro da cidade de Vila Nova de Gaia e da cidade do Porto, bem como a paisagem da freguesia de Lever e arredores justificaria a criação deste espaço que atrairia o tipo de público que aprecia locais calmos e envolvidos pela natureza e rio. A Câmara Municipal de Miranda do Douro refere que o seu centro de acolhimento é dedicado ao público jovem que pretende usufruir de um “contacto íntimo e descontraído com a natureza (...) e com a nossa gente de carácter afável (...) [onde] podes descansar, passear por caminhos rurais, praticar diversos desportos (...)” (CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO, 2005: preâmbulo). Esta possibilidade apostaria num público jovem, fomentaria a criação de postos de trabalho para a comunidade local e o desenvolvimento turístico nas atividades de lazer e de comércio da região. No entanto, consideramos que o Bairro de Crestuma-Lever deveria manter o seu propósito habitacional, mantendo os seus atuais moradores e atraindo novos e, ao mesmo tempo, permanecer com os valores de tranquilidade e paz que a comunidade lhe atribui.

O último tópico a abordar no presente capítulo incide em iniciativas no âmbito da Museologia e Turismo que foram propostas ou aplicadas em outros Bairros no contexto português.

A autora Cristiana Joana Dias Lopes, referida anteriormente, para o caso do Alto Lindoso apresenta uma proposta de musealização da Central Hidroelétrica, Pousada Velha e Centro Recreativo e Desportivo, considerando estes espaços como possibilidades viáveis para a construção de um centro lúdico-cultural e turístico e, de forma, a permitir a “(re)integração do património no território e na comunidade” (LOPES, 2012: 147). A proposta da autora seria de ligar as três estruturas a partir de sistemas pedonais, apresentando para este efeito diferentes soluções, que permitiria uma exploração pelo conjunto arquitetónico do Bairro e da Barragem e a ligação direta à Central, encarada como o espaço museológico para “compreender a evolução tecnológica e a actividade da Central e, simultaneamente possibilitar o seu funcionamento como um pólo de desenvolvimento e cultura (...)” (LOPES, 2012: 159). O estudo da autora aborda igualmente pontos essenciais e plantas-modelo para a intervenção arquitetónica na Central, como forma de a dotar de todas as componentes e infraestruturas necessárias para a criação de um Museu; da Pousada, com o objetivo de a revitalizar com o seu propósito original; e do Centro Recreativo e Desportivo, reativando-o como uma sala de espetáculos e reuniões que estivesse ao serviço da comunidade.

Constatámos a importância desta proposta para a valorização, divulgação e reconhecimento do Património das Barragens e, conseqüentemente, dos aglomerados habitacionais. No entanto, compreendemos uma clara distinção entre os dois espaços. No caso de Crestuma-Lever, conjunto arquitetónico é reduzido à Barragem, Central e Bairro, parcialmente habitado e no qual se pretende manter o propósito de um local residencial, construído para esse mesmo efeito. No caso do Alto Lindoso, o Património encontra-se integrado no seio de uma freguesia que expressa outras camadas históricas e marcas do tempo, como o Castelo do Lindoso, sendo interessante criar espaços museológicos que representem os diferentes momentos da história local. No caso de Crestuma-Lever este fenómeno não é equiparável, nem justificável de ser aplicado.

Por fim, em 2019, a Fundação EDP apresentou o “Guia Trás-os-Montes. Arte Pública”, um projeto que pretendia implementar a arte como um instrumento de inclusão social, visando “o acesso à arte e o envolvimento da população em novas experiências culturais, bem como estimular o desenvolvimento local através da realização de obras de arte pública em meios rurais” (FUNDAÇÃO EDP, 2019). Distingue-se este programa pela participação ativa da comunidade que, a partir de Assembleias Comunitárias com

artistas, discute propostas para a intervenção artística no seu espaço público, nomeadamente para fachadas, muros, postos de transformação da EDP, entre outros elementos. No final do projeto, a Fundação EDP publicou um roteiro com o mapa das intervenções e respetivos artistas, criando uma ferramenta que permite a divulgação, apresentação e comunicação do Património já existente e do transformado.

Consideramos este roteiro uma vertente interessante para dinamizar e dar a conhecer o Património Arquitetónico construído pela EDP. Se o projeto se expandisse para outras Barragens fora da área geográfica de Trás-os-Montes, seria uma ferramenta fundamental para a obtenção dos objetivos deste trabalho a que nos temos vindo a referir, desde o estudo do Património, à sensibilização das comunidades, das tutelas e do público até à reabilitação dos espaços para a revitalização social.

Considerações Finais

Como podemos comprovar ao longo deste Relatório, a Barragem de Crestuma-Lever representa o momento da construção da última Barragem do Douro Nacional, sendo o seu Bairro um símbolo dos seus trabalhadores e de vivências sociais próprias de um tempo. Ao olhar comparativamente para outros Bairros, especificamente no caso português, como Picote, Miranda do Douro e Bemposta percebemos que o pensamento inerente à construção de cada um destes é concebido a partir de referências semelhantes, mesmo que a qualidade arquitetónica refletida apresente diversas variáveis. Quando alargamos o nosso espetro e procuramos a mesma tipologia no caso espanhol, averiguamos que as intenções urbanas e arquitetónicas assemelham-se novamente ao que, posteriormente, foi aplicado em Portugal.

Em todos os casos mencionados encontramos o cuidado em albergar o maior número de trabalhadores num espaço próximo do seu local de trabalho, ao mesmo tempo que valorizavam esta paisagem e integravam as arquiteturas no território, criando harmonia visual com as pré-existências. Evidencia-se, igualmente, uma verdadeira preocupação social em dotar estes aglomerados daquilo que, à época, era considerado

uma habitação condigna. De igual forma, é claro que as empresas responsáveis demonstravam a exigência de criar condições estáveis e um determinado nível de comodidade para os seus trabalhadores e famílias, o que se traduz na edificação de diversos equipamentos sociais consoante a necessidade geográfica do Bairro.

Embora nas fichas analíticas não seja abordado questões relativas à planta nem à linguagem arquitetónica do interior das habitações, acreditamos ter demonstrado com a análise da linguagem exterior os principais pontos que caracterizam a arquitetura destes Bairros. Efetivamente a lacuna documental e a impossibilidade de observar o interior de um maior número de habitações não permitiu aprofundar mais esta questão. O mesmo constrangimento se transpõe para os equipamentos sociais, nos quais foi apenas possível trabalhar com uma fotografia e alguns relatos e menções, o que não torna possível uma análise mais detalhada da sua linguagem ou localização.

Ao analisar todas as semelhanças e comparações que podem ser feitas entre os Bairros das Barragens do Douro, depreendemos que não podemos olhar para nenhum deles como um caso isolado. Todos estes exemplares congregam-se numa tipologia de Património Arquitetónico, ao qual designamos de Barragista, o que pode ser caracterizado pela integração num mesmo conjunto de valores, objetivos e programas construtivos. Porém, como temos vindo a mencionar, é um Património que se encontra esquecido e desvalorizado pela falta de conhecimento sobre o mesmo ou pela falta de identificação e de estudos associados. Acreditamos que, com esta investigação, conseguimos caminhar para reverter este problema, da mesma forma, que a disponibilização de um *website* permitirá a difusão de informação sobre este Bairro, o que transporta esta tipologia para a luz do campo patrimonial.

Simultaneamente deparamo-nos com um Património que se encontra em perigo, degradado e em estado de abandono, o que cria problemas à sua conservação e preservação para o futuro e, conseqüentemente, à qualidade de vida das comunidades, sendo esta uma das maiores problemáticas ao falar de Património Barragista. Estes Bairros são habitados e, como tal, todo e qualquer planeamento deve integrar a sua participação, permitindo que se crie uma relação harmoniosa entre o Património e a vida das Pessoas.

É neste sentido que queremos, com este estudo, repensar o futuro destes Bairros, o que nos conduz a realçar a necessidade e a urgência de regularizar o estado atual de ilegalidade para que estas pessoas sejam proprietárias das casas em que vivem há 36 anos. É, igualmente, crucial a definição de um plano que, como sugerimos, permita a requalificação das habitações e do Bairro com base naquilo que a comunidade precisa e que integre as mutações que estas casas foram sofrendo ao longo dos anos por serem claros sinais da individualidade e das vivências familiares essenciais a cada um dos ocupantes. Como demonstramos no capítulo 6 deste Relatório, coexistem diversas problemáticas no Bairro, mas consideramos a sua resolução numa perspetiva de efetivamente melhorar a qualidade de vida dos seus ocupantes.

Não obstante, evidenciamos outras metodologias e ações que têm vindo a ser realizadas em Bairros de Barragens ou outras tipologias arquitetónicas e que, pelo seu sucesso e aplicabilidade, são uma referência que vai de encontro ao que pensamos que pode vir a ser o futuro de Crestuma-Lever. Com esta investigação procuramos encontrar, nestas metodologias, uma base referencial sobre a qual refletimos de modo a encontrar os pontos que solucionassem os problemas existentes no nosso caso de estudo.

Para concluir, julgamos que é importante atribuir responsabilidade partilhada sobre os Bairros, ou seja, que as tutelas assumam a responsabilidade de o reabilitar e de possuírem um papel dinâmico na preservação patrimonial, ao mesmo tempo, que a comunidade deverá ser sensibilizada e consciencializada para a manutenção preventiva do mesmo. Defendemos que esta é a solução que permite a continuidade deste Património no tempo e que possibilita que todos sejamos agentes ativos na sua salvaguarda.

Referências Bibliográficas

ADÁN, Juan Carlos García (2018). Modernid arquitectónica en el paisaje extremeño: los poblados hidroeléctricos de Valdecañas y Alcántara (Cáceres). “*II Congreso Internacional de Patrimonio Industrial y de la Obra Pública: Patrimonio Industrial: pasado, presente y futuro*”, 221-238.

CALDEIRA, Margarida Pinho (2014). *O Destino dos Bairros das Barragens*. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima (1997). *Moderno Escondido: Arquitectura das Centrais Hidroeléctricas do Douro 1953-1964: Picote, Miranda, Bemposta*. Porto: FAUP Publicações.

CARBAJAL-BALLELL, Nicolás J. (2016). *El Salto del Jándula. Génesis de un paisaje*. Sevilla: Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Sevilla. Tese de Doutoramento.

CARBAJAL-BALLELL, Nicolás José (2020). El poblado de La Lancha en em Jándula. Un ejemplo de asentamiento planificado para la construcción de una gran presa. “*Revista PH*”. N°99. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, 120-143. [Consult. 01/06/2022]. Disponível em <<https://www.iaph.es/revistaph/index.php/revistaph/article/view/4361>>

DOMÍNGUEZ, María Jesús Teixidó (2012). El poblado del embalse de Alcántara. Un ejemplo de urbanismo en el período de la Autarquía. “*Paisajes modelados por el agua: entre el arte y la ingeniería*”, 235-245.

FERNANDES, Fátima; CANNATÀ, Michele (2011). *Reabilitação da Pousada de Picote*. Caleidoscópico

FERREIRA Teresa Cunha (2018). Gestão do património e envolvimento das comunidades. O plano de gestão para a conservação e valorização dos monumentos da Rota do Românico. “*Genius Loci: lugares e significados*” – volume 3. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”

LIZONDO-SEVILLA, Laura; LUJÁN, Nuria Salvador (2016). Las colonias obreras de Hidroeléctrica Española en Castilla-La Mancha. Caracterización de su morfología

urbano-paisajística. “*Actas del I Congreso Hispanic Internacional Seminar on Urban Form*”. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

LOPES, Cristina Joanas Dias (2012). *Aproveitamento Hidroeléctrico do Lindoso. Um ensaio de valorização do património*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado

LUJÁN, Nuria Salvador (2013). Las colonias obreras de la primeras décadas de HIDROLA, 1910-1940 adoptando modelos utópicos del s. XIX; aportando soluciones de vivienda obrera del s. XX. Valência: Universidade Politécnica de Valência. Tese de Doutoramento.

LUJÁN, Nuria Salvador; LIZONDO-SEVILLA, Laura; REIG, Ignacio Bosch (2014). El Bloque Residencial de la Colonia Obrera Lucas Urquijo. “*Revista En Blanco*”. Nº14 - Vivienda Colectiva, 6-11.

MARTINS, Andreia Jorge (2018). *A habitação temporária no barrocal do Douro – Picote, 1953-1957*. Évora: Escola de Artes da Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado.

MOREIRA, César Alexandre Gomes Machado (2020). *Hidroeléctrica do Cávado (1944-1966). A construção da paisagem hidroeléctrica do Cávado e as obras de Januário Godinho*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

NAVARRO, Yolanda Hernández (2015). *Patrimonio Industrial del Embalse de Benagéber: Poblado y Colonia Obrera. Análisis Histórico y Arquitectónico para su protección y conservación*. Valência: Universidade Politécnica de Valência. Tese de Doutoramento.

OLIVEIRA MARTINS, Guilherme d’ (2016). *Património, Herança e Memória*. In CARVALHO, ANA, coord. “Participação: Partilhando a Responsabilidade”. Acesso Cultura, Associação Cultural, 18-28.

PEQUITO, Maria de Lurdes Ferreira Lourenço (2015). *Hidroelectricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Trás-os-Montes)*. Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.

RODRIGUES, Fernando Matos; FONTES, António J. Cerejeira; SILVA, Manuel Carlos; FONTES, André Cerejeira (2017). *A Cidade da Participação. Projecto de Arquitectura Básica Participada na Ilha da Bela Vista*. Porto: Edições Afrontamento

SEIXAS, Nélio Miguel (2015). *A Revisão dos anos de 1950 no Urbanismo e Arquitectura do Douro Internacional. Barrocal do Douro, Miranda do Douro, Cardal do Douro*. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia. Dissertação de Mestrado.

Fontes Documentais

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO DOURO (2005). *Edital nº92/2005 (2ª série). Projecto de Regulamento do Centro de Acolhimento Juvenil do Barrocal do Douro*. 11 de Janeiro de 2005

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (2015). *ARU Campanhã – Estação. Um novo pólo de desenvolvimento da cidade do Porto. Definição da Operação de Reabilitação Urbana*. Dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (2016). *ARU Campanhã – Estação. Um novo pólo de desenvolvimento da cidade do Porto. Definição da Operação de Reabilitação Urbana*. Março de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA (2005). *Alvará de Loteamento nº.20/05*. Direcção Municipal de Ordenamento e Território, Urbanismo, Paisagem Urbana e Ambiente da Câmara Municipal de V.N. Gaia.

CIAM (1933). *Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno*. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

CONSELHO DA EUROPA (1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*. Granada: Conselho da Europa

CONSELHO DA EUROPA (2005). *Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*. Faro: Conselho da Europa

ELECTRICIDADE DE PORTUGAL (1977). *Aproveitamento do Rio Douro. Escalão de Crestuma. Concurso Internacional para a adjudicação da empreitada principal das obras de Engenharia Civil do Escalão de fins múltiplos de Crestuma (Barragem, Central*

e Eclusa de Navegação). Volume I, Parte C – Condições do Contrato Parte I e Condições Especiais do Contrato II

EDP (1982). *Sistema Electroprodutor. Aproveitamentos Hidroelétricos. Crestuma-Lever. Crestuma. Relatório dos trabalhos executados no Escalão de Crestuma-Lever, no trimestre Abril a Junho de 1982; Texto; Mapas-Gráficos; Desenhos; Fotografias*. Agosto de 1982.

ICOMOS (1964). *Carta de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*. II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos

ICOMOS (2000). *Carta de Cracóvia. Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído*. Polónia: Conferência Internacional sobre Conservação

ICOMOS (2003). *Princípios para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitetónico*. Zimbabwe: 14º Assembleia Geral do ICOMOS

OFFICE OF THE HIG COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS (2002). *Direitos Humanos. O Direito Humano a uma Habitação Condigna. Ficha Informativa nº21*. Trad. Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Nações Unidas

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. *VII Revisão Constitucional* (2005). [Consult. 09/07/2022]. Disponível em <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art65>> .

PORTUGAL. Ministério da Cultura – Gabinete do Secretário de Estado da Cultura (2011). *Classificação do Empreendimento Hidroelétrico do Douro Internacional*. Portaria 623/2011. «Diário da República» n.º 123/2011, Série II de 2011-06-29.

PORTUGAL. Município de Miranda do Douro (2010). *Requalificação Urbana do Bairro Verde*. Anúncio de Procedimento 1024/2010. «Diário da República» n.º 54/2010, Série II de 2010-03-18.

Referências Audiovisuais

ARQUIVO EDP

COUTO, Ricardo Clara; (realiz.). *O Lodo, as Estrelas e os Sábios*. 2020. Clara Amarela Films. [Consult. 11/03/2021] Disponível <<https://www.rtp.pt/play/p7057/o-lodo-as-estrelas-e-os-sabios>> .

ESTÚDIO TAVARES DA FONSECA (1984)

Periódicos

AGÊNCIA LUSA (2006). *No Douro selvagem construiu-se a cidade ideal*. 9 de dezembro de 2006. [Consult. 26/06/2022] Disponível em <https://www.rtp.pt/noticias/pais/no-douro-selvagem-construiu-se-a-cidade-ideal_n37678>

CM ECONOMIA (2006). *EDP vende 43 bairros*. 10 de julho de 2006. [Consult. 26/06/2022] Disponível em <<https://www.cmjornal.pt/economia/detalhe/edp-vende-43-bairros>>

COMÉRCIO DE GAIA (1982). Incêndio destruiu o dormitório da barragem Crestuma-Lever. 12/01/1982

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2018). *Bairro da EDP em Lever, Gaia, reabilitado para alojar famílias de classe média*. 14/12/2018. [Consult. 23/01/2022] Disponível em <<https://www.dn.pt/lusa/bairro-da-edp-em-lever-gaia-reabilitado-para-alocar-familias-de-classe-media-10323430.html>>

DINHEIRO VIVO/LUSA (2021). *ED inicia terceira fase de recuperação de património em Miranda do Douro*. 06/05/2021. [Consult. 26/06/2022] Disponível em <<https://www.dinheirovivo.pt/empresas/edp-inicia-terceira-fase-de-requalificacao-de-patrimonio-em-miranda-do-douro-13693392.html>>

JORNAL DE GAIA (1983). Lever. Terra de Beleza e Encanto Que um Pontífice Beijou. 19/12/1983

JORNAL DE NOTÍCIAS (2021). *EDP recupera património do Moderno Escondido de Picote*. 06/05/2021. [Consult. 26/06/2022] Disponível em

<<https://www.jn.pt/local/noticias/braganca/miranda-do-douro/edp-investe-36-milhoes-para-recuperar-patrimonio-do-moderno-escondido-de-picote-13690729.html>>

LA OPINIÓN (2022). *Iberdrola reconvierte el Poblado del Esla en una aldea de vacaciones*. 13/04/2022. [Consult. 12/07/2022] Disponível em <<https://www.laopiniondezamora.es/comarcas/2022/04/13/iberdrola-reconvierte-poblado-esla-aldea-64848369.html>>

O COMÉRCIO DO PORTO (1984). *Lever: Barragem trouxe novas esperanças a uma terra sempre esquecida*. 01/08/1984

PÚBLICO (2005). *Câmara de Miranda do Douro recupera antigas casas da EDP*. 21/08/2005 [Consult. 26/06/2022] Disponível em <<https://www.publico.pt/2005/08/21/jornal/camara-de-miranda-do-douro-recupera-antigas-casas-da-edp-35487>>

REDE ELÉCTRICA (1985). *Aproveitamento Hidroléctrico de Crestuma-Lever. Iminente o arranque do primeiro grupo*. Novembro de 1985

Infosítios

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS (2021). *Corredor do Rio Leça*. [Consult. 11/06/2022]. Disponível em <<https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/comunicacao-e-imagem/noticias/noticia/corredor-do-rio-leca>>

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS (2022). *Corredor do Rio Leça*. [Consult. 11/06/2022]. Disponível em <<https://www.cm-matosinhos.pt/servicos-municipais/ambiente/corredor-verde-do-leca-58>>

CANNATÀ FERNANDES (2009). *Restauro de Vivendas dos Engenheiros em Picote*. [Consult. 26/06/2022]. Disponível em <<https://www.cannatafernandes.com/PT/projects/restoration-of-the-engineers-villas-at-picote/>>

FUNDAÇÃO EDP (2019). *Arte Pública*. [Consult. 26/06/2022]. Disponível em <<https://www.fundacaoedp.pt/pt/artepublica>>

SURANA ARQUITECTOS (2009). *Centro de turismo rural en el Poblado del Corchado. Jimena de la Frontera*. [Consult. 12/07/2022]. Disponible en <<http://surana-arquitectos.es/proyecto/centro-de-turismo-rural-en-el-poblado-del-corchado-jimena-de-la-frontera/>>

Apêndices

1. Guião do Website

Homepage			
Título	Menu de Navegação		
Fotografia representativa do Bairro			
Fotografia do Bairro	“Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê”	O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever é um aglomerado populacional situado na freguesia de Lever, integrando o grupo de freguesias a sul do concelho de Vila Nova de Gaia, distrito do Porto.	Botão de Navegação
Planeamento urbano e fotografia de cartografia	Tipologias Habitacionais e fotografia	Tipologias Sociais e fotografia	Estado de Conservação e fotografia
Satélite Google Maps com a localização do Bairro			
Implantação do Bairro			
Imagem representativa e título			
Situado num vale nas encostas do Douro, o lugar de implantação do Bairro reflete as características morfológicas do território do Baixo Douro.			
Em 1977 a atual EDP, anteriormente Electricidade de Portugal, com o objetivo de aproveitar economicamente o rio Douro inicia os trabalhos preparatórios para a construção do Escalão de fins múltiplos de Crestuma, posteriormente, Crestuma-Lever, adjudicando a empreitada principal das obras de engenharia civil à Construtora			

Tâmega, igualmente responsável pela edificação do Bairro. Tal como se verificou nas Barragens do Douro Internacional, datadas de cerca de quarenta anos antes, como Picote, Miranda do Douro e Bemposta, as grandes obras hidroelétricas eram em todos os casos acompanhadas de Bairros dotados de equipamentos habitacionais e sociais de apoio aos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento das obras.

A Tâmega inicia a construção de um Bairro, nas imediações do Estaleiro de Obras, constituído por 54 habitações, das quais atualmente existem 50, para os trabalhadores e as suas respectivas famílias. Associadas à EDP, Tâmega ou outra empresa subcontratada para o projeto, existiram ainda construções pré-fabricadas na modalidade de Dormitório e de equipamentos sociais de apoio.

Planta do Estaleiro

A Planta do Estaleiro, desenhada pela Direção dos Equipamentos Hidráulicos da Companhia Portuguesa de Electricidade, permite-nos aferir a primeira linha de pensamento destinada ao programa de implantação. Esta indica-nos que à época de início de obras e construção do Bairro foi projetada uma grande via principal de acesso e circulação rodoviária que ligaria o acesso ao terreno da EDP a partir da área habitacional, seguindo-se uma via tortuosa até ao local da Barragem propriamente dita.

A Planta demarca três áreas para a implantação de equipamentos habitacionais, sendo este desenho apenas ligeiramente diferenciado da posição real das arquiteturas. No entanto, a Planta diferencia apenas as áreas referidas e não o número de equipamentos/arquiteturas existentes em cada uma.

Na Planta não surge desenhada a localização dos equipamentos sociais, indicando-se a existência de um equipamento polivalente que conjugaria a Pousada, Refeitório e Sala do Clube do Pessoal EDP e que se situaria a uma curta distância para oeste do Bairro, o que permitiria o fácil acesso. A estes acrescenta-se a existência de um supermercado e de um Campo de Futebol no coração do Bairro.

Mais detalhes

O planeamento urbano do aglomerado reflete um pensamento ponderado sobre o território em que se insere. Um dos primeiros pontos a referir é o local escolhido, sendo este preferencialmente próximo do local das obras, facilitando as deslocações e a

qualidade de vida dos trabalhadores pois “as distâncias entre os locais de trabalho e os locais de habitação devem ser reduzidas ao mínimo” (CIAM, 1933: ponto 46).

Partindo da topografia deste espaço compreendemos um dos principais objetivos da configuração dos Bairros, sendo este a profunda adaptação do seu conjunto arquitetónico ao terreno. No caso de Lever é caracterizado por um declive acentuado até ao Douro, rodeado por um grande conjunto de elevações, sendo a única solução para resolver este problema, a implantação arquitetónica por socalcos.

Por um lado, a implantação em socalcos revela a preocupação em adaptar as arquiteturas à topografia do terreno, associada à orientação das mesmas com o objetivo de estas privilegiarem de melhores vistas sobre a paisagem, bem como maior influência de luz natural, seguindo as diretrizes do urbanismo modernista patentes na Carta de Atenas que refere que “os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se da topografia, observando-se o clima, dispondo-se da insolação mais favorável e de superfícies verdes adequadas” (CIAM, 1933, ponto 23).

Por outro lado, os efeitos topográficos são claramente visíveis ainda no atual traçado sinuoso dos socalcos e das vias interiores de circulação rodoviária. Neste parâmetro remetemos para o facto de o Bairro ser pensado como um espaço temporário, de construção rápida e económica e, como tal, a questão dos acessos acondicionados e asfaltados, profundamente lineares pode ser considerado um aspeto secundário.

Encontrada a solução de implantação, seria possível manter a racionalidade do espaço que se refletia na necessidade de albergar o maior número de trabalhadores, aproveitando ao máximo o espaço existente, o que reflete uma adaptação ordenada e funcional.

Referências:

CIAM (1933). Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

MARTINS, Andreia Jorge (2018). A habitação temporária no barrocal do Douro – Picote, 1953-1957. Évora: Escola de Artes da Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado.

Planeamento Urbano

Imagem representativa e título

A escolha do local de implantação e a solução encontrada para ultrapassar os obstáculos da topografia reflete-se na utilização de socalcos, permite planejar urbanisticamente o Bairro de forma ponderada e racional.

Os Bairros de Barragens eram projetados consoante a topografia do território e as pré-existências, evidenciando-se um compromisso de adaptar o urbanismo à paisagem local. Consequentemente, aquilo que observamos em questões urbanísticas reflete uma planta ordenada, de caráter semi-regular que se adapta aos declives da topografia a partir dos socalcos referidos. Como tal, não se observa uma planta profundamente regular nem no que diz respeito à implantação das arquiteturas, nem às vias construídas. A morfologia do terreno, próprio do vale do rio Douro, impede esse tipo de implantação, observando-se, em contrapartida, uma implantação arquitetónica que acompanha as curvas de nível do terreno, mantendo-se uma organização de arquiteturas por tipologia em cada um dos socalcos.

O desenho e a abertura das vias reflete, uma vez mais, esta intenção. Atualmente, no Bairro, são visíveis duas vias de acesso principais e vias secundárias de circulação. As vias secundárias mantêm-se em terra batida, seguem o traçado sinuoso do vale em que se implantam e funcionam como vias de circulação rodoviária e pedonal de acesso ao Bairro. Atualmente apenas estabelecem ligações entre a zona habitacional, tendo no passado servido para ligar esta zona à de lazer e de trabalho.

Fotografia representativa das vias

Mais informações

A hierarquização, na atribuição das habitações, era uma prática comum em ambiente de Bairros, sendo igualmente uma realidade nos Bairros das Barragens. A hierarquia “instalada no seio da empresa foi reproduzida na estrutura do bairro e das habitações” (PEQUITO, 2015: 135). De um modo geral, o pessoal empregado na Barragem era dividido por diferentes categorias, sendo estas “Pessoal dirigente (os engenheiros e o pessoal superior), Pessoal auxiliar (até à categoria de topógrafo), Pessoal encarregado (os escriturários, encarregados e montadores), Pessoal especializado (os motoristas e

operários especializados) e Pessoal trabalhador (pessoal não especializado)” (MOREIRA, 2020: 123). A distribuição das habitações era realizada consoante esta categoria, bem como pelo facto de serem solteiros ou casados, questão que irá influenciar questões urbanísticas inerentes ao Bairro e à construção da Paisagem Hidroeléctrica.

Em Crestuma-Lever, a dimensão da obra e o princípio de que todo o Bairro seria temporário, não evidencia, à primeira vista, uma profunda intenção de hierarquização social. Porém, nos inquéritos realizados aos atuais moradores e antigos trabalhadores da Barragem, as respostas indicam-nos que os dois primeiros níveis de lotes habitacionais seriam destinados aos trabalhadores de patentes mais elevadas e, à medida que se subiam os níveis, a patente iria descendo, o que se evidencia como uma solução oposta à do pensamento criado para outros Bairros, tal como Picote. Neste sentido, os primeiros iriam usufruir de uma vista direta sobre a paisagem do rio e maior proximidade ao centro cívico existente na época. Ao mesmo tempo, esta localização facilitaria o aspeto funcional do ponto de vista do trabalho, na medida que aproximava e facilitava o acesso ao local de trabalho.

Tendo como ponto de partida a informação de que os primeiros níveis seriam destinados a trabalhadores de classe superior, esta questão pode ser entendida, no que diz respeito à implantação da malha urbana, pela forma como são pensados os socalcos. O primeiro nível, atualmente demolido, era composto por quatro moradias isoladas e, o segundo nível, por um total de sete moradias isoladas. À medida que se sobe no território, os socalcos transmitem a compressão e aproveitamento do espaço a partir de um conjunto de habitações geminadas e de menor dimensão, o que demonstra o valor atribuído em relação às primeiras habitações em comparação com as do patamar superior.

Evidencia-se a importância do espaço verde para a concretização urbanística, tendo em consideração que toda a área era envolvida por zonas verdes, mantendo as árvores e vegetação originais como forma de preservação do natural regional, respeitando as pré-existências. A importância social do lazer e a consideração pelo espaço privado dos trabalhadores e das suas famílias reflete-se ainda nos jardins e logradouros, vedados ou

não, visíveis em todas as habitações, o que permite que na privacidade de cada família se desenvolva um espaço de usufruto ao ar livre.

Referências:

LOPES, Cristina Joanas Dias (2012). *Aproveitamento Hidroeléctrico do Lindoso. Um ensaio de valorização do património*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado

MOREIRA, César Alexandre Gomes Machado (2020). *Hidroeléctrica do Cávado (1944-1966). A construção da paisagem hidroeléctrica do Cávado e as obras de Januário Godinho*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.

PEQUITO, Maria de Lurdes Ferreira Lourenço (2015). *Hidroelectricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Trás-os-Montes)*. Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.

Tipologias Habitacionais

Imagem representativa e título

O Bairro de Crestuma-Lever é provido atualmente de cinquenta habitações permanentes, referindo-se a passada existência de mais quatro moradias. Ao observar a relação das habitações, entre si, em Crestuma-Lever encontramos alguns dos pontos do planeamento Modernista nos Bairros que já vinham a ser praticados desde a década de 50 com Picote, Miranda do Douro e Bemposta, na medida em que todas as habitações tinham como prioridade as condições de habitabilidade, de acesso, de insolação e vistas privilegiadas para a paisagem duriense.

São moradias de carácter térreo e isolado, definidas pela volumetria simples da sua estrutura e do telhado de duas águas, inicialmente pintada exteriormente em tom avermelhado. Caracterizam-se pela linguagem simplificada refletida na abertura dos vãos de iluminação e de entrada, bem como alguns apontamentos arquitetónicos definidores de uma imagem visual comum, como o alpendre simplificado.

O pensamento da linguagem arquitetónica visível permite identificar uma padronização do modelo utilizado, criando uma linguagem racional, de linhas e formas simplificadas, económica e funcional, objetivos que se aliam à necessidade de construção rápida destas edificações. Cada uma das habitações é uma unidade habitacional do tipo moradia unifamiliar, implantada sobre um socalco, o que permite um maior aproveitamento do espaço da encosta para a construção habitacional, evidenciando-se uma profunda assimilação das soluções de racionalidade do espaço oriundas do pensamento modernista.

As diferentes tipologias habitacionais seguem o pensamento da estrutura modular que se repete ao longo de todas as bandas, podendo apresentar ligeiras diferenças na linguagem arquitetónica. Tendo em consideração as diferenças que podem ser visíveis, dividiu-se as habitações em seis tipologias (A, B, C, D, E, F). Porém, o registo da existência de habitações temporárias permitiu o surgimento de uma sétima tipologia (G).

Inicialmente estas habitações estariam apenas disponíveis para os trabalhadores da Tâmega. A partir das conversas com os atuais moradores, compreendemos que estas habitações passaram por diferentes fases de ocupação. Algumas destas habitações sempre foram destinadas à ocupação familiar, como as do pessoal de patente elevada – como os engenheiros -, enquanto outras, em algum momento, foram destinadas a trabalhadores solteiros, funcionando como uma espécie de Dormitório para múltiplos trabalhadores da mesma categoria. Consequentemente, os verdadeiros Dormitórios pré-fabricados seriam destinados aos trabalhadores da EDP e, mesmo nesta tipologia, existia diferenciação de classe trabalhadora, na medida em que alguns blocos seriam distribuídos por quartos individuais e, outros blocos, por quartos coletivos com beliches.

Tipologia A (com fotografia):

A Tipologia A corresponde a um conjunto de sete habitações dispostas em banda situadas no primeiro socalco do Bairro e, por isso, mais próximas da Barragem.

A fachada principal é marcada, em todas as habitações, pelo pequeno alpendre de linguagem simplificada e delimitado por um muro; e demarcada pela presença de uma

chaminé, de grandes dimensões, que se realça na volumetria da arquitetura e sustenta a unidade visual de cada volume arquitetónico. A fachada posterior é o local onde são visíveis as maiores diferenças na linguagem dentro da própria tipologia, podendo apresentar uma divisão da volumetria estrutural em dois volumes ou se assumir como um alçado contínuo.

Tipologia B (com fotografia):

A Tipologia B corresponde a um conjunto de cinco habitações dispostas em banda situadas no segundo socalco do Bairro.

Comparativamente às moradias da tipologia A, estas diferenciam-se pelas dimensões tanto da construção, visíveis a partir da existência de um volume adossado ao corpo central, como do espaço ao ar livre destinado.

Tipologia C (com fotografia):

A Tipologia C corresponde a um conjunto de três arquiteturas geminadas e bifamiliares, situadas no terceiro socalco do Bairro, que definem seis espaços habitacionais.

Cada arquitetura é definida por um volume único de duas casas simétricas que criam, entre si, um vão contínuo, sem interrupções na estrutura, nem a presença do alpendre como acontecia na tipologia A e B, evidenciando-se neste parâmetro uma das suas maiores singularidades.

Os volumes longitudinais apenas rasgados pelos vãos de entrada e iluminação são elementos caracterizadores da linguagem funcional e simples que estes Bairros transmitiam.

A escolha deste tipo de linguagem arquitetónica, dos blocos horizontais, remete para a consciência da necessidade de encontrar soluções económicas e, conjuntamente, criar a ideia de comunidade entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, denunciam a questão da hierarquização social ao se projetarem lotes com estas configurações que se distinguem dos lotes individuais com maior espaço privativo, revelando a possibilidade de terem sido projetados para classes trabalhadores inferiores dentro da hierarquia da empresa. Reconhece-se ainda a relevância destas soluções para obter o maior aproveitamento de terreno no menor espaço possível.

Tipologia D (com fotografia):

A Tipologia D corresponde a um conjunto de oito habitações geminadas, situadas no terceiro socalco do Bairro.

A fachada principal das habitações, na sua maioria, é marcada pela definição de um vão descontínuo dividido em dois volumes. O primeiro é reforçado pelas duas janelas com persianas. No caso do segundo, encontramos três variações relativamente à saliência dos vãos ou incorporação de diferentes vãos de iluminação ou de acesso.

Esta tipologia não dispõe da chaminé de grandes dimensões, mas pode ser reforçada por um orifício de metal que permite a saída do fumo.

Apontamos ainda a existência, como referido anteriormente, da existência de estruturas metálicas, em chapa de metal, cuja funcionalidade possivelmente será de auxílio à produção agrícola devido à sua proximidade a pequenas hortas nas imediações das habitações. Outros utensílios destinados à vida doméstica podem ainda ser encontrados nesta tipologia, como estendais e tanques.

Tipologia E (com fotografia):

A Tipologia E corresponde a um conjunto de vinte e três habitações, situadas nos últimos três socalcos do Bairro. O elevado número de habitações incorporado nesta tipologia é justificado pela semelhança arquitetónica entre todas, demonstrando-se apenas breves apontamentos diferenciadores.

A fachada frontal apresenta um jardim vedado por um muro de pedra e por um portão, permitindo-se o acesso à habitação por uma pequena escadaria e, em contrapartida, na fachada traseira um espaço de pátio ao ar livre que, na generalidade das moradias, se pode encontrar vedado, ou sem muro de vedação.

O programa adotado pela grande maioria das arquiteturas para a fachada principal é a aplicação de dois planos. O primeiro é reforçado pelas duas janelas com persianas e, o segundo, um plano profundo do estilo alpendre simplificado que incorpora o acesso à casa e a terceira janela, sendo este o programa adotado pela grande maioria das arquiteturas.

Na fachada traseira é visível um alçado repartido em dois planos, evidenciando-se um maior número de variações na linguagem aplicada.

Pelo facto de, nesta tipologia, nos depararmos com a maior quantidade de moradias ainda ocupadas, é onde encontramos maiores sinais de individualização por parte das famílias, identificados a partir de intervenções na arquitetura, acrescentos e marcas de permanência no tempo.

Tipologia F (com fotografia):

A Tipologia F1 é o único exemplar de uma arquitetura multifamiliar destinada a três famílias. O destino da sua construção obrigou a uma estrutura de maiores dimensões, justificando a utilização de dois lotes.

A necessidade de adaptar a implantação ao terreno é aqui visível na medida em que duas das habitações (nº60 e 61) se encontram à face da estrada, enquanto o nº 62 encontra-se num andar inferior, parcialmente escondido pelo desnivelamento da terra.

Diferenciando-se das restantes habitações do Bairro, estas três habitações caracterizam-se pela existência de um único vão de ligação entre o interior e exterior. Outra questão na qual se diferenciam é o facto de não terem acesso a espaço ajardinado ou pátio ao ar livre próprio.

De forma similar ao que temos encontrado nas restantes tipologias de Crestuma-Lever continuamos a encontrar uma linguagem definida pela volumetria simples das formas geométricas.

Tipologia G (com fotografia):

A Tipologia G demarca-se por ser a tipologia destinada às habitações temporárias. A tipologia é implantada no território a partir de pré-fabricados de formato quadrangular ou retangular construídos a partir de chapa de alumínio rasgados apenas por vãos de iluminação e de entrada.

Refletindo sobre a lógica funcional de ocupação, estes blocos funcionavam como Dormitórios para os Barragistas, sendo o seu interior definido por pequenas áreas individuais, nos quais se inseriam os beliches.

Estes dormitórios, geralmente, eram acompanhados por estruturas de apoio do tipo temporário como um balneário exterior e um refeitório.

Mais detalhes

O caso de Lever aplica a simplicidade funcional dos volumes. Segundo um dos moradores que trabalhou nas obras da Barragem, os materiais eram provenientes da obra e, por isso, de qualidade superior ao que habitualmente se utilizava. Porém, as construções continuariam económicas e de baixa qualidade, utilizando-se paredes simples, mas com materiais de melhor qualidade como o bloco de cimento e o ferro para a estrutura, telhas cerâmicas para as coberturas, madeira para as caixilharias interiores, azulejos para os revestimentos das paredes, alumínio para as janelas e portas e alcatifa para o chão dos interiores.

No que diz respeito às dimensões de cada lote, evidencia-se um espaço de habitação entre os 75,00m² e os 196,00m² (CMVNG, 2005: 1-8), o que corrobora as intenções de moradias da tipologia T1, T2 e T3 existentes no Bairro. Não obstante, a composição da planta corresponderia, em todas as habitações, à existência de pelo menos uma casa-de-banho, cozinha, sala de estar/jantar e o número de quartos correspondentes.

O caso de Lever aplica a simplicidade funcional dos volumes. Segundo um dos moradores que trabalhou nas obras da Barragem, os materiais eram provenientes da obra e, por isso, de qualidade superior ao que habitualmente se utilizava. Porém, as construções continuariam económicas e de baixa qualidade, utilizando-se paredes simples, mas com materiais de melhor qualidade como o bloco de cimento e o ferro para a estrutura, telhas cerâmicas para as coberturas, madeira para as caixilharias interiores, azulejos para os revestimentos das paredes, alumínio para as janelas e portas e alcatifa para o chão dos interiores.

Galeria de fotos

Referências:

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA (2005). *Alvará de Loteamento n.º.20/05*. Direcção Municipal de Ordenamento e Território, Urbanismo, Paisagem Urbana e Ambiente da Câmara Municipal de V.N. Gaia.

Tipologias Sociais

Título

As Tipologias Sociais presentes no Bairro de Crestuma-Lever apresentavam todas um caráter temporário, pelo que atualmente não são possíveis de observar.

Ao longo do tempo terá existido um edifício polivalente que congregava a Pousada, Refeitório e Clube do Pessoal da EDP. Refere-se, também, a existência de um Supermercado e um Campo de Futebol.

Fotografia da Pousada

A construção destas arquiteturas era uma prática comum nestes Bairros, edificando-se espaços como uma Pousada e Clube do Pessoal da EDP, o que efetivamente chegou a acontecer em Crestuma-Lever. A estrutura que foi utilizada, neste Bairro, apresenta um caráter de um edifício polivalente que conjugava no seu interior uma pequena Pousada/Estalagem, Refeitório/Cantina e a Sala do Clube do Pessoal da EDP. O espaço do “Clube do Pessoal” é referido pela própria EDP como “pavilhão pré-fabricado onde se pode jogar às cartas, ao bilhar ou ao ténis de mesa, beber um copo ou ver televisão” (EDP, 1985: 4), considerando-se por isso como o principal espaço de lazer para os Barragistas.

A edificação ou montagem de Pousadas/Estalagens no Estaleiro de Obras das Barragens tinha como objetivo alojar, provisoriamente, pessoal dos cargos elevados da Empresa que temporariamente se encontrariam presentes no Bairro por motivos de fiscalização ou acompanhamento do desenvolvimento das obras.

Este espaço era uma construção em madeira, de planta retangular, rasgado por vãos retangulares encimados por moldura. O edifício era coberto por um telhado de duas águas e envolvido, a toda a volta, por um jardim. A partir das entrevistas realizadas aos trabalhadores, uma das antigas funcionárias relembra-se da Pousada como uma planta em “L”, totalmente envidraçada na área da cantina, permitindo uma “vista total para o rio e para a obra”. No entanto, o recurso visual disponível não nos permite concluir o formato da planta, conseguindo-se apenas denotar uma das fachadas em vidro.

Acerca do interior, não foi possível encontrar informações que nos permitam a sua análise, mas tendo em consideração o cuidado em criar espaços condignos para todos os moradores nas habitações e, seguindo os modelos criados noutros Bairros, podemos levantar a possibilidade de que existiram, tal como em Miranda, “todas as comodidades para os períodos de permanência no local” (CALDEIRA, 2014: 41).

Salienta-se a importância de neste edifício se conjugar o Refeitório/Cantina, essencial à permanência e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores que viviam nos Dormitórios e não possuíam acesso a um espaço de cozinha. Sendo por isso, considerado um equipamento social de apoio fundamental.

A partir dos Inquéritos realizados à comunidade, é possível identificar a existência de um Supermercado. Apesar do Bairro se situar a uma pequena distância da freguesia de Lever, na qual existiriam pequenas mercearias para a aquisição de bens, a presença deste equipamento no centro da urbanização permitiria uma vida mais cómoda aos seus moradores para a compra de bens alimentares. Neste ponto é possível comparar com o Bairro de Picote, cuja dimensão e isolamento permitiu a construção de um equipamento designado de Centro Comercial que compreendia “várias dependências, como estação de correio, padaria, mercearia, talho, peixaria, drogaria e barbearia” (CALDEIRA, 2014: 45).

Por fim, igualmente a partir dos Inquéritos realizados, é possível identificar a existência de um campo de futebol junto a um dos acessos da urbanização, caracterizando-se por ser o segundo espaço de lazer presente no Bairro. Afirmou-se como um espaço orgânico, criado pelos próprios moradores, destinado sobretudo ao entretenimento das crianças que ali habitavam. Porém, a fragilidade da sua conceção e a descontinuação da sua utilização, conduziu ao seu desaparecimento.

Referências:

CALDEIRA, Margarida Pinho (2014). O Destino dos Bairros das Barragens. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.

REDE ELÉCTRICA (1985). Aproveitamento Hidroléctrico de Crestuma-Lever. Iminente o arranque do primeiro grupo. Novembro de 1985

A Comunidade

Título

Um barragista não pertence a um lugar, nem a um tempo. Ele é-o, porque de algum modo pertenceu a um exército: aquele que construiu barragens. Nómadas, na medida em que vão migrando de estaleiro em estaleiro, os barragistas acabaram por se fixar nas grandes cidades, Lisboa e Porto, após terem participado nesses grandes empreendimentos públicos. Desta forma, os processos identitários deste grupo residem nas memórias e narrativas [...] relativas ao tempo em que foram construídas as barragens do rio Douro. A primeira delas, a de Picote [...]. A última, foi construída em Crestuma, onde também se fixaram barragistas, entretanto reformados. (PEQUITO, 2015: 1)

Imagem da Paisagem e Barragem

O estudo do Património Arquitetónico Barragista não se reflete meramente na identificação e análise da sua arquitetura e urbanismo. É fundamental refletir sobre as pessoas que habitam estas casas, que continuam a formar a comunidade aqui existente e uma ideia de identidade do lugar, o que por si só faz com que sejam parte integrante e intrínseca deste Património.

Olhar para o Património como um organismo que se mantém ativo e vivo correlaciona-se com a visão de que é esta comunidade que, atualmente, alimenta o espírito do lugar e protagoniza a identidade do mesmo, a partir dos valores que lhe atribui e da reconstituição da sua História que transmite de geração em geração até ao presente.

Distingue-se um ponto que interliga todos os atuais moradores – as circunstâncias de fixação no Bairro. Foi possível concluir que todos possuem algum tipo de vínculo aos Barragistas, ou sendo antigos trabalhadores de Barragens e, atualmente, reformados, ou filhos destes homens, sendo este o ponto unificador entre todos.

Se, por um lado, todos acreditam que o ambiente vivido no Bairro pode ser classificado entre bom e muito bom, por outro, a grande maioria dos moradores acredita que o sentimento de comunidade se foi perdendo com o tempo.

Quais poderão ter sido as razões que conduziram à perda deste sentimento? As respostas podem ser múltiplas, não se podendo afirmar inequivocamente nenhuma. Contudo, as razões mais fortemente enunciadas são a desocupação do Bairro e, conseqüentemente, as tradições perdidas ao longo dos anos.

A comunidade menciona, com saudade, os tempos da construção do Bairro. Nessa altura o número de famílias era bastante superior e as famílias, deslocadas das terras das quais são naturais, conviviam diariamente e criaram dinâmicas sociais que, entretanto, se perderam, sendo que, segundo um morador, “as pessoas estão a fugir cada vez mais destas coisas e é uma pena”. Algumas pessoas relatam a existência de festas como o São João e, outros, que não se recordam da sua existência, o que pode ser explicado pelos diferentes momentos em que cada família se instalou na comunidade. Efetivamente, as relações laborais eram fomentadas no contexto do Clube do Pessoal. Mas, por outro lado, aprofundavam-se com a comemoração do Dia das Bruxas e a tradição de pedir doces com as crianças pelas casas; a realização da Consoada de Natal entre as famílias que não regressavam à sua terra; a celebração do Magusto; as constantes brincadeiras das crianças pelas ruas e pelos espaços verdes; sardinhas; aniversários; e comemoração das Janeiras.

A memória dos atuais moradores aponta para a existência de diversas celebrações, na mencionada, “Casa 40”. Acreditamos ser esta o Lote nº40, uma habitação que se tornou o espaço comunitário para todos por se encontrar desocupada. Uma das atuais moradoras refere que “daquela casa fizemos uma espécie de um bar, temos lá uma máquina de café, havia uma churrasqueira [...], aquelas coisas que há num café. E nós fazíamos lá festas, São João, sardinhas. Por exemplo, se houvesse um miúdo aqui do Bairro que fizesse anos, fazíamos a festa nessa casa, nesse bar, onde púnhamos música, dançávamos”. Este ponto demonstra-nos o espírito de união e as relações sociais próprias de uma comunidade, existindo um espaço social que todos podiam usufruir.

Toda a comunidade afirma gostar do local onde mora, considerando-o um bom local para morar, atribuindo diversas qualidades definidas como os principais pontos positivos, tais como a zona pacata, o sossego, a calma, qualidade de vida, tranquilidade, as memórias, a natureza, a paisagem. Em contrapartida, referem que os pontos negativos são a falta de infraestruturas, o problema da ilegalidade da casa, as más

condições de iluminação, dos arruamentos e do saneamento, a falta de manutenção da zona verde envolvente, o abandono das habitações vizinhas e a distância ao centro da cidade. Não obstante, a maioria não tenciona sair do seu local de habitação, embora alguns o tenham ponderado no passado pelo estado de degradação em que as casas se encontravam ou para regressarem à sua terra natal.

O que podemos concluir é que a constante diminuição do nível de ocupação habitacional conduziu à redução e, eventual, extinção de todas as celebrações que a comunidade realizava assim como fragilizou o sentido de comunidade. Com o fim da construção da Barragem, os que permaneceram no Bairro deixaram de estar ligados pelo vínculo profissional, ingressando em muitos casos, noutras empresas ou avançando com o seu processo de reforma. Ao mesmo tempo, muitos destes moradores habitam em casas, nas quais não beneficiam de vizinhos diretos. Todos estes fatores contribuem para o isolamento e individualidade.

Referências:

Inquéritos realizados à comunidade, 2022

PEQUITO, Maria de Lurdes Ferreira Lourenço (2015). *Hidroelectricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Trás-os-Montes)*. Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.

Estado de Conservação e Futuro do Bairro

Título

O fim das obras da Barragem conduziu a que os Barragistas fossem enviados para outros locais, tendo o Bairro já uma grande percentagem de desocupação após 1986.

Atualmente apenas 20 habitações se encontram habitadas, sendo uma delas como segunda moradia. Naturalmente, esta questão acarreta consigo problemas para a conservação do Bairro. No tempo presente, revelam-se graves problemas de abandono e degradação.

<p>Nos atuais 50 lotes habitacionais do Bairro, podemos averiguar que treze demonstram claras intervenções arquitetónicas. Dos restantes lotes, conferimos que oito apresentam eventuais obras de manutenção. Compreendendo-se, conseqüentemente, que o cenário mais comum é o mau estado de conservação da generalidade das habitações.</p>
<p>Dos problemas que podem ser encontrados em relação à conservação do Bairro, refere-se o problema dos arruamentos que necessitavam de ser ordenados e alcatroados. A não resolução deste problema faz com que, em períodos de chuva, os acessos se encontrem com poças de lama e, no decorrer da circulação, o pavimento se torne mais irregular e se formem buracos de grande profundidade.</p>
<p>Outro problema associado ao Bairro é a falta de sistemas de saneamento, bem como de água e eletricidade legalizada. Compreende-se ainda que o problema da eletricidade transcende para a via pública, na medida em que as habitações se encontram dotadas de luz elétrica, mas nas ruas, apesar de existirem postes de iluminação, estes não se encontram operacionais. A estas problemáticas junta-se os terrenos florestais, que envolvem a urbanização, e a sua falta de limpeza, sendo este problema novamente visível na vegetação das habitações desabitadas.</p>
<p>Fotografia de habitação em estado de intervenção</p>
<p>Mais Detalhes</p>
<p>Um dos problemas associados à conservação do Bairro é o estado atual de ilegalidade das habitações. Se, por um lado, o Bairro foi inicialmente mandado edificar pela Construtora Tâmega, pelo outro, atualmente encontra-se dividido entre esta empresa e a EDP, tendo esta última um projeto de cedência à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. No entanto, a falta de resolução da questão legal arrastou-se até aos dias de hoje.</p>
<p>Esta vicissitude é um obstáculo para as eventuais obras de intervenção que os moradores podiam levar a cabo pois o facto de ainda não serem os donos legais das habitações impede o investimento monetário devido ao medo de, eventualmente, perderem as suas habitações e, conseqüentemente, o investimento realizado.</p>
<p>Considera-se urgente resolver o problema de legalização do Bairro de Crestuma-Lever e atribuir um proprietário legal, o que à semelhança de outros exemplares permitirá a elaboração de um plano de intervenção, reabilitação e conservação do Património. Este</p>

parâmetro coincide diretamente com o direito à habitação estipulado na Constituição da República Portuguesa sob o âmbito dos “Direitos e deveres fundamentais”, remetendo-se para a afirmação de que “todos têm o direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2005: artigo 65).

Refere-se a urgência da realização de um Projeto de Reabilitação, Conservação e Manutenção do Bairro de Crestuma-Lever. Este referido projeto englobaria a reabilitação das habitações, a recuperação das infraestruturas e a criação de espaços públicos, bem como estratégias de manutenção e conservação para o futuro que integrassem diretamente a comunidade local conferindo-lhe um papel ativo.

Tendo presente as camadas de vivências aqui existentes, a proposta resultaria na conservação do existente, fator representativo das pessoas que atualmente vivem no espaço, o que significa que estaria sempre presente a consciência de interligar um projeto geral para o Bairro com aspetos que seriam globais a todas as habitações e que incidem na melhoria das suas condições de salubridade e habitabilidade, criando pontos em comum que permitam a continuidade da memória e identidade do lugar, mas simultaneamente não apagar aquilo que foi criado e construído pela comunidade e que, de alguma forma, representa as camadas do tempo, as pessoas que ali moram ou moraram, as memórias familiares e afetivas e as vivências ou práticas individuais.

Consequentemente, haveria a intenção de manter a estrutura atual, sendo que se realizariam ampliações nas habitações cujo agregado familiar assim o justificasse. No entanto, quando abordamos a estrutura atual, referimo-nos à estrutura exterior, na medida em que acreditamos que a planta interior necessita de profundas intervenções.

No contexto geral, manifesta-se a necessidade da reabilitação total da arquitetura, tendo presente a necessidade de melhorar a sua qualidade construtiva como medida preventiva para o futuro. Os problemas de conservação atuais centram-se em questões de infiltração de água, humidade e falta de arejamento, o que demonstra a importância da adaptação dos materiais e técnicas a outros mais contemporâneos e de maior durabilidade.

Compreendemos, porém, que a reabilitação arquitetónica é apenas o primeiro passo para a vitalidade do espaço. O pensamento em torno do Património Arquitetónico não pode centrar-se na atuação após a degradação, mas sim na sua prevenção a partir de sólidas estratégias de conservação preventiva, associada à manutenção continuamente aplicada, o que à luz do panorama atual é sinónimo de rentabilização económica e prevenção sustentável, como defende Siza Vieira:

Manutenção (...) é não deixar uma construção degradar-se. A princípio é só pouca coisa e, portanto, vai-se deixando andar até que se transforma numa degradação total. E depois já não se trata de manutenção mas de recuperação. E a recuperação é cara. Fazer uma constante manutenção é também uma medida de economia. (Siza-Vieira, 2017).

Neste sentido, deve ser ponderado a partilha de boas práticas junto da comunidade e tutela local com vista à educação, sensibilização e consciencialização das formas corretas de agir. No caso da comunidade, estas boas práticas podem passar pela limpeza dos seus terrenos; a realização de ações de manutenção nas suas habitações após a reabilitação e segundo o projeto arquitetónico definido; a participação na limpeza – de ruas, de possíveis futuros espaços públicos, dos terrenos sem ocupante/proprietário - e manutenção do espaço público, conjuntamente com a Junta de Freguesia de Lever.

Referências:

FERREIRA Teresa Cunha (2018). Gestão do património e envolvimento das comunidades. O plano de gestão para a conservação e valorização dos monumentos da Rota do Românico. “Genius Loci: lugares e significados” – volume 3. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional (2005).

Sobre

Título

O presente website é fruto da modalidade de Projeto do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, surgindo no âmbito do trabalho **“Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê”**: **O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever**.


O tema revela-se como um contributo fundamental para expandir a consciência sobre o Património Arquitetónico Barragista, do qual existem escassas investigações ao nível nacional e, no caso de Crestuma-Lever, são inexistentes.

Nesta linha de ideias e conscientes da pertinência do desenvolvimento deste tema, o presente projeto encontra-se sob a alçada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), definindo-se como principal objetivo a contribuição para o estudo, divulgação e valorização do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever enquanto Património Arquitetónico. Para atingir este fim, foram levantadas várias problemáticas ao longo da pesquisa que se aliam na construção de objetivos específicos como o estudo integrado do Bairro a partir da compreensão da sua implantação, planeamento urbano, tipologias arquitetónicas e linguagem arquitetónica aplicada; a compreensão de que este Bairro pode ou não ser incorporado nos mesmos objetivos e programa construtivo dos outros Bairros de Barragens do Douro; a reflexão sobre o atual estado de conservação deste Bairro. Quais as transformações que sofreu, se há projetos definidos e se apresenta marcas de abandono ou se permanece habitado; o consciencializar a comunidade e as tutelas para a existência deste Património, para a necessidade do seu conhecimento e valorização, bem como salvaguarda e preservação; e, por fim, compreender como pode ser o futuro deste Bairro a partir da apresentação de propostas de atuação.

2. O Website

Bairro da Barragem de Crestuma-Lenez


Home | Apresentação do Bairro | Planeamento Urbano | Mais




"Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê"

O Bairro da Barragem de Crestuma-Lenez é um aglomerado populacional situado na freguesia de Lenez, integrando o grupo de freguesias a sul do concelho de Vila Nova de Gaia, distrito de Porto.


[Saber mais](#)




Planeamento Urbano



Tipologias Habitacionais



Tipologias Sociais




Estado de Conservação

A Comunidade do Bairro

"Um bairrante não pertence a um lugar, nem a um tempo. Ele é, porque de algum modo pertence a um espaço: aquele que chamamos bairrante". (7) (BORGATO, 2018: 15)

[Saber mais](#)



© 2023 by João Pinho
 Projeto de Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual - FUP

[Let's Chat!](#)

Figura 40 - Homepage



Situado num vale nas encostas do Douro, o lugar de implantação do Bairro reflete as características morfológicas do território do Baixo Douro.

Em 1977 a atual EDP, anteriormente Electricidade de Portugal, com o objetivo de aproveitar economicamente o rio Douro inicia os trabalhos preparatórios para a construção do Escalão de fns múltiplos de Crestuma, posteriormente, Crestuma-Lever; adjudicando a empreitada principal das obras de engenharia civil à Construtora Tâmega, igualmente responsável pela edificação do Bairro. Tal como se verificou nas Barragens do Douro Internacional, datadas de cerca de quarenta anos antes, como Picoe, Miranda do Douro e Bemposta, as grandes obras hidroelétricas eram em todos os casos acompanhadas de Bairros dotados de equipamentos habitacionais e sociais de apoio aos trabalhadores envolvidos no desenvolvimento das obras.

A Tâmega inicia a construção de um Bairro, nas imediações do Estaleiro de Obras, constituído por 54 habitações, das quais atualmente existem 50, para os trabalhadores e as suas respetivas famílias. Associadas à EDP, Tâmega ou outra empresa subcontratada para o projeto, existiram ainda construções pré-fabricadas na modalidade de Dormitório e de equipamentos sociais de apoio.



Planta do Estaleiro da Barragem de Crestuma-Lever. Fonte: EDP, 1977

A Planta do Estaleiro, desenhada pela Direção dos Equipamentos Hidráulicos da Companhia Portuguesa de Electricidade, permite-nos aferir a primeira linha de pensamento destinada ao programa de implantação. Esta indica-nos que à época de início de obras e construção do Bairro foi projetada uma grande via principal de acesso e circulação rodoviária que ligaria o acesso ao terreno da EDP a partir da área habitacional, seguindo-se uma via tortuosa até ao local da Barragem propriamente dita.

A Planta demarca três áreas para a implantação de equipamentos habitacionais, sendo este desenho apenas ligeiramente diferenciado da posição real das arquiteturas. No entanto, a Planta diferencia apenas as áreas referidas e não o número de equipamentos/arquiteturas existentes em cada uma.

Na Planta não surge desenhada a localização dos equipamentos sociais, indicando-se a existência de um equipamento polivalente que conjugaria a Pousada, Refeitório e Sala do Clube do Pessoal EDP e que se situaria a uma curta distância para oeste do Bairro, o que permitiria o fácil acesso. A estes acrescenta-se a existência de um supermercado e de um Campo de Futebol no coração do Bairro.

MAIS DETALHES

O planeamento urbano do aglomerado reflete um pensamento ponderado sobre o território em que se insere. Um dos primeiros pontos a referir é o local escolhido, sendo este preferencialmente próximo do local das obras, facilitando as deslocações e a qualidade de vida dos trabalhadores pois "as distâncias entre os locais de trabalho e os locais de habitação devem ser reduzidas ao mínimo" (CIAM, 1933; ponto 46).

Partindo da topografia deste espaço compreendemos um dos principais objetivos da configuração dos Bairros, sendo este a profunda adaptação do seu conjunto arquitetónico ao terreno. No caso de Lever é caracterizado por um declive acentuado até ao Douro, rodeado por um grande conjunto de elevações, sendo a única solução para resolver este problema, a implantação arquitetónica por socacos.

Por um lado, a implantação em socacos revela a preocupação em adaptar as arquiteturas à topografia do terreno, associada à orientação das mesmas com o objetivo de estas privilegiarem de melhores vistas sobre a paisagem, bem como maior influência de luz natural, seguindo as diretrizes do urbanismo modernista patentes na Carta de Atenas que refere que "os bairros habitacionais devem ocupar no espaço urbano as melhores localizações, aproveitando-se da topografia, observando-se o clima, dispondo-se da insolação mais favorável e de superfícies verdes adequadas" (CIAM, 1933, ponto 23).

Por outro lado, os efeitos topográficos são claramente visíveis ainda no atual traçado sinuoso dos socacos e das vias interiores de circulação rodoviária. Neste parâmetro remetemos para o facto de o Bairro ser pensado como um espaço temporário, de construção rápida e económica e, como tal, a questão dos acessos acondicionados e asfaltados, profundamente lineares pode ser considerado um aspeto secundário.

Encontrada a solução de implantação, seria possível manter a racionalidade do espaço que se refletia na necessidade de albergar o maior número de trabalhadores, aproveitando ao máximo o espaço existente, o que reflete uma adaptação ordenada e funcional.

Referências:

- CIAM (1933). Carta de Atenas sobre o urbanismo moderno. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
 MARTINS, Andreia Jorge (2018). A habitação temporária no barracal do Douro – Picoe, 1953-1957. Évora: Escola de Artes da Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado.



A escolha do local de implantação e a solução encontrada para ultrapassar os obstáculos da topografia reflete-se na utilização de socacos, permite planejar urbanisticamente o Bairro de forma ponderada e racional.

Os Bairros de Barragens eram projetados consoante a topografia do território e as pré-existências, evidenciando-se um compromisso de adaptar o urbanismo à paisagem local. Consequentemente, aquilo que observamos em questões urbanísticas reflete uma planta ordenada, de caráter semi-regular que se adapta aos declives da topografia a partir dos socacos referidos. Como tal, não se observa uma planta profundamente regular nem no que diz respeito à implantação das arquiteturas, nem às vias construídas. A morfologia do terreno, próprio do vale do rio Douro, impede esse tipo de implantação, observando-se, em contrapartida, uma implantação arquitetónica que acompanha as curvas de nível do terreno, mantendo-se uma organização de arquiteturas por tipologia em cada um dos socacos.

O desenho e a abertura das vias reflete, uma vez mais, esta intenção. Atualmente, no Bairro, são visíveis duas vias de acesso principais e vias secundárias de circulação. As vias secundárias mantêm-se em terra batida, seguem o traçado sinuoso do vale em que se implantam e funcionam como vias de circulação rodoviária e pedonal de acesso ao Bairro. Atualmente apenas estabelecem ligações entre a zona habitacional, tendo no passado servido para ligar esta zona à de lazer e de trabalho.



Atual estado das vias. Créditos: Inês Pinho, 2022

Mais Informações

A hierarquização, na atribuição das habitações, era uma prática comum em ambiente de Bairros, sendo igualmente uma realidade nos Bairros das Barragens. A hierarquia "instalada no seio da empresa foi reproduzida na estrutura do bairro e das habitações" (PEQUITO, 2015: 135). De um modo geral, o pessoal empregado na Barragem era dividido por diferentes categorias, sendo estas "Pessoal dirigente (os engenheiros e o pessoal superior), Pessoal auxiliar (até à categoria de topógrafo), Pessoal encarregado (os escriturários, encarregados e montadores), Pessoal especializado (os motoristas e operários especializados) e Pessoal trabalhador (pessoal não especializado)" (MOREIRA, 2020: 123). A distribuição das habitações era realizada consoante esta categoria, bem como pelo facto de serem solteiros ou casados, questão que irá influenciar questões urbanísticas inerentes ao Bairro e à construção da Paisagem Hidroeléctrica.

Em Crestuma-Lever, a dimensão da obra e o princípio de que todo o Bairro seria temporário, não evidencia, à primeira vista, uma profunda intenção de hierarquização social. Porém, nos inquéritos realizados aos atuais moradores e antigos trabalhadores da Barragem, as respostas indicam-nos que os dois primeiros níveis de lotes habitacionais seriam destinados aos trabalhadores de patentes mais elevadas e, à medida que se subiam os níveis, a patente iria descendo, o que se evidencia como uma solução oposta à do pensamento criado para outros Bairros, tal como Picote. Neste sentido, os primeiros iriam usufruir de uma vista direta sobre a paisagem do rio e maior proximidade ao centro cívico existente na época. Ao mesmo tempo, esta localização facilitaria o aspeto funcional do ponto de vista do trabalho, na medida que aproximava e facilitava o acesso ao local de trabalho.

Tendo como ponto de partida a informação de que os primeiros níveis seriam destinados a trabalhadores de classe superior, esta questão pode ser entendida, no que diz respeito à implantação da malha urbana, pela forma como são pensados os socacos. O primeiro nível, atualmente demolido, era composto por quatro moradias isoladas e, o segundo nível, por um total de sete moradias isoladas. À medida que se sobe no território, os socacos transmitem a compressão e aproveitamento do espaço a partir de um conjunto de habitações geminadas e de menor dimensão, o que demonstra o valor atribuído em relação às primeiras habitações em comparação com as do patamar superior.

Evidencia-se a importância do espaço verde para a concretização urbanística, tendo em consideração que toda a área era envolvida por zonas verdes, mantendo as árvores e vegetação originais como forma de preservação do natural regional, respeitando as pré-existências. A importância social do lazer e a consideração pelo espaço privado dos trabalhadores e das suas famílias reflete-se ainda nos jardins e logradouros, vedados ou não, visíveis em todas as habitações, o que permite que na privacidade de cada família se desenvolvesse um espaço de usufruto ao ar livre.

Referências:

- LOPES, Cristina Joana Dias (2012). Aproveitamento Hidroeléctrico do Lindoso. Um ensaio de valorização do património. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado
- MOREIRA, César Alexandre Gomes Machado (2020). Hidroeléctrica do Cávado (1944-1966). A construção da paisagem hidroeléctrica do Cávado e as obras de Janeiro Godinho. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- PEQUITO, Maria de Lurdes Ferreira Lourenço (2015). Hidroelectricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Tís-os-Montes). Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.

Tipologias Sociais

As Tipologias Sociais presentes no Bairro de Crestuma-Lever apresentavam todas um carácter temporário, pelo que atualmente não são possíveis de observar. Ao longo do tempo terá existido um edifício polivalente que congregava a Pousada, Refeitório e Clube do Pessoal da EDP. Refere-se, também, a existência de um Supermercado e um Campo de Futebol.



Clube do Pessoal, Pousada/Estalagem e Cantina/Refeitório. Crédito: Fundação EDP 1985

Mais Detalhes

A construção destas arquiteturas era uma prática comum nestes Bairros, edificando-se espaços como uma Pousada e Clube do Pessoal da EDP, o que efetivamente chegou a acontecer em Crestuma-Lever. A estrutura que foi utilizada, neste Bairro, apresenta um carácter de um edifício polivalente que conjugava no seu interior uma pequena Pousada/Estalagem, Refeitório/Cantina e a Sala do Clube do Pessoal da EDP. O espaço do "Clube do Pessoal" é referido pela própria EDP como "pavilhão pré-fabricado onde se pode jogar às cartas, ao bilhar ou ao ténis de mesa, beber um copo ou ver televisão" (EDP, 1985: 4), considerando-se por isso como o principal espaço de lazer para os Barragistas.

A edificação ou montagem de Pousadas/Estalagens no Estaleiro de Obras das Barragens tinha como objetivo alojar, provisoriamente, pessoal dos cargos elevados da Empresa que temporariamente se encontrariam presentes no Bairro por motivos de fiscalização ou acompanhamento do desenvolvimento das obras.

Este espaço era uma construção em madeira, de planta retangular, rasgado por vãos retangulares encimados por moldura. O edifício era coberto por um telhado de duas águas e envolvido, a toda a volta, por um jardim. A partir das entrevistas realizadas aos trabalhadores, uma das antigas funcionárias relembra-se da Pousada como uma planta em "L", totalmente envidraçada na área da cantina, permitindo uma "vista total para o rio e para a obra". No entanto, o recurso visual disponível não nos permite concluir o formato da planta, conseguindo-se apenas denotar uma das fachadas em vidro.

Acerca do interior, não foi possível encontrar informações que nos permitam a sua análise, mas tendo em consideração o cuidado em criar espaços condignos para todos os moradores nas habitações e, seguindo os modelos criados noutros Bairros, podemos levantar a possibilidade de que existiram, tal como em Miranda, "todas as comodidades para os períodos de permanência no local" (CALDEIRA, 2014: 41).

Salienta-se a importância de neste edifício se conjugar o Refeitório/Cantina, essencial à permanência e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores que viviam nos Dormitórios e não possuíam acesso a um espaço de cozinha. Sendo por isso, considerado um equipamento social de apoio fundamental.

A partir dos Inquéritos realizados à comunidade, é possível identificar a existência de um Supermercado. Apesar do Bairro se situar a uma pequena distância da freguesia de Lever, na qual existiriam pequenas mercearias para a aquisição de bens, a presença deste equipamento no centro da urbanização permitiria uma vida mais cómoda aos seus moradores para a compra de bens alimentares. Neste ponto é possível comparar com o Bairro de Picote, cuja dimensão e isolamento permitiu a construção de um equipamento designado de Centro Comercial que compreendia "várias dependências, como estação de correio, padaria, mercearia, talho, peixaria, drogaria e barbearia" (CALDEIRA, 2014: 45).

Por fim, igualmente a partir dos Inquéritos realizados, é possível identificar a existência de um campo de futebol junto a um dos acessos da urbanização, caracterizando-se por ser o segundo espaço de lazer presente no Bairro. Afirmou-se como um espaço orgânico, criado pelos próprios moradores, destinado sobretudo ao entretenimento das crianças que ali habitavam. Porém, a fragilidade da sua conceção e a descontinuação da sua utilização, conduziu ao seu desaparecimento.

Referências:

- CALDEIRA, Margarida Pinho (2014). O Destino dos Bairros das Barragens. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado.
- REDE ELÉCTRICA (1985). Aproveitamento Hidroeléctrico de Crestuma-Lever. Iminente o arranque do primeiro grupo. Novembro de 1985

A Comunidade

Um barragista não pertence a um lugar, nem a um tempo. Ele é-o, porque de algum modo pertenceu a um exército: aquele que construiu barragens. Nómadas, na medida em que vão migrando de estaleiro em estaleiro, os barragistas acabaram por se fixar nas grandes cidades, Lisboa e Porto, após terem participado nesses grandes empreendimentos públicos. Desta forma, os processos identitários deste grupo residem nas memórias e narrativas [...] relativas ao tempo em que foram construídas as barragens do rio Douro. A primeira delas, a de Picote [...]. A última, foi construída em Crestuma, onde também se fixaram barragistas, entretanto reformados. (PEQUITO, 2015: 1)



O estudo do Património Arquitetónico Barragista não se reflete meramente na identificação e análise da sua arquitetura e urbanismo. É fundamental refletir sobre as pessoas que habitam estas casas, que continuam a formar a comunidade aqui existente e uma ideia de identidade do lugar, o que por si só faz com que sejam parte integrante e intrínseca deste Património.

Olhar para o Património como um organismo que se mantém ativo e vivo correlaciona-se com a visão de que é esta comunidade que, atualmente, alimenta o espírito do lugar e protagoniza a identidade do mesmo, a partir dos valores que lhe atribui e da reconstrução da sua História que transmite de geração em geração até ao presente.

Distingue-se um ponto que interliga todos os atuais moradores – as circunstâncias de fixação no Bairro. Foi possível concluir que todos possuem algum tipo de vínculo aos Barragistas, ou sendo antigos trabalhadores de Barragens e, atualmente, reformados, ou filhos destes homens, sendo este o ponto unificador entre todos. Se, por um lado, todos acreditam que o ambiente vivido no Bairro pode ser classificado entre bom e muito bom, por outro, a grande maioria dos moradores acredita que o sentimento de comunidade se foi perdendo com o tempo.

Quais poderão ter sido as razões que conduziram à perda deste sentimento? As respostas podem ser múltiplas, não se podendo afirmar inequivocamente nenhuma. Contudo, as razões mais fortemente enunciadas são a desocupação do Bairro e, consequentemente, as tradições perdidas ao longo dos anos.

A comunidade menciona, com saudade, os tempos da construção do Bairro. Nessa altura o número de famílias era bastante superior e as famílias, deslocadas das terras das quais são naturais, conviviam diariamente e criaram dinâmicas sociais que, entretanto, se perderam, sendo que, segundo um morador, "as pessoas estão a fugir cada vez mais destas coisas e é uma pena". Algumas pessoas relatam a existência de festas como o São João e, outros, que não se recordam da sua existência, o que pode ser explicado pelos diferentes momentos em que cada família se instalou na comunidade. Efetivamente, as relações laborais eram fomentadas no contexto do Clube do Pessoal. Mas, por outro lado, aprofundavam-se com a comemoração do Dia das Bruxas e a tradição de pedir doces com as crianças pelas casas; a realização da Consoada de Natal entre as famílias que não regressavam à sua terra; a celebração do Magusto; as constantes brincadeiras das crianças pelas ruas e pelos espaços verdes; sardinhas; aniversários; e comemoração das Janeiras.

A memória dos atuais moradores aponta para a existência de diversas celebrações, na mencionada, "Casa 40". Acreditamos ser esta o Lote nº40, uma habitação que se tornou o espaço comunitário para todos por se encontrar desocupada. Uma das atuais moradoras refere que "daquela casa fazemos uma espécie de um bar, temos lá uma máquina de café, havia uma churrasqueira [...] aquelas coisas que há num café. E nós fazíamos lá festas, São João, sardinhas. Por exemplo, se houvesse um miúdo aqui do Bairro que fizesse anos, fazíamos a festa nessa casa, nesse bar, onde púnhamos música, dançávamos". Este ponto demonstra-nos o espírito de união e as relações sociais próprias de uma comunidade, existindo um espaço social que todos podiam usufruir.

Toda a comunidade afirma gostar do local onde mora, considerando-o um bom local para morar, atribuindo diversas qualidades definidas como os principais pontos positivos, tais como a zona pacata, o sossego, a calma, qualidade de vida, tranquilidade, as memórias, a natureza, a paisagem. Em contrapartida, referem que os pontos negativos são a falta de infraestruturas, o problema da ilegalidade da casa, as más condições de iluminação, dos arrendamentos e do saneamento, a falta de manutenção da zona verde envolvente, o abandono das habitações vizinhas e a distância ao centro da cidade. Não obstante, a maioria não tenciona sair do seu local de habitação, embora alguns o tenham ponderado no passado pelo estado de degradação em que as casas se encontravam ou para regressarem à sua terra natal.

O que podemos concluir é que a constante diminuição do nível de ocupação habitacional conduziu à redução e, eventual, extinção de todas as celebrações que a comunidade realizava assim como fragilizou o sentido de comunidade. Com o fim da construção da Barragem, os que permaneceram no Bairro deixaram de estar ligados pelo vínculo profissional, ingressando em muitos casos, noutras empresas ou avançando com o seu processo de reforma. Ao mesmo tempo, muitos destes moradores habitam em casas, nas quais não beneficiam de vizinhos diretos. Todos estes fatores contribuem para o isolamento e individualidade.

Referências:

Inquéritos realizados à comunidade, 2022
PEQUITO, Maria de Lurdes Ferreira Lourenço (2015). Hidroelectricidade e identidade social. A técnica como memória barragista (Picote, Trás-os-Montes). Lisboa: Escola de Ciências Sociais e Humanas do Instituto Universitário de Lisboa. Tese de Doutoramento.

Estado de Conservação e Futuro do Bairro

O fim das obras da Barragem conduziu a que os Barragites fossem enviados para outros locais, tendo o Bairro já uma grande percentagem de desocupação após 1986.

Atualmente apenas 20 habitações se encontram habitadas, sendo uma delas como segunda morada. Naturalmente, esta questão acarreta consigo problemas para a conservação do Bairro. No tempo presente, revelam-se graves problemas de abandono e degradação.

Nos atuais 50 lotes habitacionais do Bairro, podemos averiguar que quase demonstram claras intervenções arquitetónicas. Dos restantes lotes, confirmamos que oito apresentam eventuais obras de manutenção. Compreendendo-se, consequentemente, que o cenário mais comum é o mau estado de conservação da generalidade das habitações.

Dos problemas que podem ser encontrados em relação à conservação do Bairro, refere-se o problema dos arruamentos que necessitam de ser ordenados e alcatroados. A não resolução deste problema faz com que, em períodos de chuva, os acessos se encontrem com poças de lama e, no decorrer da circulação, o pavimento se torne mais irregular e se formem buracos de grande profundidade.

Outro problema associado ao Bairro é a falta de sistemas de saneamento, bem como de água e eletricidade legalizada. Compreende-se ainda que o problema da eletricidade transcende para a via pública, na medida em que as habitações se encontram dotadas de luz elétrica, mas nas ruas, apesar de existirem pontos de iluminação, estes não se encontram operacionais. A esta problemática junta-se os terrenos florestais, que envolvem a urbanização, e a sua falta de limpeza, sendo este problema novamente visível na vegetação das habitações desabitadas.



Mais Detalhes

Um dos problemas associados à conservação do Bairro é o estado atual de legalidade das habitações. Se, por um lado, o Bairro foi inicialmente mandado edificar pela Construtora Têmega, pelo outro, atualmente encontra-se dividido entre esta empresa e a EDP, tendo esta última um projeto de cedência à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. No entanto, a falta de resolução da questão legal arrastou-se até aos dias de hoje.

Esta vicissitude é um obstáculo para as eventuais obras de intervenção que os moradores podiam levar a cabo pois o facto de ainda não serem os donos legais das habitações impede o investimento monetário devido ao medo de, eventualmente, perderem as suas habitações e, consequentemente, o investimento realizado.

Considera-se urgente resolver o problema de legalização do Bairro de Crestuma-Lever e atribuir um proprietário legal, o que à semelhança de outros exemplares permitirá a elaboração de um plano de intervenção, reabilitação e conservação do Património. Este património coincide diretamente com o direito à habitação estipulado na Constituição da República Portuguesa sob o âmbito dos "Direitos e deveres fundamentais", remetendo-se para a afirmação de que "todos têm o direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2005: artigo 68).

Refere-se a urgência da realização de um **Projeto de Reabilitação, Conservação e Manutenção do Bairro de Crestuma-Lever**. Este referido projeto englobaria a reabilitação das habitações, a recuperação das infraestruturas e a criação de espaços públicos, bem como estratégias de manutenção e conservação para o futuro que integrassem diretamente a comunidade local conferindo-lhe um papel ativo.

Tendo presente as camadas de vivências aqui existentes, a proposta resultaria na conservação do existente, fator representativo das pessoas que atualmente vivem no espaço, o que significa que estaria sempre presente a consciência de interligar um projeto geral para o Bairro com aspetos que seriam globais a todas as habitações e que incidem na melhoria das suas condições de salubridade e habitabilidade, criando pontos em comum que permitam a construção da memória e identidade do lugar, mas simultaneamente não apagar aquilo que foi criado e construído pela comunidade e que, de alguma forma, representa as camadas do tempo, as pessoas que ali moram ou moraram, as memórias familiares e afetivas e as vivências ou práticas individuais. Consequentemente, haveria a intenção de manter a estrutura atual, sendo que se realizarão intervenções nas habitações cujo agregado familiar sejam os proprietários. No entanto, quando abandonos a estrutura atual, referimo-nos à estrutura exterior, na medida em que acreditamos que a planta interior necessita de profundas intervenções.

No contexto geral, manifesta-se a necessidade da reabilitação total da arquitetura, tendo presente a necessidade de melhorar a sua qualidade construtiva como medida preventiva para o futuro. Os problemas de conservação atuais centram-se em questões de infiltração de água, humidade e falta de anjamento, o que demonstra a importância da adaptação dos materiais e técnicas a outros mais contemporâneos e de maior durabilidade.

Compreendemos, porém, que a reabilitação arquitetónica é apenas o primeiro passo para a vitalidade do espaço. O pensamento em torno do Património Arquitetónico não pode centrar-se na atuação após a degradação, mas sim na sua prevenção a partir de sólidas estratégias de conservação preventiva, associada à manutenção continuamente aplicada, o que à luz do panorama atual é sinónimo de rentabilização económica e prevenção sustentável, como defende Siza Vieira:

Manutenção [...] é não deixar uma construção degradar-se. A princípio é só pouca coisa e, portanto, vai-se deixando andar até que se transforma numa degradação total. E depois já não se trata de manutenção mas de recuperação. E a recuperação é cara. Fazer uma constante manutenção é também uma medida de economia. (Siza Vieira, 2017).

Neste sentido, deve ser ponderado a partilha de boas práticas junto da comunidade e tutela local com vista à educação, sensibilização e consciencialização das formas corretas de agir. No caso da comunidade, estas boas práticas podem passar pela limpeza dos seus terrenos; a realização de ações de manutenção nas suas habitações após a reabilitação e segundo o projeto arquitetónico definido; a participação na limpeza – de ruas, de possíveis futuros espaços públicos, dos terrenos sem ocupante/proprietário – e manutenção do espaço público, conjuntamente com a Junta de Freguesia de Lever.

Referências:

FERREIRA Tereza Cunha (2018). Gestão do património e envolvimento das comunidades. O plano de gestão para a conservação e valorização dos monumentos da Rota do Românico. "Ginias Loco: lugares e significados" – volume 3. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória"

PORTUGAL: Constituição da República Portuguesa. VII Revisão Constitucional (2005).

FIGURA 46 - PÁGINA "ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUTURO DO BAIRRO"

Sobre

O presente website é fruto da modalidade de Projeto do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, surgindo no âmbito do trabalho "Nós estamos aqui camuflados, ninguém nos vê": O Bairro da Barragem de Crestuma-Lever.

O tema revela-se como um contributo fundamental para expandir a consciência sobre o Património Arquitetónico Barragista, do qual existem escassas investigações ao nível nacional e, no caso de Crestuma-Lever, são inexistentes.

Nesta linha de ideias e conscientes da pertinência do desenvolvimento deste tema, o presente projeto encontra-se sob a alçada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória), definindo-se como principal objetivo a contribuição para o estudo, divulgação e valorização do Bairro da Barragem de Crestuma-Lever enquanto Património Arquitetónico. Para atingir este fim, foram levantadas várias problemáticas ao longo da pesquisa que se aliam na construção de objetivos específicos como o estudo integrado do Bairro a partir da compreensão da sua implantação, planeamento urbano, tipologias arquitetónicas e linguagem arquitetónica aplicada; a compreensão de que este Bairro pode ou não ser incorporado nos mesmos objetivos e programa construtivo dos outros Bairros de Barragens do Douro; a reflexão sobre o atual estado de conservação deste Bairro. Quais as transformações que sofreu, se há projetos definidos e se apresenta marcas de abandono ou se permanece habitado; o consciencializar a comunidade e as tutelas para a existência deste Património, para a necessidade do seu conhecimento e valorização, bem como salvaguarda e preservação; e, por fim, compreender como pode ser o futuro deste Bairro a partir da apresentação de propostas de atuação.

Figura 47 - Página "Sobre"